



***Demonstrações contábeis
e relatório dos auditores
independentes
Vibra Energia S.A.***

Em 31 de dezembro de 2022





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Concluímos o ano de 2022 evidenciando resultados que, mais uma vez, mostram a consolidação da Vibra como referência no Setor de Distribuição de Combustíveis, atingindo nossos objetivos de volumes, EBITDA Ajustado e margens diferenciados na indústria, mantendo nossa trajetória de criação de valor de uma empresa, formada em julho de 2019. As iniciativas implementadas ao longo dos últimos quase quatro anos e que abordaram todos os processos da empresa, como eficiência em custos, estrutura organizacional, transformação cultural, foco no cliente, logística de combustíveis, importação, precificação, gestão de ativos, lubrificantes, biocombustíveis e conveniências, para citar alguns, novamente demonstraram seu valor, consolidando a Companhia em uma trajetória de liderança e protagonismo no setor. E além de líder do mercado, temos o compromisso de dar o exemplo e servir de modelo a ser seguido.

Também seguimos em frente em nossa agenda estratégica para posicionamento da Vibra frente à transição energética, um caminho frutífero para respondermos aos desafios globais em prol da indústria, de nossos clientes e, também, do meio ambiente. Consolidamos nos últimos dois anos a nossa plataforma multienergia, incorporando ao portfólio diversas soluções em energia limpa e renovável, como biocombustíveis, com a criação, inclusive, de uma plataforma de etanol, biometano e eletromobilidade, oferecendo assim outras soluções aos clientes, além de nos mantermos firmes no core business da companhia, que é a distribuição de combustíveis e derivados, no qual somos líderes de mercado. Já iniciamos juntos aos nossos mais de 18.000 clientes e a nossa rede de mais de 8 mil postos de serviços, a oferta de soluções multienergia que irão auxiliá-los em sua própria jornada de descarbonização.

No 4T22 atingimos um Ebitda ajustado de R\$ 1,581 bilhão (+70,9% QoQ e -1,1% YoY) e um volume de vendas de 10,050 milhões de m³, correspondendo a uma margem Ebitda de R\$ 157/m³. Com esse resultado do 4T22, concluímos o ano de 2022 alcançando Ebitda ajustado de R\$ 5,3 bilhões, Volume 38,553 milhões de m³ e Margem Ebitda ajustada de R\$ 137/m³, que confirmam a Vibra como detentora da maior e mais rentável operação de distribuição de combustíveis no Brasil, mantendo sua consistência no posicionamento de mercado, com *market-share* médio 28,2%.

O resultado é extremamente vitorioso, pois foi conquistado sob forte volatilidade de preços das commodities e da demanda de combustíveis ocorridas em 2022, com efeitos agravados pela limitação de oferta no mercado nacional e pelo descolamento entre os preços de produtos nacionais e importados. Soma-se a esse contexto, ainda, as ações sem precedentes implementadas por parte de governo federal, legisladores, governos estaduais e órgão regulador, visando a redução de preços de combustíveis, culminando em fortes reduções da carga tributária sobre nossos produtos, além da postergação de metas de aquisição de CBIOS, com fortes impactos em nossas operações. Tivemos ainda, no início de 2022, a redução de demanda provocada pela 3ª onda da pandemia e por fortes chuvas ocorridas em várias regiões do país.

Assim, devemos salientar que, tão importante quanto a magnitude dos resultados alcançados, é a constatação de que a Vibra vem sendo capaz de atuar sob as mais diversas condições de mercado, mantendo a trajetória consistente de ganhos e superando desafios impostos em períodos com contexto adverso, como vimos em 2022 e anos recentes, com enorme capacidade e velocidade de resiliência e transformação.

Por fim, não podemos deixar de mencionar que os relevantes resultados obtidos também têm alicerces importantes na forte transformação cultural empreendida desde o início da trajetória iniciada em 2019 e na atuação de todos os seus colaboradores, que se engajaram fortemente no projeto de mudança da forma de atuação da Companhia. A Vibra se mostra hoje uma empresa ágil e resiliente, buscando sempre as melhores práticas de mercado, capaz de atuar nos mais diversos ambientes de negócios e cada vez mais focada nas necessidades de seu crescente portfólio de clientes. Para tanto, conta com uma força de trabalho diversa, engajada e incentivada a se desenvolver continuamente e a perseguir metas desafiadoras de forma ética e solidária.

Estamos num mercado cada vez mais competitivo e precisamos servir bem o cliente, escutá-lo, saber o que deseja. Temos que ter coragem para inovar sem medo de errar. E precisamos estar atentos às questões atuais, e trazê-las para o nosso negócio: diversidade, inclusão, ESG e inovação. A Vibra tem o papel de liderar a transição energética para uma economia de baixo carbono, e temos muitas oportunidades para isso.

Aproveitamos para agradecer, aqui, os esforços e dedicação empreendidos nos últimos anos por todos na Vibra, que possibilitaram o alcance dos patamares de relevantes resultados em que estamos hoje. E já convocamos a força de trabalho para irmos adiante, em busca de um desempenho ainda melhor. Vejo muito potencial de crescimento dos negócios e a abertura de novos mercados. Nosso core business é fantástico, muito forte, e temos oportunidade de trabalhar para que ele evolua e fique ainda melhor, levando a Vibra a um novo patamar, de uma empresa líder de distribuição de combustíveis para uma multiplataforma de soluções em energia pronta para mover o Brasil com a sua melhor energia.

Vamos continuar tendo os melhores postos de combustíveis, com os melhores produtos, o melhor atendimento e a melhor conveniência para o nosso cliente. Porque isso é o que nos diferencia. E não poderíamos fazer isso sem os nossos clientes, nossa razão de existir. Quero ainda agradecer e cumprimentar todos pela parceria e confiança ao longo dos anos e convidá-los a irmos além, com confiança nas possibilidades e conquistas que estão por vir. Vamos fazer história juntos!

Ernesto Pousada, Presidente da Vibra

PERFIL DA COMPANHIA

A Companhia foi constituída em 1971 para assumir as atividades de distribuição e comércio de produtos de petróleo e derivados, então realizadas pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Em julho/19 através de uma operação de Follow-on a Petrobras realizou a venda de parte de sua participação, resultando em uma das maiores privatizações via mercado de capital no Brasil, em julho de 2021 a Petrobras, concluiu seu processo de desinvestimento na BR distribuidora e a torna uma *“True Corporation”* onde o maior acionista possuía cerca de 9,79% das ações da Cia. Em Agosto/2021, deu mais passo em direção a sua transformação organizacional e cultural, lançando uma nova marca e identidade corporativa: VIBRA ENERGIA.

A VIBRA já nasce grande, detentora da maior capilaridade do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes do Brasil, servindo 8.383 postos de serviço com bandeira “BR” e, aproximadamente, 18 mil clientes dos segmentos B2B, produtos de aviação e outros. Para atender aos milhares de postos de serviço revendedores e de clientes consumidores, nos valem da capilaridade de nossa infraestrutura logística, atuando em todas as unidades federativas do país, contando com 43 bases operadas pela Vibra, participações em 15 bases conjuntas (pool com sócios), 27 armazéns conjuntas com outras distribuidoras e 14 operadores logísticos, totalizando 99 unidades operacionais. Possuímos ainda 11 depósitos de lubrificantes, 5 operadores logísticos de lubrificantes, 01 armazém de lubrificantes integrado com Distribuidor Autorizado (DA), 3 depósitos de supply house e atuamos em 92 aeroportos, todos estrategicamente distribuídos ao longo das cinco regiões brasileiras. Com essa plataforma, somos capazes de suprir eficientemente as demandas de todos os nossos clientes em qualquer município brasileiro.

Somos líderes no mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes no país em volume de vendas, uma das maiores empresas de energia do país, com destaque para excelência e qualidade dos produtos e serviços oferecidos em todos os segmentos operacionais, quais sejam:

- Rede de Postos:** comercialização de combustíveis derivados de petróleo, gás natural veicular, biocombustível e produtos de conveniência da Companhia com a nossa revenda;
- B2B:** comercialização de combustíveis líquidos, óleos lubrificantes, Arla 32 e prestação de serviços associados aos nossos clientes do mercado consumidor. No negócio de Produtos Químicos, atuamos no beneficiamento e na distribuição de produtos como enxofre, solventes hidrocarbonícos e especialidades químicas. Entre os setores da economia atendidos estão os de óleo e gás, química fina, agronegócio, tintas, adesivos, domissanitários e borrachas. Na comercialização de energia, distribuímos o coque verde de petróleo (CVP) no mercado nacional e desenvolvemos projetos para comercialização de energia elétrica, bem como projetos de distribuição de energia.
- Aviação:** comercialização de produtos e serviços de aviação em aeroportos do país para as companhias aéreas nacionais e estrangeiras;
- Lubrificantes:** comercialização de produtos e serviços no mercado brasileiro, dentre eles postos de bandeira Petrobras e franquia de serviços automotivos Lubrax +, a maior do segmento em nosso País.
- Renováveis:** fazendo frente à transição energética já em curso no Brasil, buscando nos tornar uma plataforma multienergia com o objetivo de suprir os nossos clientes com a energia necessária para seus negócios.
- Corporativo:** itens vinculados à gestão financeira corporativa, o overhead relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e pensionistas.

A Vibra Energia caminha para a transição energética, entrou em novos mercados e vem investindo na melhoria dos seus padrões de governança e nos temas ESG.

PLATAFORMA MULTIENERGIA

Seguimos com nossas iniciativas para posicionar estrategicamente a Vibra no contexto de transição energética, especialmente para o caso brasileiro, avançando rapidamente em nossa agenda para atender às demandas de nossos clientes em sua própria trajetória de transição energética, transformando assim, a Vibra, em uma plataforma multienergia pronta. Estamos fazendo isso somando forças com outras empresas líderes em suas áreas de atuação: eletricidade, biocombustíveis, biogás etc. E colocando em prática nossa capacidade de impulsionar essas novas parcerias através de nosso acesso diferenciado com mais de 18 mil clientes corporativos e a nossa rede de mais de 8 mil postos de serviços, junto com nossas marcas, nossa reputação e nossa solidez financeira para apoiar esse crescimento.

ESTRATÉGIA ESG

A Vibra possui o compromisso com desenvolvimento sustentável e a convicção da importância da transição energética. Nossa Agenda ESG tem também como foco: mudança do clima, gestão ambiental e segurança, diversidade e inclusão, investimento social, relacionamento com as comunidades, governança corporativa, gestão de riscos ESG e transparência.

Em 2022, a Agenda ESG foi implementada com planos de ação e metas específicas para indicadores ambientais, sociais e de governança desdobradas para várias áreas da empresa. As metas também foram vinculadas à remuneração variável de gestores e equipes.

Reconhecimentos

Pelo quarto ano consecutivo, a Vibra foi selecionada para participar do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3). A Carteira 2023 do ISE B3 visa apoiar os investidores na tomada de decisão de investimentos socialmente responsáveis e induzir as empresas a adotarem as melhores práticas ESG (Ambiental, Social e de Governança Corporativa, em inglês).

A Vibra foi listada no Sustainability Yearbook da S&P Global em 2021 e 2022 e segue avaliada entre as 10% melhores empresas do setor Varejo no Corporate Sustainability Assessment (CSA) análise que fundamenta a listagem no índice de sustentabilidade Dow Jones da Bolsa de Nova Iorque.

A empresa permaneceu listada no índice FTSE4Good, que avalia práticas ambientais, sociais e de governança corporativa criado pela FTSE - Financial Times Stock Exchange Russell, uma divisão da bolsa de valores de Londres. E ainda, na avaliação da MSCI ESG Research, uma das principais agências de rating ESG globais, que avalia exposição aos riscos de ESG e como as empresas gerenciam esses riscos, a Vibra teve pontuação A, registrando avanços no desempenho das dimensões social e de governança.

O *Sustainability*, outra relevante agência global de rating independente de ESG, reconheceu a Vibra com o selo *“Industry Top Rated”*, na indústria *Refiners and Pipelines*. Esse selo é concedido para as empresas que superam o desempenho ESG em comparação ao seu setor e representa nossa evolução no gerenciamento de riscos de sustentabilidade. Além do selo, a Vibra melhorou desempenho no rating ESG da *Sustainability*, diminuindo o risco no ESG *Risk Rating* e aumentando nossa performance em gestão de risco ESG no *ESG Risk Management*.

A Vibra foi reconhecida no Guia Exame Melhores do ESG 2022 com o Prêmio na categoria Combustíveis, Químicos e Derivados da Revista Exame. E, também foi eleita a “Melhor Empresa no setor de Óleo e Gás da América Latina” por mais de 900 investidores e analistas de todo o mundo, que participaram da pesquisa feita pelo *Institutional Investor*. Além disso, a empresa também conquistou o primeiro lugar em todas as categorias dentre as Mid Caps, incluindo a de “Melhor ESG” e “Melhor Gestão de crise na Covid-19”.

Cabe ainda ressaltar que, a Vibra foi reconhecida como uma das empresas vencedoras do 26º Troféu ANEFAC Transparência, na categoria de empresas nacionais com receita líquida anual superior a R\$ 20 bilhões, por ser percebida pela comissão julgadora coordenada pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Economia e Contabilidade (ANEFAC) como uma Companhia que adota as melhores práticas de transparência em suas informações contábeis, publicadas ao mercado por meio de suas demonstrações financeiras de 2021, e a clareza e inclusão de informações adicionais, as ações de integração com a comunidade, a preocupação com o meio ambiente e ações de sustentabilidade, relacionamento com os seus stakeholders, gerenciamento da sua governança corporativa, políticas e comitês entre outros.

Mudança do Clima

A Vibra segue investindo na transição energética rumo a uma economia de baixo carbono e conduzindo os negócios em sintonia com as melhores práticas de respeito ao meio ambiente, à sociedade e à governança corporativa.

A Agenda ESG da Vibra conta com um plano de redução de emissões detalhado, com metas internas de curto e médio prazo. A principal estratégia para a redução de emissões de escopo 1 e 2 é o aumento do uso de energia renovável e melhoria da eficiência energética de nossas atividades.

Em 2022, a empresa definiu a meta de reduzir as emissões de escopo 1 e 2 em 67% até o ano de 2026 em relação ao ano base de 2019, o que representa uma redução de 43,5 mil tCO2 e por ano. Grande parte dessa redução está vinculada a desativação de uma usina térmica localizada na região norte do país que tem previsão de atendimento pelo sistema interligado nacional nos próximos anos, com a conclusão das obras das linhas de transmissão de energia. Nossa meta de redução de 4% das emissões absolutas de escopo 1 e 2 das instalações vibra em relação ao ano base de 2019 foi atingida integralmente, como resultado de iniciativas entre as quais destacamos o uso de etanol na frota de veículos leves (representando 31% da frota); a migração de mais 4 instalações operacionais para o mercado livre (totalizando 11 unidades), aquisição de 18 mil I-RECs e a redução de 35% no consumo de vapor na Fábrica de Lubrificantes devido à redução de perdas.

Ainda em relação as emissões de escopo 1, começamos a abastecer aeronaves no Aeroporto de Manaus com caminhão 100% elétrico, com zero emissão. O principal objetivo desta parceria é potencializar a descarbonização do segmento da aviação e ainda ajudar a promover o desenvolvimento da Região Amazônica, de focar em negócios voltados à transição rumo a fontes energéticas mais limpas e renováveis. Também na área de aviação, foi iniciado um projeto piloto com a adoção de diesel verde (10% HVO na mistura do produto) na frota de caminhões vibra que operam no Aeroporto Internacional Tom Jobim - Galeão, no Rio de Janeiro.

Como a distribuição de combustível é o maior negócio da empresa, as emissões do transporte de nossos produtos são geridas com total comprometimento pela Vibra, ainda que enquadradas como escopo 3.

Possuímos um plano robusto para a descarbonização de nossa cadeia logística, que conta com uma série de iniciativas agrupadas em 3 pilares principais: a substituição do transporte rodoviário por modais mais eficientes (como cabotagem e ferroviário); o aumento da eficiência logística (adoção de novos pools de distribuição e aumento da cubagem de caminhões); e a atuação junto a cadeia de valor, isto é, engajamento de nossos transportadores com o objetivo de elevar a eficiência e acelerar o desenvolvimento de temas ESG entre as fornecedoras de transporte e assim reduzir a emissão de gases de efeito estufa no transporte dos produtos, colaborando para a descarbonização das atividades da empresa, clientes e fornecedores.

Dentre as principais realizações de 2022, destacamos o aumento do volume e regularização do fluxo de cabotagem para o transporte de biocombustíveis para o nordeste do país, bem como o aumento do volume transportado via modal ferroviário, ambos representando modais de menor intensidade de carbono que o rodoviário.

Junto a nossos transportadores avançamos no engajamento do tema ESG, com conclusão de diagnósticos individuais de ESG das transportadoras rodoviárias com contrato de longo prazo que juntas representaram mais de 95% do volume de produtos transportado a serviço da Vibra. Nesse processo sinalizamos oportunidades de redução do consumo de combustível para que cada transportadora pudesse trabalhar em um plano de ação, além de divulgar uma cartilha com boas práticas de ESG no transporte de cargas, que posteriormente foi incorporada em nosso Manual do Transporte

Um dos principais eixos que estamos trabalhando é a adoção de energia mais limpa no transporte de nossos produtos. Em parceria com uma de nossas transportadoras realizamos a primeira operação de entrega de combustível com um caminhão tanque híbrido movido a GNV e diesel.

Em 2022, 5 caminhões movidos a GNV/híbridos rodaram a serviço da Vibra. Pensando ainda em elevar a eficiência e acelerar o desenvolvimento de temas ESG entre as fornecedoras de transporte, em parceria com o SEST/SENAT - Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - a Vibra iniciou um projeto piloto de Treinamento em Direção Econômica e Segura com uso de simulador. Além de capacitar e desenvolver motoristas, o projeto está alinhado a estratégia climática da Vibra de priorizar ações que promovam a redução de emissão. A iniciativa está em desenvolvimento em parceria com motoristas profissionais com atuação nas operações *inbound* e *outbound*.

A Vibra enxerga a inovação como grande aliada no caminho rumo à transição energética. Por meio do *Vibra Co.lab*, nosso hub de inovação, buscamos atrair *startups* que queiram participar da construção de um futuro de baixo carbono, com modelos inovadores e sustentáveis. Em 2022 lançamos o primeiro Desafio ESG com foco no tema de mudança do clima com o objetivo de buscar soluções relacionadas a redução de emissões. Como resultado, estamos rodando uma prova de conceito (POC) com uma das *startups* que participou do Desafio. Essa POC tem como objetivo alcançar a redução do consumo de combustível por caminhões.

Ainda nos temas de mudança do clima e transição energética, a empresa seguiu com a estratégia de fortalecimento do portfólio de produtos e serviços com o estabelecimento de parcerias para os novos negócios. Por meio de nossa Plataforma Multienergia oferecemos produtos de menor impacto ao meio ambiente para nossos clientes, fortalecendo nosso posicionamento de assumir um papel ativo na transição energética do país.

Nesse sentido, em 2022 a Vibra inaugurou o primeiro eletroposto rodoviário para recarga ultrarrápida de veículos elétricos, dando início a primeira fase do projeto de implementação de eletropostos no Brasil. A unidade está localizada no km 82 da rodovia Presidente Dutra, em Roseira (SP), no sentido Rio de Janeiro. Em dezembro de 2022, a Vibra, junto com a EZVolt, inaugurou o primeiro posto 100% elétrico do Brasil. Localizado no Jardim Anália Franco, na capital de São Paulo, o posto é o primeiro do Brasil a oferecer carregadores ultrarrápidos em um ambiente exclusivamente projetado para a recarga de veículos elétricos.

A Vibra manteve o compromisso com a transparência da gestão de mudança do clima ao divulgar o primeiro Relato TCFD, e participar do Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol, do qual recebeu o Selo Ouro por submeter o inventário a verificação de terceira parte e responder ao questionário de mudança do clima do CDP (Carbon Disclosure Project), incluindo a dimensão de Supply Chain a pedido de alguns clientes.

Social

A Vibra busca promover um ambiente de inclusão, confiança e colaboração. A empresa avançou no aumento da diversidade de gênero e raça ao longo dos últimos anos. Em 2022, a meta de pelo menos 30% de mulheres em novas contratações foi superada em 7p.p..

A empresa reconhece a importância de ter a liderança e times capacitados nos temas de ESG. Com isso, promoveu o treinamento sobre Viéses Inconscientes em parceria com o Pacto Global da ONU e alcançou a participação de 200 líderes e 600 colaboradores. A capacitação trouxe o tema sob a perspectiva da diversidade, equidade e inclusão e o objetivo foi compartilhar, entender e discutir como crenças, preconceitos e estereótipos impactam a nossa forma de agir, pensar e tomar decisões.

Dando continuidade às iniciativas de promoção de diversidade e inclusão, foram criados os grupos de afinidades “Vibra por El@s” (gênero), “Entre Raízes (étnico-racial)” e LGBTQIAP+ (orientação sexual), onde os membros têm a oportunidade de participar de fóruns de discussão para compartilhamento de informações, experiências e propostas de ações que possam ser executadas na empresa. Os 3 grupos de afinidade tiveram reunião com a Alta Liderança que onde foi possível importante troca de experiências e vivências.

Outra iniciativa de diversidade e inclusão da Vibra, foi um estudo ergonômico para mapear as operações de abastecimento de aeronaves de diversos portes e em diferentes condições, para identificar oportunidades para a inclusão de mulheres em algumas operações nos nossos aeroportos. A partir desse mapeamento de oportunidades, foi possível contratar uma colaboradora para operar na base de Congonhas, em São Paulo, que se tornou a 1ª mulher do Brasil a operar no abastecimento de aeronaves.

A Vibra também estimulou os colaboradores para ações de voluntariado. Foi realizada a campanha de Páscoa solidária em parceria com projetos sociais apoiados pela empresa no entorno da sede e da Fábrica Lubrax e participamos da 3ª edição do projeto Trilha Empreendedora, iniciativa da Junior *Achievement* realizada em parceria com Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP). Este projeto promove cursos e mentorias para alunos de escolas da rede estadual do Rio de Janeiro e oferece a modalidade on-line, abordando temas “Negócios Sustentáveis” e “Empreendedores Climáticos”. Em setembro, a ação “Dia D Voluntário”, reuniu voluntários da Vibra para aplicarem o programa “Futuro do Trabalho” em uma escola pública no Rio de Janeiro.

Por meio de iniciativa do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) com gestão da Centra Única das Favelas (CUFA), foram viabilizados a doação de 1.735 vales de gás para comunidades vizinhas da Vibra. O acesso ao gás de cozinha foi destinado para famílias em situação de vulnerabilidade econômica com o apoio da Associação das Empresas de Campos Eliseos (ASSECAMPE) e da Rede do Bem Elí’s, vizinhas a nossa Fábrica de Lubrificantes, e do Instituto Meta Educação, que atua próximo à sede da Vibra na Cidade Nova.

Em termos de investimento sociais, a empresa manteve o apoio ao projeto Circo Social do Circo Crescer e Viver, iniciativa que oferece atividades culturais para promover a cidadania e a inclusão social nas comunidades vizinhas da nossa sede, beneficiando 200 crianças. Além disso, apoiamos mais um projeto na região, realizado pelo Instituto Meta Educação: Reforço do Futuro, patrocinado através da Lei Rouanet, que proporciona reforço escolar para 120 crianças estudantes da rede pública.

Em 2022, destinamos recursos do Fundo para Infância e Adolescência (FIA) para 2 projetos apoiados pelo Programa Amigos de Valor: “Formação de Adolescentes Empresários Rurais da Agricultura Familiar” que promove a educação profissionalizante para 110 jovens agricultores em vulnerabilidade social em Presidente Tancredo Neves (BA), e “Singular - RBC nas Comunidades Rurais” que realiza atendimento multidisciplinar a 81 crianças e adolescentes com deficiência em Gravatá (PE).

Em janeiro de 2023, a Vibra começou a patrocinar o Projeto Douradinho, através da Lei Rouanet, que visa incentivar à leitura e a educação ambiental em 10 escolas públicas de Marabá (PA).

SUSTENTABILIDADE

Saúde, Segurança e Meio Ambiente

Em relação à Política de Segurança, Saúde e Meio Ambiente, buscamos a sustentabilidade em nossas atividades e processos e nos comprometemos com as melhores práticas do mercado de distribuição, com a melhoria contínua e com a minimização dos impactos adversos inerentes aos negócios, alinhados ao nosso propósito e direcionadores estratégicos.

A Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) em 2022 foi de 0,54 refletindo a efetividade dos programas de prevenção de acidentes implantados, bem como o compromisso da alta liderança com a saúde e segurança dos trabalhadores.

Dentre as ações de segurança realizadas em 2022, destacamos o Programa Parada de SSMA, que tem por objetivo conscientizar os colaboradores sobre diversos temas relacionados à prevenção de acidentes e cuidados com a



continuação >>>

sua segurança e saúde. Ao menos uma vez por mês, os colaboradores de todas as unidades operacionais param para este momento de reflexão e conhecimento. Dentre os temas das Paradas realizadas em 2022, citam-se o posicionamento e comportamento seguros, cuidados com o trabalho em altura, fluxo de comunicação de acidentes, inspeção em veículos, máquinas e equipamentos, dentre outros. As ações são conduzidas pelas Lideranças das Unidades, visando demonstrar seu compromisso com a segurança e contribuindo para a melhoria contínua da gestão de SSMA.

Gerenciamos o Programa de Auditorias de SSMA, pelo qual inspecionamos as unidades operacionais, avaliando seus aspectos em cinco dimensões: “Gestão de Integridade e Responsabilidade Social”, “Segurança da Instalação”, “Segurança no Transporte”, “Meio Ambiente” e “Saúde”. Além disto, coordenamos o Programa de Gerenciamento de Risco no Transporte, com ênfase no monitoramento da frota a serviço da Vibra, e ressaltamos a continuidade do Programa Motorista DEZtaque, que incentiva, reconhece e premia os motoristas pelo seu desempenho.

A taxa de frequência de acidentes de transporte calculada por milhão de quilômetros rodados (TFAT) em 2022 foi de 0,03. Este é o melhor resultado da série histórica, refletindo a efetividade do nosso programa de Gerenciamento de Risco no Transporte.

Na gestão da segurança e contingência, atuamos na prevenção, redução da acidentalidade, realização de simulados e no controle dos riscos e prontidão para situações de emergências. Encerramos o ano com o resultado, no indicador de vazamentos de óleos e derivados com impacto ambiental (VAZO), 98% abaixo do nosso limite de alerta. Esse resultado reflete nossos esforços em relação à segurança nas operações, tanto nas instalações operacionais quanto no transporte de nossos produtos, bem como a melhoria nos planos de contingência em situações de potencial impacto ambiental.

Na área ambiental, buscamos melhorar continuamente o desempenho da gestão através de ações que promovam a atuação sustentável nas nossas atividades. Trabalhamos constantemente para atender a conformidade legal nas nossas operações, reduzir o uso dos recursos naturais e a geração de resíduos em nossos processos, minimizar as emissões atmosféricas, preservar a biodiversidade, prevenir e mitigar os passivos ambientais, desenvolver projetos que visam a eficiência energética e o fortalecimento da educação ambiental dentro da Companhia.

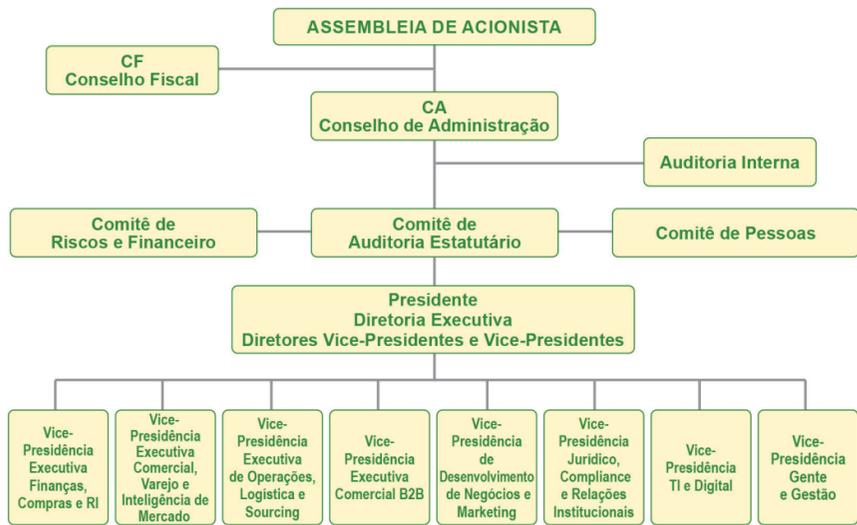
Em 2022, mantivemos a certificação SGI de oito unidades operacionais e administramos o programa de auditoria interna de SSMA, contribuindo para manter a conformidade e aprimorar as práticas de gestão da segurança, meio ambiente, saúde e responsabilidade social nas nossas atividades. Finalizamos o ano com 25 unidades auditadas.

Realizamos ciclos de treinamento em atendimento a emergências para aumentar a conscientização e a prontidão das equipes operacionais em caso de possíveis vazamentos de produtos. Formamos nossos engenheiros e técnicos de segurança para que atuem como multiplicadores de informação sobre normas regulamentadoras e análise e investigação de acidentes, em especial a Norma Regulamentadora 20, que trata dos riscos da operação com inflamáveis e combustíveis. Além disso, revisamos os estudos e análises de riscos de segurança, saúde e meio ambiente das nossas unidades, além de ajustar as estruturas de contingência aos novos cenários identificados, garantindo a maior proteção às pessoas e ao meio ambiente.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Embora a governança corporativa da Vibra corresponda, a exemplo de outras organizações complexas e de grande porte, ao conjunto formado pela estrutura societária, pelos sistemas funcionais e pelas práticas de deliberação e comunicação, pelo qual a Companhia é “dirigida, monitorada e incentivada”, vale destacar um de seus aspectos em especial: os órgãos de governança. A Vibra é formada por Assembleia Geral de Acionistas; Conselho Fiscal; Conselho de Administração e seus Comitês, e Diretoria Executiva. A Companhia dispõe ainda de uma Auditoria Interna e de uma área de Integridade, cujas atividades são reportadas ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário.

Atualmente a Companhia conta com 3 (três) Comitês de assessoramento permanentes, vinculados diretamente ao Conselho de Administração, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias: (i) Comitê de Auditoria Estatutário; (ii) Comitê de Riscos e Financeiro; e (iii) Comitê de Pessoas.



Com o *follow-on* ocorrido em julho de 2021, tendo a Petróleo Brasileiro S.A. alienado integralmente sua participação na Companhia, a Vibra se torna uma Corporation. Com efeito, a Companhia revisou e implementou medidas ao longo dos últimos anos, que demonstram o aprimoramento da sua governança e de seu programa de integridade, sempre observando as melhores práticas.

Cabe destacar que, por ser a Companhia uma empresa de capital aberto, segue os procedimentos e padrões de governança compatíveis com o mercado em que atua, como as regras da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e do regulamento do Novo Mercado da B3.

Nesse sentido, podemos citar os ajustes e as revisões no Estatuto Social da Companhia, na Política de Alçadas (que dispõe sobre as alçadas de competência do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva) e na Tabela de Limites de Competência (que dispõe sobre o desdobramento das alçadas de competência da Diretoria Executiva), nos quais foram compilados diversos pontos de melhorias, principalmente com o intuito de tornar as tomadas de decisões da Companhia cada vez mais céleres, deixando-a ainda mais ágil e competitiva, e acompanhando cada vez mais a dinâmica dos negócios e do mercado onde atua. Na prática, significa que a Companhia fortaleceu mecanismos para agilidade e segurança nas deliberações e, por consequência, no alcance dos objetivos estratégicos.

Mantivemos o aprimoramento contínuo da gestão das áreas que suportam a governança corporativa da Companhia. Com base no modelo de três linhas e tendo em vista a efetividade da prevenção, da detecção, da apuração e da correção desvios em geral, criou-se um Sistema de Gestão de Integridade que, sobremaneira, integra dados e ações das áreas de Governança, Ouvidoria, Controles Internos, Riscos e Conformidade e Ética. Esse Sistema de Gestão da Integridade tem representado uma evolução organizacional - que compreende um conjunto de arranjos institucionais, processos de trabalho, regulamentações, instrumentos de gerenciamento e controle - destinada a promover a integridade da corporação e de sua força de trabalho, sob a responsabilidade e a coordenação de uma área específica.

Com vistas ao fortalecimento do citado modelo de três linhas, internamente, denominado Sistema de Gestão de Integridade. Foram feitas revisões no Código de Conduta Ética e na Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia, bem como reorganização da Comissão de Ética, consolidada como instância de monitoramento do cumprimento e aplicação do Código de Conduta Ética, bem como de sua revisão periódica. Empresas éticas, com boas práticas de governança geram valor aos investidores e à sociedade.

Como resultado, a Companhia vem obtendo ano após ano reconhecimentos expressivos junto a diferentes plataformas de avaliação de ESG; sobretudo, no quesito “Governança”, cujos exemplos citamos: (i) pontuação de destaque no ISEB3 pelo 4º ano consecutivo; (ii) e pontuação máxima no FTSE4Good, permanecendo listada por 3 anos consecutivos; (iii) pontuação A no rating MSCI ESG Research; e (iv) 1º lugar na categoria de Governança Corporativa no ranking geral do evento “Empresas Mais 2022”, do Jornal “Estado de S. Paulo”.

Em 2022 a Companhia continuou com o seu propósito de ampliação de seu portfólio de investimentos e participações para abranger novos negócios diretamente relacionados à transição energética, o que exigiu o desenvolvimento de um “modelo” para a governança “das” e “nas” empresas subsidiárias e coligadas de modo alinhar interesses e promover convergências.

CONFORMIDADE, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Desde a privatização da Companhia, a área de Integridade — que reúne as funções de Ouvidoria, de Compliance, de Privacidade de Dados Pessoais, de Governança, de Riscos e de Controles Internos — vem atuando pelo aprimoramento de cada uma das três dimensões da governança corporativa: estrutura, sistemas e práticas. Entre outros exemplos, convém destacar a adequação e o desenvolvimento do Programa de Integridade da Vibra, que mais clara e diretamente articula todas as funções típicas mencionadas.

Nosso Programa, ancorado no novo Código de Conduta Ética, vem sendo constantemente aprimorado para que possa prestigiar, ao mesmo tempo, a prudência e a ousadia na tomada de riscos e decisões. Na prática, significa que a Vibra fortaleceu, em 2021, mecanismos automatizados de monitoramento de decisões, com base na avaliação de riscos. Trata-se de um “modelo responsivo” que pretende garantir a um só tempo agilidade e segurança nas deliberações e, por consequência, no alcance dos objetivos estratégicos.

Vale destacar que a Vibra implementou completamente, em 2021, seu Programa de Privacidade (ou de adequação à Lei 13.709/2018, LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). O Programa consistiu no mapeamento do ciclo de dados pessoais existentes nos processos e atividades da empresa. Esse mapeamento resultou na elaboração de um *Roadmap* de adequação, composto por 72 recomendações estruturantes, consideradas essenciais para a governança do Programa de Privacidade e 410 recomendações detalhadas distribuídas para todas as Áreas de Negócios da organização, perfazendo um total de 482 recomendações.

Em dezembro/2021, a consultoria Deloitte avaliou a maturidade do nosso Programa de Privacidade e, segundo os parâmetros AICPA/CICA, reconheceu que a Vibra alcançou o nível “Definido” de maturidade; isto é, que a organização implementou um Programa de Privacidade com procedimentos e políticas totalmente documentados e que cobrem todos os aspectos essenciais do programa.

Como consequência, a Vibra possui uma governança de dados pessoais, nos termos da qual destacam-se:

- Portal de Privacidade da Vibra, que informa a Política de Privacidade Corporativa (aprovada pela Diretoria Executiva) e disponibiliza um canal exclusivo para o atendimento dos direitos dos titulares foi aprimorado, com a criação de um formulário específico que agiliza nossa resposta para os solicitantes.
- A Diretriz Interna de tratamento de dados pessoais contempla todos os processos da empresa.
- Novos avisos de privacidade foram desenvolvidos para os diferentes públicos com os quais a Vibra se relaciona proporcionando mais transparência para o tratamento dos dados pessoais sob a nossa responsabilidade.
- Atualização periódica dos registros de operações de tratamento de dados pessoais existentes.
- O curso de treinamento e capacitação sobre o tratamento de dados pessoais se tornou obrigatório para todos os colaboradores da empresa.

Em nosso desafio em consolidar a cultura em riscos na Vibra, concluímos, em 2022, a implementação da nova metodologia de gestão de riscos corporativos, proporcionando robustez ao processo de identificação, análise, avaliação e mitigação dos riscos alinhados ao apetite definido. Nessa esteira, a Política de Gestão de Riscos Corporativos também foi atualizada, refletindo as melhores práticas advindas da nova metodologia, bem como fortalecendo a maturidade em riscos de forma integrada na companhia.

Além disso, a Matriz de Riscos Corporativa foi atualizada ao longo de 2022, resultando na identificação de riscos emergentes e na mudança de severidade para determinados riscos com base na avaliação da efetividade dos controles e análise de cenários do mercado, especialmente impactado por desdobramentos da Guerra na Ucrânia. Diante desse cenário de instabilidade, enfatiza-se o aumento da participação da Alta Administração no acompanhamento do gerenciamento de riscos corporativos por meio de pautas periódicas acerca do tema.

Sobre as iniciativas em controles internos, acompanhando a dinâmica dos negócios da VIBRA e seus riscos inerentes, novos processos foram incluídos no escopo e as melhores práticas foram aprimoradas, visando a mitigação de riscos e otimização de processos. A área de Controles Internos assessorou os gestores, identificando e avaliando mudanças e riscos que pudessem afetar o ambiente de controle da Companhia. Adicionalmente, seguimos aprimorando a aderência das atividades de controles aos riscos corporativos, considerando o apetite e a relação custo-benefício das atividades como resposta aos riscos.

Cabe destacar que a área de Controles Internos contribuiu para a realização dos objetivos da VIBRA promovendo confiabilidade dos relatórios financeiros, eficácia e eficiência das operações e a conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

Por fim, cumpre registrar que disseminamos a cultura de gestão de riscos, conformidade e controles internos, por meio de ações de comunicação e realização de treinamentos dirigidos aos administradores e à força de trabalho da Companhia.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Nossos instrumentos de gestão empresarial são pautados em nossos Código de Ética e Guia de Conduta e nas Diretrizes de Governança Corporativa.

O Art. 23 XI. do nosso Estatuto Social determina que os auditores independentes não poderão no prestar serviços de consultoria durante a vigência do contrato de auditoria.

Durante o ano de 2022, a KPMG Auditores Independentes foi a responsável pelos trabalhos de auditoria externa na Vibra Energia.

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO GERAL

Gente e Gestão

Dando continuidade ao processo de transformação iniciado em 2019, a Vibra energia seguiu pulsando com foco no futuro e na sustentabilidade, compromissada com o avanço da agenda de ESG (Environmental, Social and Governance).

No que tange à transição energética, no ano de 2022, a área de Gente e Gestão teve papel protagonista no desenvolvimento da estrutura de pessoal das novas empresas criadas pela Vibra em parceria com stakeholders do mercado de energia.

As ações visando a transformação cultura da empresa também não pararam, e a busca por um ambiente de trabalho com maior conexão entre pessoas e negócios foi representado por meio da reforma no layout do escritório sede da empresa, com a implantação de um projeto moderno e integrado para facilitar ainda mais a colaboração e a inovação.

Para 2023, nosso planejamento é continuar sustentados por meritocracia, alto desempenho, diálogo aberto e construção coletiva, focados no atingimento de metas e valorizando o potencial e cuidado com cada colaborador, com confiança, segurança, coragem e felicidade.

Gestão focada em resultados

Em 2022, o modelo de gestão para resultados ganhou mais maturidade, com metas finalísticas definidas para todos os níveis de liderança e com remuneração variável sendo paga para todos os gestores com parcela de seus resultados individuais.

Tal modelo se sustenta por uma rotina de controle de resultados estabelecida e normalizada em toda a Companhia, onde todos os resultados e seus desvios são avaliados e tratados, seguindo um fluxo de report mensal que se inicia nos níveis mais operacionais e termina no *report* de todas as Vice-presidências ao CEO. A rotina de controle de resultados estabelecida é acompanhada pela equipe de gestão, que mensalmente promove treinamentos “on the job” sobre a cultura de foco em resultados na empresa.

Além do programa de incentivo de curto prazo baseado nas metas anuais, modelos de remuneração variáveis adicionais, baseados em superação de metas, rodaram para a equipe de vendas, *traders* e gestores de pacote de gastos, nos quais metas desdobradas puderam ser estabelecidas, controladas e desempenhos individuais apurados.

Ao longo de 2022, algumas métricas foram ganhando relevância, tais como NPS (Net Promoter Score) como forma de medir a percepção do cliente sobre os serviços prestados pela Vibra. Processos realizados internamente, com impacto negativo na percepção do cliente foram redesenhados, a fim de buscar melhores resultados futuros.

Ao final de 2022, uma revisão do planejamento de longo prazo da Vibra foi feita, com envolvimento de mais de 100 líderes da Companhia, baseado em temas relevantes onde ainda temos oportunidades de melhoria identificadas. Este trabalho foi fundamental para garantir que, em 2023 e nos próximos anos, a cultura de foco em resultados ganhe ainda mais corpo e maturidade.

Atração, seleção e retenção

Em 2021, demos continuidade às práticas adotadas em 2020, ano de estruturação do processo de Atração no formato atual (sem a realização de processo seletivo público). Aprimoramos as práticas e processos que estavam em curso de forma a aperfeiçoar ainda mais nossas entregas às diversas áreas, em prol dos melhores resultados da companhia. Além disso, revisamos também todos nossos materiais internos e de comunicação, a partir inclusive da mudança de marca em 2021.

Já em 2022 a área foi reposicionada, passando à “Gerência de Atração de Talentos”. Durante o ano, alcançamos números bem expressivos: foram 142.935 novas pessoas inscritas em nossa plataforma externa; 503 vagas abertas e 381 admissões realizadas (9% a mais do que o ano anterior, sendo 32/mês, em média), considerando posições de gestão (nível tático e estratégico), além das vagas para todas as áreas da empresa, nos diversos locais do país. E, mesmo com o incremento do número de admissões, conseguimos alcançar as metas de SLA previamente definidas para conclusão dos processos seletivos.

O lançamento do Programa de Recrutamento Interno foi um dos grandes marcos do processo de Atração de Talentos durante o ano de 2022. Mencionado em diferentes fóruns como uma grande expectativa dos(as) colaboradores(as) da Vibra Energia, a iniciativa está em consonância com o estímulo da área de Gente e Gestão ao protagonismo de carreira e à mobilidade interna, favorecendo a transparência dos processos e a retenção de talentos na empresa.

Nesse sentido, foram 240 acessos à plataforma, que contou com 30 vagas abertas e seis aprovações, considerando o período de cinco meses, iniciado em agosto, quando a plataforma foi lançada.

Diversidade e Inclusão também foram pautas relevantes na área. Com ênfase inicialmente na dimensão de gênero, a meta estabelecida de 30% de mulheres dentre as admissões foi acompanhada mensalmente e, no resultado acumulado do ano, atingimos o parâmetro que ficou previamente definido, alcançando a marca de 34,8% de mulheres admitidas dentre todos os ingressos realizados em 2022.

Quanto às iniciativas voltadas para o desenvolvimento de jovens no início da carreira, no âmbito do Programa de Estágio, foram 65 admissões ao longo do ano (com uma média de 112 estágios em andamento em todo o Brasil); e já com relação ao Programa Jovem Aprendiz, 40 admissões, com 61 estudantes em média em atuação na empresa no decorrer de 2022.

E com o objetivo de potencializar ainda essas experiências de aprendizagem, inovamos com algumas iniciativas. Elaboramos um novo modelo do Programa de Ambientação, conduzido também por estudantes que já realizam seus estágios nas mais diversas áreas da empresa. Houve ainda ações diversas como palestras, conversas com monitores(as) de estágio e aprendiz e ainda o evento em comemoração ao Dia do(a) Estagiário(a), quando foi anunciada a participação desse grupo no programa corporativo de reconhecimento interno, o Reconhece+.

Diante de diversas iniciativas que favorecem e estimulam o desenvolvimento profissional desse grupo, alcançamos a marca de 23 efetivações (sendo 22 no âmbito do Programa de Estágio e uma no Programa Jovem Aprendiz), o que parece evidenciar a perspectiva de desenvolvimento continuado, proporcionando não apenas o crescimento profissional, mas também a percepção das próprias equipes quanto a boas práticas de gestão de pessoas.

Remuneração e Benefícios

Alinhados ao processo de atração, seleção e a retenção dos líderes e colaboradores, a área de Remuneração e Benefícios investiu em diversos programas e ações, dentre os quais destacamos:

- Plano de previdência complementar: em 2022, ampliamos o direito ao novo plano de previdência exclusivo da Vibra, o Flexprev, administrado pela Petros (Fundação Petrobras de Seguridade Social), aos colaboradores da empresa que estavam vinculados aos planos antigos, por meio do processo de opção à migração entre planos. Com isso, todos os colaboradores tiveram a opção de estarem vinculados a um plano de previdência mais moderno e flexível, de contribuição definida, com cobertura de pensão por morte e percentuais de contribuição que variam de 1% a 11%, com paridade integral da empresa, dentre outras vantagens. O planejamento de comunicação do processo de migração foi feito de forma integrada entre Vibra e Petros, com a criação de *hotsite* exclusivo do novo plano, realização de lives, plantões de atendimento tira-dúvidas, publicações semanais nos canais de atendimento interno da empresa, personalização do prédio sede e áreas operacionais e apresentações virtuais para diversas áreas administrativas. Como resultado, o plano recebeu o pedido de migração de 80% da força de trabalho da Vibra, e 30% do total de participantes, ativos e assistidos, dos planos antigos.
- Saúde: durante o ano de 2022, foram retomadas as ações presenciais de prevenção e promoção da qualidade de vida através do Programa Estar Bem. Foram realizadas semanas da saúde com atendimento nutricional, aferição de pressão e glicose, ginástica laboral, blitz da postura e shiatsu em 42 unidades da Vibra, totalizando mais de 3.000 atendimentos. Tivemos também a Campanha de Vacinação Antigripal, na qual 1583 colaboradores foram imunizados. Além disso, foram promovidas ações educacionais e de conscientização como setembro Amarelo, outubro Rosa, novembro Azul, Alimentação Saudável e Orientações de Saúde através da intranet. Para incentivo à atividade física, mantivemos a parceria com a *Gympass* que oferece acesso a milhares de academias espalhadas por todo o Brasil, aulas online e diversos aplicativos de qualidade de vida.
- No contexto da pandemia, recebemos o prêmio de melhor gestão de crise no enfrentamento à COVID-19, realizado pela Institucional Investor, além da manutenção das ações de conscientização e prevenção em todas as unidades Vibra, e disponibilização de atendimento médico e apoio psicossocial online para toda força de trabalho.
- Com objetivo de potencializar ainda mais nossa cultura de reconhecimento, fortalecemos a divulgação do nosso programa de reconhecimento não monetário, o Reconhece+, no qual os colaboradores são premiados com base na prática dos princípios da nossa empresa, fomentados pelo sentimento de pertencimento e com foco em 4 pilares: Agir (atitudes do dia a dia), Inovar (novas ideias geram valor), Prevenir (a sua segurança em primeiro lugar) e transformar (melhoria nas suas atividades). Por meio desse programa, os colaboradores têm a possibilidade premiar seus colegas, da mesma equipe ou equipe diferentes, por atitudes que fazem a diferença para o negócio, além de apresentar casos que resultam em melhoria dos processos da Vibra, atuando como parceiros de soluções acompanhadas de muita inovação e criatividade. A inovação em 2022 foi a criação de mais duas vertentes no Pilar Agir, com a ampliação da possibilidade de participação dos estagiários e jovens aprendizes da empresa, e lançamento do reconhecimento entre colaboradores da mesma equipe. Realizamos duas cerimônias de premiação (semestrais) sendo a do segundo semestre presencial, no auditório sede da empresa, respeitando todos os critérios de saúde e segurança. Ao todo, foram feitos cerca de 11 mil reconhecimentos no pilar agir e premiados 15 casos de 48 colaboradores nos pilares Inovar, Prevenir e Transformar.

continua >>>



continuação >>>

- Revisamos o programa de Incentivo de Curto Prazo, com a adoção de uma nova régua, reforçando a importância de resultados individuais, sempre alinhados às boas práticas de mercado. Além disso, as variáveis específicas das áreas de vendas foram revisadas a cada ciclo (trimestral ou quadrimestral), de modo a incentivar a superação de resultados em áreas estratégicas da empresa. Foi realizado um plano de ação de acompanhamento dos programas, com principal foco em comunicação, visando maior alinhamento às expectativas do negócio.
- Em relação aos incentivos de longo prazo, seguimos com a estratégia de oferecer planos que fortaleçam o senso de dono dos nossos líderes, em busca de maiores resultados para empresa, sempre alinhados às melhores práticas de mercado. Nesse sentido, implantamos o Plano de Performance Shares, atrelado a indicadores de performance baseados nos resultados de desempenho da Vibra, possibilitando aos executivos um ganho alavancado em função da superação da performance da Companhia.
- Estruturamos o processo de gestão de informações estratégicas de Gente e Gestão, de forma mais automatizada, por meio do uso de ferramentas e painéis que facilitam a extração de informações relevantes, dando suporte à tomada de decisão baseada em dados.
- Além disso, ampliamos nossas pesquisas e formulação dos pacotes de remuneração e benefícios no exterior para a contratação de colaboradores locais e gestão de expatriados, dando suporte ao início das atividades internacionais da Vibra, por meio da criação de unidades da Vibra Trading na Holanda.

Treinamento e Desenvolvimento

Em 2022 a Vibra retomou a modalidade presencial de alguns treinamentos e, com base na metodologia de aprendizagem corporativa, os conteúdos foram estruturados e disponibilizados para potencializar a capacitação dos colaboradores considerando os perfis, a necessidade do negócio e os princípios organizacionais. Também foram identificadas as necessidades de treinamento e desenvolvimento junto às áreas com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento de competências essenciais para a condução dos projetos e atingimento dos objetivos organizacionais.

A Plataforma de Aprendizagem on-line foi aprimorada e contou com o lançamento da Trilha dos Princípios, que disponibilizou mais de 50 treinamentos para os colaboradores, capacitando-os conforme os comportamentos esperados na prática dos princípios e potencializando a autonomia com o próprio desenvolvimento.

Para a capacitação dos colaboradores das áreas de Operações e Comercial, foram disponibilizados treinamentos presenciais e on-line no âmbito da Academia de Operações e da Academia Comercial, suportando a necessidade técnica do negócio e apoiando o desempenho das atividades com excelência a partir do reforço e aquisição de conhecimentos essenciais para sua atuação.

Os treinamentos de ambientação dos novos colaboradores, treinamentos normativos para o público das bases operacionais e os treinamentos obrigatórios da trilha de integridade e segurança da informação foram continuados e as participações acompanhadas para que todos estejam em dia com as capacitações essenciais e alinhados às diretrizes organizacionais.

O desenvolvimento dos líderes, alicerçado nas competências da liderança e aspectos da cultura, contou com o Circuito de Inovação e conteúdo sobre Viéses Inconscientes para todos, além de treinamentos específicos para diferentes níveis, áreas e necessidades, reforçando a capacitação da liderança para uma atuação alinhada aos direcionadores estratégicos do negócio com foco nos resultados e excelência da gestão.

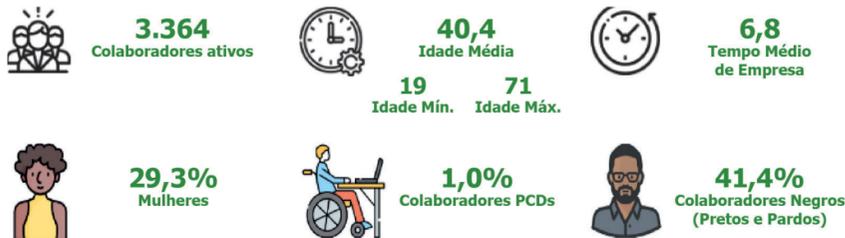
Considerando o investimento em capacitação e desenvolvimento para os colaboradores incluindo a liderança, foram mais de 18 mil participações em treinamentos não obrigatórios, cerca de 3 mil participações em treinamentos normativos e mais de 5 mil participações em treinamentos obrigatórios, totalizando mais de 72 mil horas de treinamento, o que corresponde a 90% dos colaboradores sem cargo de liderança e 99% dos líderes treinados.

Além dos treinamentos on-line e presenciais, foram realizadas ações com foco no alcance da Cultura desejada. Para sensibilizar a liderança sobre seu papel nesse contexto, foram realizados workshops de cultura para todos os líderes da empresa. Representando todas as vice-presidências e diversas localidades, foram formados 15 colaboradores como Embaixadores de Cultura com o objetivo de disseminar a cultura e reforçar a prática dos princípios através de sua atuação e capacidade de influência junto aos demais colaboradores.

Perfil

Encerramos o ano de 2022 com 3.364 colaboradores, incluindo líderes, espalhados por todo o Brasil. Nossa população está bem distribuída entre operacional e administrativo, com mão de obra especializada e treinada em todas as áreas, contribuindo para execução dos processos de forma otimizada, sem perdas e custos adicionais.

São apresentados, a seguir, alguns dados do perfil dos nossos colaboradores:



Comunicação Interna

No ano seguinte ao lançamento da nova cultura e marca Vibra, a área de Comunicação Interna realizou uma pesquisa qualitativa por meio de oito grupos focais, com amostra representativa de líderes e colaboradores das oito vice-presidências, para avaliar canais. Entre as avaliações, o levantamento revelou a necessidade de investir em 'um único canal' onde as pessoas pudessem buscar conteúdo de forma organizada e, também, receber notificações a respeito da publicação das principais notícias e iniciativas da empresa.

A partir dessa escuta ativa, lançamos a 'Vibra Conecta', que vai além de ser um canal. Trata-se de uma plataforma pautada na ferramenta 'digital workplace', um espaço de trabalho digital focada na experiência do colaborador, uma vez que reúne colaboração, comunicação e produtividade em um só lugar, além de integrar todos os sistemas e portais internos (Gente e Gestão, Jurídico, Serviços e outros) da empresa que são fundamentais para o dia a dia do nosso público interno. Por dia, a 'Vibra Conecta' registra 5,6 mil acessos diários.

Essa mensuração é possível por meio do Google Analytics que gera relatórios em tempo real com informações que dão suporte à tomada de decisão sobre conteúdos mais lidos, dias de maior audiência, perfil do público entre outros. Os principais atributos da Vibra Conecta são: conectividade e agilidade, uma vez que não é necessário VPN (conexão imediata) e permite publicação imediata de tudo o que acontece, de forma simples.

A plataforma veio em um momento em que a empresa precisava fortalecer a compreensão em torno do processo de transformação cultural, por meio da vivência dos princípios pelos colaboradores. A derrubada de símbolos como DIP e a substituição do SINPEP pelo Portal de Gestão de Processos e Padrões; o lançamento do programa de Recrutamento Interno, da Plataforma de Aprendizagem e fortalecimento do Portal de Benefícios foram todos realizados dentro da Vibra Conecta, que atua como um hub, uma porta de entrada para facilitar a compreensão e estimular o engajamento interno às novas iniciativas da empresa.

Junto com o mesmo diagnóstico que realizamos em 2022, veio outro dado importante e que já é cientificamente conhecido no mercado de comunicação: o de que a liderança deve ser o principal canal de comunicação com os colaboradores. Por esse motivo, a Vibra Conecta traz uma área dedicada exclusivamente aos gestores, para a qual são levados temas exclusivos para ficarem no radar da liderança ou estimular o diálogo dela com seus liderados.

Com o objetivo de promover uma comunicação interna cada vez mais próxima, por meio de linguagem simples e direta, foi lançado o 'Podcast Energia em Movimento'. Ele está disponível dentro da Vibra Conecta, que também pode ser acessada pelo celular, via Teams. A proposta do 'Energia em Movimento' é colocar nossas pessoas no centro das atenções para falarem sobre seus projetos realizados em linha com a cultura desejada pela nossa empresa.

A Comunicação Interna, por ser uma *cross area*, planeja, cria, produz, lança e mede estratégias para programas geridos por Gente, Gestão e ESG e as outras áreas de negócios da Vibra. Dentre os principais destaques de 2022 estão: campanha para migração dos colaboradores para o Flexprev (plano de previdência privada Vibra), campanhas para as 2ª e 3ª edições do Pulso de Cultura, eventos para ciclos 1 e 2 do Reconhece+, campanha para o lançamento do programa Co.laborar (de inovação), *rebranding* dos processos de Gente e Gestão e estruturação da Plataforma de Diversidade.

A Comunicação Interna segue com sua escuta ativa, reunindo todos os insumos (pesquisa pulso de cultura, diagnóstico DNV, NPS) para corrigir rotas, aperfeiçoar processos e meios para seguir contribuindo

Cultura

Um dos principais marcos do processo de transformação cultural da Vibra em 2022 foi a realização do workshop de vivência dos princípios. Ele contou com a participação de 60 líderes das oito vice-presidências que, após uma palestra sobre o papel da liderança na transformação cultural da empresa - ministrada pelo escritor e especialista em cultura organizacional, Sandro Magaldi - sugeriram 17 ações (rituais e símbolos) para tangibilizar os princípios. Foram priorizadas 10 das 17 ações e proposta uma governança para desenvolvimento, implantação e gestão dessas iniciativas por meio das lideranças envolvidas diretamente no trabalho.

Merece destaque também a revisão dos princípios e comportamentos da cultura, que ocorreu de forma multidisciplinar por meio do Plano de Negócios Concatenar, no qual a Transformação Cultural foi um dos temas estratégicos prioritários. O plano propõe ações plurianuais (2023-2027) pertinentes com as necessidades, os desafios e as perspectivas de fortalecimento do core business e inovação nos negócios da Companhia.

DESEMPENHO CONSOLIDADO 2022

A receita líquida de vendas aumentou 39,4%, passando de R\$ 130,1 bilhões em 2021, para R\$ 181,4 bilhões em 2022. Este crescimento é explicado, principalmente, pelo aumento de 39,2% nos preços médios de comercialização, essencialmente devido aos aumentos nos preços dos produtos ao longo de 2022, além do aumento de 0,2% do volume vendido sendo as maiores vendas de diesel (2,7%), de ciclo Otto (6,7%) e de combustíveis de aviação (35%) reflexo da retomada da economia a níveis próximos aos existentes antes da pandemia da COVID-19, porém, em grande parte compensadas pelas menores vendas de óleo combustível em razão de menor acionamento das termoeletricas ao longo de 2022. Ressalta-se que, apesar da recuperação em comparação com 2021, o segmento de Aviação ainda não retornou aos níveis pré pandemia da COVID-19.

O lucro bruto aumentou 9,3%, passando de R\$ 6,8 bilhões em 2021, para R\$ 7,4 bilhões em 2022, principalmente em função do ganho de *market-share* no diesel e combustíveis ciclo Otto, acompanhada de uma evolução positiva da margem média de comercialização. Ressalta-se a valorização nos estoques no decorrer de 2022 em razão dos reajustes de preços no período.

As despesas operacionais apresentaram redução de R\$ 833 milhões, passando de uma despesa de R\$ 4,3 bilhões em 2021, para uma despesa de R\$ 3,5 bilhões em 2022, em razão, principalmente, das variações são apresentadas a seguir:

- (+) Perdas e provisões com processos judiciais: variação positiva de R\$ 745 milhões em função, principalmente, do acordo de renegociação de dívidas (ARD) celebrado em 2021 entre VIBRA, Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) e o Estado do Amapá onde a Vibra cede parte dos direitos creditórios ao Estado em montante equivalente à remissão da totalidade do crédito tributário decorrente do não recolhimento dos valores de ICMS, objeto de execução fiscal (R\$ 716 milhões). Em 2022, destacam-se os pagamentos de acordos firmados em processos cíveis movidos por Carrefour (R\$ 70 milhões) e Vale Investe (R\$ 33 milhões);
- (+) Créditos de PIS/COFINS: reconhecimento de R\$ 672 milhões de créditos sobre despesas operacionais essenciais;

- (+) Resultado com alienação/baixa - participações societárias: variação positiva de R\$ 513 milhões em função, principalmente, do ganho proveniente do processo de constituição da Vem Conveniência - joint venture com as Lojas Americanas (R\$ 447 milhões) e da transferência da participação na Vibra Comercializadora de Energia à Comerc Participações S.A. (R\$ 58 milhões) como pagamento parcial para aquisição de ações da Comerc, parcialmente compensado pelo resultado da alienação, em 2021, da totalidade da participação acionária nas empresas Pecém Energia e Energética Camaçari Muricy II à CH4 Energia Ltda (R\$ 46 milhões) e pela perda na venda da Brasil Carbonos (R\$ 55 milhões);
- (+) Resultado com alienação/baixa de ativos: variação positiva de R\$ 396 milhões em relação a 2021 em função, principalmente, de maiores vendas de imóveis;

- As perdas de crédito esperadas (PCE) somaram R\$ 8 milhões positivos em 2022 e R\$ 289 milhões, em despesa, no exercício de 2021, representando uma redução de R\$297 milhões nas despesas da Companhia. O ingresso em recuperação judicial do cliente Samarco Mineração (R\$ 159 milhões) e o provisionamento de R\$ 106 milhões referentes ao empréstimo concedido pela Companhia à Stratura Asfaltos, ambos em 2021, foram determinantes para a maior PCE em 2021;
- (-) Provisão para crédito de descarbonização: aumento de R\$ 810 milhões, em função da maior necessidade de aquisição de CBIOS no período, consequência das metas definidas pela ANP para a Companhia em 2022, associado ao maior valor de comercialização desses certificados no mercado;

- (-) Créditos de ICMS - Fim da definitividade: redução na receita de R\$ 220 milhões em relação a 2021 em função, principalmente, dos menores ressarcimentos extemporâneos de ICMS ST referente aos créditos originados do fim da definitividade da substituição tributária, no que se refere à cobrança de complemento ou à geração de ressarcimento do ICMS nas vendas de óleo diesel e gasolina aos grandes consumidores, bem como de querosene de aviação às empresas aéreas;
- (-) Plano de Pensão e Saúde inativos: em 2021 houve mudança nas regras do plano de saúde para retirada gradativa do subsídio da Companhia, o que resultou em um ganho de R\$ 119 milhões em 2021, sem correspondência em 2022 associado ao impacto negativo no resultado de 2022 do compromisso assumido da Vibra junto à Petros pela migração dos participantes para o novo plano de pensão Flexprev (R\$ 115 milhões);

- (-) Resultado do hedge de commodities: variação negativa de R\$ 579 milhões decorrente da perda na proteção da variação no preço praticado pela Petrobras em comparação ao preço pago na importação de derivados (R\$ 524 milhões) e da perda na variação da proteção do estoque da Vibra contra a variação do preço dos produtos no mercado nacional (R\$ 55 milhões);

Especificamente no 4T22 verificamos um contexto de alta volatilidade dos preços das commodities que comercializamos, com os preços de diesel ao longo de outubro experimentando novos aumentos de crack spreads e levando a um novo descolamento dos preços domésticos em relação aos internacionais. Este contexto somou-se a um excesso temporário de produtos no mercado, com os players tendo se preparado para o pico sazonal de demanda de diesel em outubro, mas com uma demanda que se mostrou aquém da esperada naquele mês.

Percebemos, já ao final do 3T22, os diversos players de mercado se preparando para essa alta demanda esperada em outubro, através de aumento de importações, especialmente, que naquele momento se mostravam atrativas.

Ao longo de outubro, no entanto, dois movimentos concomitantes ocorreram: um descolamento repentino dos preços internacionais em relação aos domésticos, com o crack spread do diesel voltando a se expandir e nos levando a maiores despesas com hedge, sem que houvesse a contrapartida de elevação dos preços nacionais, o que compensaria esses custos pela valorização de estoques da Companhia; e uma demanda efetiva de produtos menor do que aquela antecipada pelos players, levando a uma sobre oferta temporária de produtos no mercado e consequentemente a um contexto mais desafiador de margens, o que contribuiu para o resultado negativo de operações de hedge de commodities.

O resultado financeiro apresentou variação negativa de R\$ 2,6 bilhões, de uma receita líquida de R\$ 600 milhões em 2021 para uma despesa líquida de R\$ 2,0 bilhões em 2022, principalmente em razão dos seguintes eventos:

- (-) Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo: variação negativa de R\$ 1,5 bilhão, em função, principalmente, da variação negativa de R\$ 1,6 bilhão nas operações de swap relacionadas aos empréstimos no exterior, mensuradas a valor justo. Cabe ressaltar, que esse impacto no swap é parcialmente compensado pela variação cambial positiva de R\$ 0,7 bilhão, mensurada ao custo amortizado;
- (-) Recuperação de créditos - valor justo: redução de R\$ 1,2 bilhão, em função, principalmente, da renegociação da dívida com o cliente Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA (R\$ 1,1 bilhão) e da cessão de recebíveis do cliente Samarco para o *Bank of America* (R\$ 0,1 bilhão), ambos em 2021;
- (-) Despesas Financeiras - Empréstimos e Financiamentos: aumento de R\$ 0,7 bilhão em função, principalmente, do aumento do CDI e das novas captações ocorridas ao longo do exercício;
- (+) Variação Cambial Empréstimos e Financiamentos - variação positiva de R\$ 0,7 bilhão.
- (+) Receitas Financeiras - Aplicações Financeiras - variação positiva de R\$ 0,2 bilhão, em função, principalmente, do aumento do CDI em 2022.

O lucro líquido do exercício recuou 38,4%, passando de R\$ 2.497 milhões em 2021 para R\$ 1.537 milhões em 2022 em função dos diversos pontos citados anteriormente, mas, principalmente, devido à redução do resultado financeiro. Ressalta-se que o relevante resultado de 2022 reforça a trajetória de resultados positivos e de rentabilidade que marcam a história de sucesso da Companhia.

O EBITDA ajustado Proforma cresceu cerca de 6%, passando a R\$ 5.263 milhões em 2022, de R\$ 4.983 milhões em 2021, representando uma Margem EBITDA Ajustada de R\$ 137/m3 em 2022. Destacam-se os crescimentos nas vendas e no *market-share* de diesel e de combustíveis ciclo Otto, com a manutenção da liderança no mercado, sem deterioração das margens de comercialização, acompanhada da gestão eficiente dos custos e novas parcerias comerciais, com foco na transição energética e sempre em conformidade com a agenda ESG da Companhia.

DESEMPENHO DOS SEGMENTOS DE NEGÓCIOS 2022

Rede de postos

Somos líderes no segmento Revenda com 24,8% de participação de mercado considerando combustíveis claros (gasolina, etanol e diesel). Em 2022, ganhamos *market-share* em todas as regiões do Brasil e como resultado crescemos 0,7 p.p. em relação ao ano anterior.

Para direcionamento estratégico da revenda, avançamos na transformação de dados em informações acionáveis. Dessa forma, com o uso de variáveis de inteligência de mercado, foram definidas áreas prioritárias para atuação comercial.

Portanto, nossa estratégia de expansão com rentabilidade e qualidade foi intensificada e permitiu que aproveitássemos as oportunidades de embaixamento de postos bandeira branca e de implantação de novos negócios.

Seguimos como a maior rede de postos bandeirados do país atendendo cerca de 8.383 revendedores. E, mais uma vez nossa capacidade de expansão da rede foi destaque. Na comparação com o ano anterior, apresentamos saldo positivo de 182 postos, o que viabilizou maior capacidade de geração de valor para a companhia e êxito nos resultados da revenda com a melhora da performance média da rede.

Garantimos também a permanência dos postos Petrobras na liderança do outlet share em nível Brasil com 19,5% de participação de mercado.

Mediante um portfólio amplo de revenda, considerando também arla 32, GNV, querosene e lubrificantes foram vendidos 23,6 milhões de m³ de produtos. Isso representa um aumento de 5,3% no volume comercializado no segmento em relação ao ano anterior, em razão do crescimento no volume de 10,0% nas vendas de gasolina e de 4,0% no volume de diesel.

Ainda, apresentamos um salto na participação dos produtos aditivados em nosso mix de 14,3% para 17,3% no comparativo entre o ano de 2021 x 2022 e pela primeira vez na série histórica da companhia assumimos a liderança no *market-share* de produtos aditivados, com uma fatia de 30,5% desse mercado.

Os resultados da revenda incrementaram nossa margem e lucro do segmento em 22,2% e 29,1%, respectivamente.

Convém enfatizar também a inovação na rede de postos Petrobras no ano de 2022 com a inauguração do primeiro Eletroposto para recarga ultrarrápida de veículos elétricos. Oferecemos mais uma opção para avançarmos no caminho da descarbonização e alinhados às práticas de ESG. Esse foi um importante passo e está alinhado ao nosso objetivo de entregar as melhores alternativas energéticas e de mobilidade aos nossos clientes e à sociedade em geral.

Lojas de Conveniência BR Mania

O ano de 2022 foi de muitas realizações para a BR Mania, a começar pela criação VEM Conveniência S.A., com gestão focada e especializada no segmento, para trazer conveniência e facilidade para os franqueados. E o processo de Expansão da Rede já se iniciou, com a diversificação de formatos e modelos de operação de lojas, resultando em 121 novas unidades espalhadas por 90 cidades e 22 estados da federação, totalizando 1.238 lojas, representando 17% de penetração na rede de postos Petrobras.

Também iniciamos um intenso trabalho de modernização e migração para a nova imagem das lojas BR Mania, com as lojas já modernizadas experimentando um crescimento de 33% em seu faturamento. Além disso, fechamos parceria com empresa do grupo Comerc Energia, para distribuição de energia renovável aos franqueados do Estado de MG. Assim, finalizamos o ano de 2022 com avanços em resultados:

- Crescimento no *market-share* de lojas, versus os 2 principais concorrentes do canal conveniência, de +1,4 p.p. E crescimento *same store* de +22%;
- Superamos o faturamento total de 2021 em 22%, chegando no valor de R\$ 1,3 bi. E o faturamento médio mensal por loja em 2022 foi de R\$ 106 mil, o que supera o número de 2021 em 18%;
- Receita Líquida da VEM em 2022 foi de R\$ 151 milhões;
- Número de Transações (média/loja): 5.497/m² (+14% vs. 2021);
- Ticket médio: R\$ 19,45 (+4% vs. 2021).

Rede de excelência Siga Bem

A Rede Siga Bem é a rede de excelência de postos Petrobras rodoviários. Localizada nas principais rodovias brasileiras, oferece estrutura completa de atendimento e serviços dedicados aos caminhoneiros.

No ano de 2022, a Rede Siga Bem cresceu mais de 6%. Atingimos 144 postos, que representam mais de 37% do volume total de diesel rodoviário comercializado pela Vibra.

Realizamos durante todo o ano ações promocionais através da Trilha do Caminhoneiro no Premmia, com benefícios exclusivos para esse público.

Realizamos em parceria com a Iveco a maior ação de marketing das estradas brasileiras, a Gincana do Caminhoneiro, onde tivemos a participação de 10.600 caminhoneiros. No evento desenvolvemos diversas ações de saúde e bem-estar, além disso os motoristas inscritos na competição concorriam a um caminhão 0km.

Outra parceria criada foi com a empresa Truckpad, aplicativo que indica os postos Petrobras como pontos de parada nas estradas durante a jornada do caminhoneiro.

Centros de lubrificação Lubrax+

Apesar dos grandes desafios do ano de 2022, ampliamos nossa rede de franquias Lubrax+ para 1771 unidades. Começamos a recuperar o impacto sofrido no início da pandemia, porém um pouco abaixo das expectativas de projeções de faturamento para o ano. Vale ressaltar o aumento da troca média por franquias em 7,4%, quando comparado com o ano anterior. Mesmo com todos os desafios de um cenário econômico instável, mais uma vez o destaque do ano foi a capacidade de expansão da rede, que encerrou 2022 com um saldo positivo de 60 novas unidades franqueadas em comparação com o ano anterior.

Em 2022, sempre na busca da confiança dos nossos consumidores, intensificamos as ações promocionais e de incentivo às vendas e iniciamos o desenvolvimento em busca de maior tecnologia e inovação visando praticidade na operação dos nossos franqueados e área comercial.

continua >>>



continuação >>>

A grande novidade do ano foi o benefício assistência automotiva Porto Seguro por 6 meses para os consumidores finais, que tem como objetivo engajar o consumidor final, gerar recorrência no uso do serviço e aumentar a visibilidade da marca.

Desempenho da Rede de Postos

A receita líquida ajustada da Rede de Postos aumentou 33,9%, passando a R\$ 105,5 bilhões em 2022, de R\$ 78,8 bilhões em 2021. Este aumento é explicado principalmente em função dos maiores preços médios de realização (+ 26,8%) e do maior volume vendido (+5,6%) em 2022.

O lucro bruto ajustado reduziu em 2,1%, passando a R\$ 3,7 bilhões em 2022, de R\$ 3,8 bilhões em 2021. Apesar do crescimento de 5,6% do volume vendido com ganho de *market-share* e resiliência nas margens de comercialização, os reajustes de preços que ocorreram ao longo do ano de 2022, de modo geral, foram determinantes e desfavoráveis aos resultados do segmento, em razão da desvalorização de produtos em estoque.

As despesas operacionais totais ajustadas aumentaram 34,1%, passando a R\$ 1,7 milhões em 2022, de R\$ 1,3 bilhões em 2021, principalmente em razão do aumento das provisões com créditos de descarbonização em R\$ 584 milhões, passando de R\$ 170 milhões em 2021 para R\$ 754 milhões em 2022. Além disso, houve variação negativa de R\$ 136 milhões oriunda de operações de hedge de commodities, passando de uma despesa de R\$ 281 milhões em 2021 para uma despesa de R\$ 417 milhões em 2022, bem como o crescimento de R\$ 24MM nas Perdas com Créditos Esperadas (PCEs). Valores parcialmente compensados pelo resultado com alienações de ativos, superiores em 2022 em R\$ 346 milhões.

O EBITDA ajustado apresentou redução de 21,4%, passando a R\$ 1,951 bilhões em 2022, de R\$ 2,482 bilhões em 2021, em decorrência da redução de 2,1% do lucro bruto e, principalmente o aumento de 34,1% nas despesas operacionais. A margem EBITDA ajustada apresentou redução de 26%, passando a R\$ 82/m³ em 2022, de R\$ 110/m³ em 2021.

A Rede de Postos representa aproximadamente 57% das Receitas Líquidas Ajustadas e 37% do EBITDA ajustado total da Companhia.

B2B

Somos líderes no segmento B2B com 33,2% de *market-share*. Temos um portfólio amplo de combustíveis claros, óleo combustível, coque, energia e produtos químicos.

Em 2022, atendemos cerca de 7 mil clientes, resultando em 10,4 milhões de m² de produtos vendidos, o que representa uma redução de 17,8% no volume comercializado no segmento em 2022 em relação ao exercício anterior, principalmente em razão da expressiva redução no volume de coque -51%, pelo fim do contrato com a Petrobras, e pelas vendas 51% inferiores de óleo combustível, essencialmente em razão das maiores vendas para termoelétricas.

Apesar do menor volume vendido, a realização de melhores margens médias de comercialização, especialmente no diesel e reflexo de estratégias comerciais e relativa escassez de produto em parte do ano de 2022, resultaram em um Lucro Bruto ajustado 2,6% superior, passando a R\$ 2,696 bilhões em 2022, de R\$ 2,628 bilhões em 2021.

As despesas operacionais ajustadas aumentaram 45%, passando de R\$ 1.109 milhões em 2021 para R\$ 1.607 milhões em 2022, principalmente em razão da variação negativa de R\$ 298 milhões advinda de operações de hedge de commodities, passando de uma despesa de R\$ 149 milhões em 2021 para uma despesa de R\$ 447 milhões em 2022, além do aumento das despesas com créditos de descarbonização em R\$ 228 milhões, passando de R\$ 69 milhões em 2021 para R\$ 297 milhões em 2022.

O EBITDA Ajustado B2B em 2022 reduziu 28,3% em relação a 2021, passando a R\$ 1,089 bilhão em 2022, de R\$ 1,519 bilhão em 2021, reflexo, principalmente, das maiores despesas com hedge de commodities e das menores vendas para termoelétricas em 2022.

Mercado de Aviação

Somos líderes no segmento de aviação com 67,8% de *market-share*. Estamos presentes em 90 unidades distribuídas por todas as regiões do país e possuímos uma carteira de mais de 2.500 clientes ativos.

O segmento de Aviação foi fortemente impactado pela pandemia da COVID-19 e observamos, em 2022, o segundo ano consecutivo com relevantes sinais de recuperação com o crescimento de 35,5% do mercado na comparação com 2021. Estima-se, porém, que serão necessários alguns anos para que o mercado retorne aos níveis pré-pandemia.

Determinada a manter o papel de destaque no segmento, a Companhia, conquistou novos clientes, revisou contratos existentes e aumentou seu volume de vendas em 35,4%, mantendo sua participação no mercado e movimentos estes sem depreciar as margens de comercialização; sendo ainda beneficiada por ganhos orgânicos em razão dos reajustes de preços dos derivados que ocorreram ao longo de 2022. Como consequência, aumento do Lucro Bruto ajustado em 57%, passando a R\$ 1.374 milhões em 2022, de R\$ 873 milhões em 2021.

Despesas operacionais ajustadas de R\$ 387 milhões em 2022, montante 11% superior às despesas operacionais de 2021 (R\$ 349 milhões), sendo a variação em razão de maiores despesas com operações em aeroportos, vinculadas aos maiores volumes comercializados e mais que compensadas pelo Lucro Bruto superior.

EBITDA Ajustado da Aviação aumentou 88% em 2022, passando a R\$ 987 milhões neste ano, de R\$ 524 milhões realizados em 2021, enquanto a margem EBITDA ajustado alcançou R\$ 240/m³, 40% superior à realizada em 2021 (R\$ 172/m³).

NOVOS LIMITES DE ALAVANCAGEM

Ao longo de 2022 a Vibra captou um montante total de R\$ 4,5 bilhões em um mix de instrumentos bilaterais com diferentes instituições e mercado de capitais através de Debêntures Institucionais. A Cia conseguiu obter condições de financiamento atrativas, com prazos médios de 5,6 anos e custos competitivos (CDI +1,60% a.a.). Os recursos captados foram utilizados para financiar o capital de giro da Companhia.

ENDIVIDAMENTO

A Dívida Bruta Ajustada da Companhia, após Instrumento Derivativo (swap), alcançou no período findo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 17,87 bilhões, 30,1% acima da posição em 31 de dezembro de 2021. Este incremento da dívida veio acompanhado de mudanças estruturais e positivas no perfil de endividamento da Cia por meio da estratégia de *liability management*.

A Vibra vem trabalhando de forma consistente para o alongamento das dívidas assim como do reperfilamento do cronograma de amortizações visando a desconcentração de vencimentos. Como resultado desse trabalho, em 12 meses a Cia quase dobrou o prazo médio da dívida saindo de 2,3 anos no 4T20 para 4,4 anos no 4T2021.

O foco no *liability management* e *SWAPs* de IPCA para CDI, permitiu também a Vibra reduzir em 2021 o custo médio da dívida de CDI + 1,69% a.a. no 4T21, para CDI + 1,33% a.a. no 4T22. Esse resultado foi possível através de uma estratégia pautada na diversificação de instrumentos entre bilaterais e mercado de capitais aproveitando as janelas de oportunidade de cada produto.

CAPEX E EMBANDEIRAMENTOS

Realizamos, juntamente com nossas controladas, R\$ 667 milhões em Capex, concentrados na expansão e defesa do posicionamento logístico, na manutenção das infraestruturas operacionais e transformação digital e tecnologia da informação. A tabela a seguir apresenta a realização dos investimentos em 2022.

Investimentos em CAPEX (R\$ Milhões)	2022	%
Expansão e Def. Posicionamento Logístico	194	29%
Manutenção da Infraestrutura Operacional	148	22%
Transformação Digital e TI	132	20%
SMS e Demandas Legais	81	12%
Rede de Postos	28	4%
Automação	50	7%
Obras em Clientes	18	3%
Imagens dos Postos	16	2%
Total	667	100%

Para a expansão da rede de postos de serviços em 182 novas estações e renovações contratuais, a Companhia investiu R\$ 1.217 milhões em 2022, sendo R\$ 670 milhões em bonificações antecipadas, R\$ 490 milhões em bonificações por performance e R\$ 57 milhões em financiamentos ressarcíveis.

RENOVABIO

A partir de 2020, foi efetivamente implementada a Política Nacional dos Biocombustíveis (Renovabio), instituída pela Lei no. 13.576/2017, que para incentivar a produção de biocombustíveis e reduzir a emissão de carbonos, apresenta como principal instrumento a criação de um mercado de carbono e metas definidas para sua execução, tendo em vista o volume comercializado de combustíveis fósseis por cada distribuidora de combustíveis, a qual é a única parte obrigada a compensar as emissões destes combustíveis, por meio de aquisição de CBIO (Certificados de Descarbonização) neste novo mercado, cuja negociação ocorre no âmbito da B3.

Os CBIO são emitidos por produtores e importadores de biocombustíveis devidamente certificados de acordo com a eficiência para a mitigação de uma quantidade específica de gases de efeito estufa em relação ao seu substituto fóssil.

Em 21/07/2022, foi publicado o Decreto nº 11141 que dispõe sobre a postergação dos prazos para cumprimento das metas individuais até o dia 31 de março do ano subsequente e, excepcionalmente, o cumprimento da meta individual referente ao ano de 2022 deverá ocorrer até 30 de setembro de 2023.

A meta da Vibra referente ao ano de 2022 é de 9.710.510 (nove milhões, setecentos e dez mil, quinhentos e 10) CBIOs, que representa 26,44% da meta total do Brasil e será cumprida integralmente dentro do prazo estipulado. O desembolso anual com as aquisições de CBIOs foi de R\$ 824,7 milhões.

Em 27/12/2022, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) divulgou a meta preliminar da Vibra para 2023, na quantidade de 10.216.928 (dez milhões, duzentos e dezesseis mil, novecentos e vinte e oito) CBIOs, que representa 27,27% da meta total do Brasil. A meta definitiva para o ano de 2023 será disponibilizada por esta agência até 31/03/2022 e podendo ser cumprida até 31/03/2024.

INVESTIDAS 2022

Alinhado ao seu planejamento estratégico de criar uma plataforma multienergia, a Vibra iniciou o ano de 2022 tornando-se titular de ações representativas de 48,7% do capital social total da Comerc e em conjunto com os sócios fundadores da Vibra Comercializadora de Energia S.A. (antiga Targus Comercializadora de Energia), formam um bloco de acionistas titular de 50% do capital social total da Comerc.

A associação entre a Vibra e a Comerc permite agregar competências complementares em uma plataforma integrada de energia, preparada para fornecer soluções para clientes finais com potencial e capacidade financeira para ser uma das mais relevantes empresas de energia do Brasil.

Em nossa estratégia de diversificação da comercialização de matrizes energéticas, a Vibra tornou-se sócia da ZEG Biogás e Energia S.A., sendo detentora de 50% (cinquenta por cento) do seu capital social. Esta operação visa complementar a plataforma de produtos e serviços renováveis da VIBRA, como mais um passo rumo à inserção da Companhia no processo de transição e descarbonização da matriz energética brasileira.

Ainda como parte da consolidação do seu portfólio, o Conselho de Administração da Vibra autorizou a condução de processo de alienação de todas as ações de propriedade da Vibra na companhia de gás do Espírito Santo (ES GÁS). Com isso, a Vibra pretende, em conjunto com o governo do Estado do Espírito Santo, sócio controlador da empresa, colocar à venda, por meio de leilão público, a totalidade das ações da companhia. O processo de desestatização está sendo coordenado pelo BNDES e o leilão público para ofertar as ações está previsto para ocorrer no início de 2023.

Constituímos, com Copersucar S.A., uma Joint Venture (JV) com a aquisição de 49,99% da Empresa Comercializadora de Etanol, denominada ECE S.A. (Evolua Etanol), de propriedade da COPERSUCAR, que manteve participação de 50,01%. A formação da nova comercializadora de etanol deverá gerar ganhos de escala que viabilizarão maior competitividade e diversos tipos de sinergias nas operações, através de melhores controles operacionais, maior capacidade de carregar de estoque, monitoramento constante e visão ampla de todos os processos da cadeia em tempo real, entre outros. Esta iniciativa está alinhada à pauta ESG da VIBRA, uma vez que essa comercializadora de etanol tem a ambição de desempenhar papel relevante no apoio à transição energética e à descarbonização da frota nacional de veículos leves.

Adicionalmente constituímos em parceria com a Lojas Americanas para o negócio de conveniência, Vem Conveniência S.A., que integrou das 1.255 lojas das marcas BR Mania e Local na sociedade cujo capital é dividido em partes iguais entre as duas empresas, e conta com estrutura profissional e de governança próprias. A marca da BR Mania será mantida nas lojas dos postos de combustíveis, enquanto as lojas fora dos postos de combustíveis utilizarão a marca Local. O modelo de negócios da Vem prevê tanto lojas franqueadas como a operação própria de lojas de pequeno varejo. No início do ano de 2023, à luz dos recentes acontecimentos envolvendo a Lojas Americanas, podem ocorrer alterações em premissas basilares que conduziram à celebração da Parceria. Neste sentido a Vibra, por determinação do seu Conselho de Administração, notificou a Lojas Americanas para imediato encerramento da Parceria, tendo iniciado os trâmites e procedimentos necessários para seu desfazimento.

MERCADO DE CAPITALIS

A Vibra é uma sociedade anônima de capital aberto, com suas ações listadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, desde 2017, com o código VBBR3, fazendo parte do segmento do Novo Mercado da B3, mais alto nível de governança corporativa. Seu capital social é representado por 1.165.000.000 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações da Companhia encerraram o pregão de 29-dez-22 cotadas a R\$ 15,55 apresentando uma desvalorização de -20,26% ao longo do ano e com volume financeiro médio de R\$ 187,7 milhões/dia negociado na B3 - Brasil, Bolsa & Balcão.

Programa de Recompra

O programa de Recompra de Ações da Vibra, anunciado em 29 de julho de 2021, com prazo de até 18 meses, foi finalizado em 10 de fevereiro de 2023. O máximo de ações que poderiam ser recompradas era de 10% do total das ações ordinárias da Companhia em circulação. Foi adquirido um total de 50.096.500 ações (4,30%), que permanecerão em tesouraria para manutenção, alienação ou cancelamento.

Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos

Em 2022, aprovamos o pagamento do valor total de R\$ 823,9 milhões, sob a forma de juros sobre o capital próprio (JCP), referente ao exercício social de 2022. O pagamento da primeira parcela no valor de R\$ 389 milhões (R\$ 0,34 por ação), foi realizado em 29 de dezembro de 2022, e um pagamento complementar de R\$ 434,9 milhões (R\$ 0,39 por ação), foi realizado em 28 de fevereiro de 2023. Já em relação ao exercício de 2021, o montante total distribuído foi de R\$ 531 milhões, equivalente a ≈ R\$ 0,46 por ação ordinária.

Os valores consideram o dividendo mínimo obrigatório, em ambos os exercícios, em relação a juros sobre capital próprio e dividendos declarados em Assembleia Geral Ordinária ("AGO").

Os fatos seguem resumidos na tabela abaixo:

Exercício	Descrição	Data da Pagamento	Valor Bruto/ ação (R\$)	Valor Bruto (R\$)	Valor/ ano (R\$)
2021	Antecipação de uma parte do Juros sobre capital próprio (JCP).	29/09/2021	0,333672094	383.277.611,00	663.674.975,39
2021	Antecipação da 2ª parcela do Juros sobre capital próprio (JCP).	23/12/2021	0,131482454	148.547.535,44	
2021	Dividendos complementares ao mínimo obrigatório.	30/05/2022	0,117107099	131.849.828,95	
2022	Antecipação de uma parte do Juros sobre capital próprio (JCP).	29/12/2022	0,348909121	389.000.000,00	823.993.081,64
2022	Pagamento da segunda parcela do Juros sobre capital próprio (JCP).	28/02/2023	0,390162091	434.993.081,64	
Total:			1,3213329		1.052.674.975,39

Os montantes equivalentes ao JCP pagos dezembro de 22 foram declarados tendo como base as posições acionárias verificadas em 21 de setembro de 2022 (inclusive). Já o montante pago em 28/02/23 teve como base as posições acionárias verificadas em 21 de dezembro de 2022.

Vale ressaltar que os valores totais brutos indicados na tabela acima foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório, que trata o art. 202 da Lei nº 6.404/76. O valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio ainda serão deduzidos do valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), na forma da legislação em vigor, com exceção dos acionistas comprovadamente imunes e/ou isentos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhões de reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo Circulante	Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.145	3.625	3.760	3.553	Fornecedores	15	5.134	3.310	5.067	3.337
Contas a receber, líquidas	7	6.931	5.587	7.238	5.984	Financiamento de fornecimento de produtos	16	-	529	-	529
Estoques	8	6.753	5.674	6.704	5.675	Empréstimos e financiamentos	17	1.674	1.339	1.495	1.183
Adiantamentos a fornecedores		183	47	197	42	Arrendamentos	18	128	118	267	250
Imposto de renda e contribuição social		11	143	11	143	Adiantamentos de clientes		546	613	546	613
Impostos e contribuições a recuperar	19.1	2.690	1.701	2.690	1.700	Imposto de renda e contribuição social		55	391	55	391
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	10	575	541	575	541	Impostos e contribuições a recolher	19	176	230	176	230
Despesas antecipadas		98	131	98	131	Dividendos e Juros sobre o capital próprio	23.4.1	401	132	401	132
Instrumentos financeiros derivativos	30	66	97	66	97	Salários, férias, encargos, prêmios e participações	20	220	222	220	222
Ativos mantidos para venda	11	408	11	408	11	Planos de pensão e saúde	21	153	108	153	108
Outros ativos circulantes		384	203	389	210	Instrumentos financeiros derivativos	30	164	31	164	31
		22.244	17.760	22.136	18.087	Provisão para Créditos de Descarbonização	22	596	-	596	-
						Credores por aquisição de participações societárias	30	63	21	63	21
						Outras contas e despesas a pagar		314	295	270	263
								9.624	7.339	9.473	7.310
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	17	14.883	11.670	14.210	11.116
Títulos e valores mobiliários	9	-	2.018	-	2.018	Arrendamentos	18	706	706	1.053	1.123
Contas a receber, líquidas	7	574	526	574	526	Planos de pensão e saúde	21	828	751	828	751
Depósitos judiciais	28.2	1.196	1.124	1.195	1.123	Instrumentos financeiros derivativos	30	664	41	664	41
Impostos e contribuições a recuperar	19.1	588	773	588	773	Provisão para processos judiciais e administrativos	28	919	988	919	988
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.3	1.920	1.596	1.920	1.596	Credores por aquisição de participações societárias	30	623	-	623	-
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	10	1.516	1.573	1.516	1.573	Outras contas e despesas a pagar		250	81	250	81
Despesas antecipadas		66	104	66	104			18.873	14.237	18.547	14.100
Instrumentos financeiros derivativos	30	170	579	170	579			28.497	21.576	28.020	21.410
Outros ativos realizáveis a longo prazo		14	7	14	7	Patrimônio líquido					
		6.044	8.300	6.043	8.299	Capital social realizado	23	7.579	6.353	7.579	6.353
						Ações em tesouraria		(1.152)	(918)	(1.152)	(918)
Investimentos	12	4.984	609	5.258	671	Reserva de capital		40	17	40	17
Imobilizado	13	6.944	6.762	6.302	6.208	Reservas de lucros		7.067	7.580	7.067	7.580
Intangível	14	894	453	894	453	Ajustes de avaliação patrimonial		(921)	(724)	(921)	(724)
		18.866	16.124	18.497	15.631			12.613	12.308	12.613	12.308
		41.110	33.884	40.633	33.718			41.110	33.884	40.633	33.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua >>>



continuação >>>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhões de reais, exceto pelo resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
Receita de vendas de produtos e serviços prestados	24	181.446	130.121	180.043	130.115
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	25.1	(173.957)	(123.270)	(172.558)	(123.265)
Lucro bruto		7.489	6.851	7.485	6.850
Despesas operacionais					
Vendas	25.2	(2.646)	(2.374)	(2.657)	(2.384)
Perdas de crédito esperadas	25.2	8	(289)	8	(289)
Gerais e administrativas	25.3	(743)	(634)	(736)	(628)
Tributárias		(100)	(345)	(100)	(345)
Outras receitas (despesas), líquidas	25.4	(43)	(715)	(44)	(718)
		(3.524)	(4.357)	(3.529)	(4.364)
		3.965	2.494	3.956	2.486
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos					
Financeiras	26	(1.327)	(530)	(1.369)	(567)
Despesas		697	1.643	688	1.640
Receitas		(1.401)	(545)	(1.382)	(530)
Variações cambiais e monetárias, líquidas		(2.031)	568	(2.063)	543
Resultado de participações em investimentos	12	(4)	112	37	144
Lucro antes dos impostos		1.930	3.174	1.930	3.173
Imposto de renda e contribuição social	19.3				
Corrente		(711)	(867)	(711)	(866)
Diferido		318	190	318	190
		(393)	(677)	(393)	(676)
Lucro líquido do exercício		1.537	2.497	1.537	2.497
Resultado por ação básico - R\$	23.6	1,3726	2,1625	1,3726	2,1625
Resultado por ação diluído - R\$	23.6	1,3713	2,1611	1,3713	2,1611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhões de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício		1.537	2.497	1.537	2.497
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
Plano de saúde					
Perdas atuariais		(194)	(101)	(194)	(101)
		(194)	(101)	(194)	(101)
Planos de pensão					
Ganhos (perdas) atuariais		(16)	881	(16)	881
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6	(299)	6	(299)
		(10)	582	(10)	582
		(204)	481	(204)	481
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado					
Ajustes de conversão		7	-	7	-
Resultado abrangente do exercício		1.340	2.978	1.340	2.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhões de reais)

	Nota	Consolidado										Controladora	
		Capital social subscrito e integralizado	Reservas de Capital / Opções outorgadas	Ações em Tesouraria	Incentivos fiscais	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos / Juros sobre capital próprio	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
						Legal	Estatutário	Retenção de lucros					
Em 31 de dezembro de 2020		6.353	4	-	-	1.272	270	4.205	1.308	-	(1.205)	12.207	12.207
Opções outorgadas		-	13	-	-	-	-	-	-	-	-	13	13
Recuperação de ações		-	-	(918)	-	-	-	-	-	-	-	(918)	(918)
Ganhos atuariais		-	-	-	-	-	-	-	-	481	-	481	481
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	2.497	-	-	2.497	2.497
Apropriação em reservas		-	-	-	1	-	1.832	-	(1.833)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(532)	-	(532)	(532)	(532)
Dividendos adicionais propostos / Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(1.308)	(132)	-	(1.440)	(1.440)	(1.440)
Em 31 de dezembro de 2021		6.353	17	(918)	1	1.272	270	6.037	-	(724)	12.308	12.308	
Aumento de capital		1.226	-	-	-	(1.226)	-	-	-	-	-	-	
Opções outorgadas		-	21	-	-	-	-	-	-	-	21	21	
Recuperação de ações		-	-	(234)	-	-	-	-	-	-	(234)	(234)	
Transação de capital reflexa	12.1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2	2	
Ajustes de conversão		-	-	-	-	-	-	-	-	7	7	7	
Perdas atuariais		-	-	-	-	-	-	-	-	(204)	(204)	(204)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.537	-	1.537	1.537	
Apropriação em reservas		-	-	-	163	77	473	-	(713)	-	-	-	
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(824)	-	(824)	(824)	
Em 31 de dezembro de 2022		7.579	40	(1.152)	164	123	270	6.510	-	(921)	12.613	12.613	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhões de reais)

Atividade operacional	Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício		1.537	2.497	1.537	2.497
Ajustes:					
Imposto de renda e contribuição social		393	677	393	676
Depreciação e amortização	25	553	559	564	567
Resultado com alienação / baixas de ativos		(1.003)	(98)	(1.003)	(98)
Perdas de crédito esperadas, líquidas de reversão	7	52	312	52	312
Resultado de participações em investimentos relevantes		4	(112)	(37)	(144)
Apropriação / baixa das bonificações antecipadas concedidas a clientes	10	667	815	667	815
Apropriação de seguros, aluguéis e outros		121	111	120	111
Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas		691	(385)	714	(367)
Resultado valor justo instrumentos financeiros		1.736	270	1.736	270
Despesa com planos de pensão e saúde	21	243	(22)	243	(22)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	28.1	181	926	181	926
Provisão abono por repactuação salarial		-	(8)	-	(8)
Provisão para Créditos de Descarboxilação (CBIOS)		1.050	240	1.050	240
Créditos de ICMS - Firm de definitividade - Substituição Tributária		(71)	(291)	(71)	(291)
Créditos de PIS/COFINS - despesas operacionais essenciais		(672)	-	(672)	-
Provisão de prêmios e incentivos de curto prazo		82	85	82	85
Outros ajustes		(58)	64	(58)	64
Redução (aumento) de ativos e aumento (redução) de passivos					
Contas a receber		(865)	(988)	(777)	(1.045)
Estoques		(1.078)	(2.117)	(1.029)	(2.118)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	10	(644)	(584)	(644)	(584)
Despesas antecipadas		(50)	(148)	(50)	(148)
Depósitos Judiciais		(68)	(14)	(68)	(14)
Aquisição de Créditos de Descarboxilação (CBIOS)	14	(824)	(240)	(824)	(240)
Fornecedores		1.167	1.446	1.093	1.444
Imposto de renda e contribuição social pagos		(478)	(1)	(478)	-
Impostos, taxas e contribuições		(545)	22	(544)	26
Planos de pensão e de saúde		(331)	(209)	(331)	(209)
Programas de desligamento e reestruturação		-	(1)	-	(1)
Pagamento de prêmios e incentivos de curto prazo		(79)	(53)	(79)	(53)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos		(218)	(105)	(218)	(105)
Adiantamentos de clientes		(67)	(53)	(66)	(53)
Adiantamento a fornecedores		(136)	(4)	(155)	-
Outros ativos e passivos, líquidos		(27)	(315)	(39)	(330)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.263	2.276	1.289	2.203
Atividades de investimentos					
Desembolsos por aquisições de imobilizados e intangíveis		(727)	(584)	(667)	(479)
Desembolsos por aquisições de participações societárias		(1.693)	(52)	(1.869)	(52)
Recebimentos pela venda de ativos		361	185	361	185
Investimentos em TVM		-	(1.998)	-	(1.998)
Dividendos recebidos		53	15	66	23
Recebimentos de empréstimos concedidos		-	29	-	29
Mútuos concedidos		(5)	-	(5)	-
Efeito caixa decorrente da perda de controle de participação		-	(10)	-	-
Caixa líquido (utilizado) pelas atividades de investimentos		(2.011)	(2.415)	(2.114)	(2.292)
Atividades de financiamentos					
Financiamentos					
Captações	17.1	4.742	6.761	4.483	6.761
Amortizações de principal	17.1	(1.170)	(2.036)	(981)	(1.905)
Amortizações de juros	17.1	(865)	(277)	(862)	(237)
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	23.4.1	(490)	(2.761)	(490)	(2.761)
Arrendamentos					
Pagamentos de principal	18.2	(126)	(218)	(260)	(340)
Pagamentos de juros	18.2	(78)	(74)	(85)	(83)
Recuperação de ações		(234)	(916)	(234)	(916)
Contratos de swaps vinculados a operações de empréstimos					
Pagamentos de ajustes em contratos		(570)	(83)	(570)	(83)
Recebimentos de ajustes em contratos		31	10	31	10
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		1.240	406	1.032	446
Efeito de variação cambial sobre caixas e equivalentes de Caixa		28	-	27	357
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício		520	267	207	357
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.625	3.358	3.553	3.196
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		4.145	3.625	3.760	3.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	214.567	163.089	213.165	163.083
Perdas de crédito esperadas, líquidas de reversão	(52)	(312)	(52)	(312)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	552	486	485	364
	215.067	163.263	213.598	163.135
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos Produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	173.671	125.164	172.271	125.164
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	4.907	1.694	4.841	1.587
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos	4.634	6.088	4.635	6.088
	183.212	132.946	181.747	132.839
Valor adicionado bruto	31.855	30.317	31.851	30.296
Retenções				
Depreciação e amortização	553	559	564	567
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	31.302	29.758	31.287	29.729
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	(4)	112	37	144
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais	1.095	1.860	1.085	1.856
Aluguéis e royalties	406	382	406	382
	1.497	2.354	1.528	2.382
Valor adicionado a distribuir	32.799	32.112	32.815	32.111
Pessoal e administradores				
Remuneração direta				
Salários	478	475	478	472
Prêmios por desempenho e outros incentivos	103	100	103	100
Abono por repactuação salarial	-	(8)	-	(8)
	581	567	581	564
Benefícios				
Vantagens	88	87	88	87
Plano de aposentadoria e pensão	270	169	270	169
Plano de saúde	42	(126)</		



continuação >>>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto operacional

A Vibra Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil e constituída em 12 de novembro de 1971.

A Vibra Energia S.A. tem por objeto social a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia e de produtos químicos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. A sede social da Companhia está localizada no município do Rio de Janeiro - RJ.

2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de março de 2023, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

2.1 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado - DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. As IFRS não exigem a apresentação desta demonstração que, portanto, é divulgada como informação adicional.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.2 Base de mensuração

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi considerado o custo histórico como base de valor, com exceção de instrumentos financeiros avaliados por valor justo por meio de resultado e de passivo atuarial de benefício definido, reconhecido como o valor presente das obrigações deduzido do valor justo dos ativos do plano.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia, assim como de suas controladas no Brasil, é o Real, que é a moeda do seu principal ambiente econômico de operação.

A controlada com moeda funcional diferente do Real possui seus montantes de receitas e despesas convertidos pela taxa de câmbio média mensal e os saldos de ativos e passivos convertidos pela taxa final.

3 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As premissas utilizadas são revisadas periodicamente e baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados e impactos materiais podem ser percebidos nos resultados e na situação financeira da Companhia caso ocorram alterações significativas nas circunstâncias sobre as quais as estimativas foram baseadas.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas que requerem maior nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Perdas de crédito esperadas - nota 7
- Impairment de investimentos em participações societárias - nota 12
- Valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis das investidas - nota 12
- Valor justo do earnout (contraprestação contingente) em aquisição de investidas - nota 12 e 30
- Vida útil dos ativos imobilizado e intangível - nota 13 e 14
- Impairment de ativo imobilizado e intangível - nota 13 e 14
- Imposto de renda e contribuição social diferidos - nota 19
- Benefícios concedidos a empregados (planos de pensão e saúde) - nota 21
- Processos judiciais, administrativos e contingências - nota 28

3.1 Considerações relacionadas às mudanças climáticas

As questões climáticas estão diretamente ligadas a estratégia de negócios da Vibra. Os riscos e oportunidades relacionados a mudanças do clima foram importantes direcionadores nos processos de definição do novo posicionamento de mercado e de revisão do planejamento estratégico da Vibra.

O Conselho de Administração monitora sistematicamente o plano de negócios, onde a Companhia tem iniciativas relacionadas ao tema das mudanças climáticas, como, por exemplo, redução de emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa), aumento do uso de energia renovável e a aquisição de CBIO para atendimento ao programa RenovaBio (nota 22).

A Agenda ESG (Environmental, Social and Governance) Estratégica da Vibra incorpora o compromisso de emissões líquidas zero. A meta da Companhia é neutralizar as emissões de carbono dos escopos I e II (emissões diretas da atividade e indiretas do uso de energia pela companhia) até 2025, e do escopo III (emissões indiretas da atividade) até 2050.

No processo de elaboração das demonstrações contábeis, estimativas relacionadas ao valor em uso de ativos utilizam os fluxos de caixa futuros, baseados em premissas relacionadas ao plano estratégico da Companhia (notas 13 e 14) e, portanto, incorporam as estratégias de ESG conforme mencionado acima.

Destacamos alguns riscos e oportunidades decorrentes das mudanças climáticas, aos quais a Companhia está exposta e sobre os quais exerce o devido gerenciamento por meio da Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos:

Aumento de regulamentações (exigências e demandas legais) - Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, aumentando os custos operacionais e custos para cumprimento destas regulações. Além disso, é esperado maior regulamentação quanto a emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e mudanças climáticas que podem afetar materialmente a Companhia, tanto diretamente, por meio dos investimentos de capital adicionais necessários para se adequar a nova regulamentação, quanto indiretamente (afetando a demanda por combustíveis fósseis e seus preços). Tais efeitos podem afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia e demandar maiores esforços da Companhia para garantir a sua conformidade com novos regulamentos. A Vibra acompanha constantemente a evolução das discussões sobre essas novas regulamentações, fazendo projeções e estudos para mensurar os impactos e mapear oportunidades nos custos e na demanda, alinhando os resultados ao plano de negócios de curto, médio e longo prazo da Companhia.

Mudanças na dinâmica e preferências do mercado são elementos fundamentais para a definição das estratégias de atuação da empresa. Uma possível redução no consumo de alguns dos produtos derivados de petróleo distribuídos pela Vibra, assim como a preferência por consumo de fontes de energia renováveis no mercado, podem impactar negativamente suas receitas. Os combustíveis derivados de petróleo concorrem com fontes alternativas de energia, como biocombustíveis, energia solar e eólica, muitas vezes incentivadas pelo próprio governo, contando ainda com vantagens tarifárias e outros subsídios para torná-las mais competitivas. Variações no preço e o desenvolvimento de fontes alternativas de energia podem afetar adversamente o mercado de distribuição de combustíveis derivados de petróleo e, consequentemente, os negócios, situação financeira e resultado das operações da Companhia. Diversas frentes estão sendo conduzidas para ampliar o portfólio de produtos da Companhia, com o objetivo final de melhorar seu posicionamento estratégico, mitigar ameaças e aproveitar as oportunidades que o mercado oferece. Como exemplo podemos citar as parcerias estabelecidas no exercício de 2022 por meio de aquisição de participação na Comerc Participações, ZEG Biogás e Energia e a criação da joint venture Evoluta, em parceria com a Copersucar (nota 12).

Informações completas sobre as ações ambientais, sociais e de governança (ASG) podem ser obtidas no website da Vibra Energia.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas.

Os ativos e passivos com prazo de recebimento ou vencimento inferior a 12 meses da data do reporte são apresentados como ativos ou passivos circulantes, e os demais ativos e passivos, como não circulantes.

As políticas contábeis significativas estão descritas nas respectivas notas explicativas.

5 NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

A seguir são apresentadas as principais alterações e novas normas que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2022.

Data de vigência	Novas normas ou alterações	Descrição
1º de janeiro de 2023 (aplicação retrospectiva)	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8)	Esclarece que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existam na data do período de relatório. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos que ocorram após a data de relatório.
1º de janeiro de 2023 (aplicação retrospectiva)	IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro).	Emiúdo como substituto do IFRS 4 Seguros (CPC 11 - Contratos de Seguro). Estabelece requisitos de reconhecimento e divulgação que permita a avaliação dos efeitos que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.
1º de janeiro de 2023	Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração prática 2)	Requer que as empresas divulguem as políticas contábeis materiais ao invés das políticas contábeis significativas e esclarece o que são informações materiais de políticas contábeis.
1º de janeiro de 2023	Definição de estimativa contábil (alterações ao CPC 23/IAS 8)	Esclarece como distinguir mudanças de políticas contábeis e mudanças de estimativas contábeis.

Data de vigência	Novas normas ou alterações	Descrição
1º de janeiro de 2023 (aplicação retrospectiva)	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)	Requer que as empresas registrem impostos diferidos no momento do reconhecimento inicial de transações que gerem montantes iguais de diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis. Estabelece, ainda, que as empresas devem reconhecer ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos no início do período comparativo mais antigo para todas as diferenças temporárias associadas a: <ul style="list-style-type: none">• Direito de uso e passivo de arrendamento; e• Descomissionamento, restauração e passivos semelhantes e os montantes correspondentes, reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado.

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia quando da adoção destas normas.

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e Bancos	1.072	41	689	41
Aplicações financeiras				
No país	2.929	3.470	2.927	3.398
No exterior	144	114	144	114
Total	4.145	3.625	3.760	3.553

As aplicações financeiras correspondem a (i) Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Operações Compromissadas emitidos por bancos de primeira linha e a (ii) fundos de investimentos no país, cujos recursos encontram-se aplicados majoritariamente em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais brasileiros. Todas as aplicações possuem liquidez imediata. As aplicações financeiras no exterior referem-se a aplicações de recursos no *Overnight*.

⇒ **Política contábil**

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa.

7 CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Partes relacionadas (nota 32)	192	28	652	424
Terceiros	9.604	8.522	9.451	8.523
Total das contas a receber (nota 7.1)	9.796	8.550	10.103	8.947
Recebíveis de contratos com clientes	8.499	7.307	8.346	7.308
Outras contas a receber	1.297	1.243	1.757	1.639
Financiamentos a receber	1.252	1.125	1.252	1.125
Adiantamentos	—	—	460	396
Recebíveis por desinvestimentos	35	81	35	81
Outros	10	37	10	37
Perdas de crédito esperadas	(2.291)	(2.437)	(2.291)	(2.437)
Total das perdas de crédito esperadas	(2.291)	(2.437)	(2.291)	(2.437)
Contas a receber - líquidas	7.505	6.113	7.812	6.510
Contas a receber (circulante), líquidas	6.931	5.587	7.238	5.984
Contas a receber (não circulante), líquidas	574	526	574	526
Mutação das perdas de crédito esperadas	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	(2.437)	(3.268)	(2.437)	(3.268)
(Adições)/Reversões, líquidas	(52)	(312)	(52)	(312)
Baixas	60	23	60	23
Desreconhecimento de recebíveis (*)	138	1.120	138	1.120
Saldo final	(2.291)	(2.437)	(2.291)	(2.437)
Perdas de crédito esperadas (circulante)	(2.244)	(2.382)	(2.244)	(2.382)
Perdas de crédito esperadas (não circulante)	(47)	(55)	(47)	(55)

(*) Em 2022 houve o desreconhecimento do contas a receber da Stratura Asfaltos (R\$ 106) e Latam Airlines (R\$ 32). Em 2021, houve o desreconhecimento do contas a receber da Samarco (R\$ 159), Enguia Gen CE Ltda (R\$ 21) e Enguia Gen PI Ltda (R\$ 11), Rio Amazonas Energia (R\$ 103) e Cia. de Eletricidade do Amapá (R\$ 826). Esses movimentos de desreconhecimentos de recebíveis não impactaram o resultado, por estarem 100% provisionados.

A Companhia apresenta R\$ 2.238 de contas a receber de clientes em cobrança judicial no consolidado e na controladora (R\$ 2.191 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2021). A Companhia reduz a zero a expectativa de recuperação da totalidade dos recebíveis em cobrança judicial.

Principais movimentações das perdas de crédito esperadas

A variação nas (adições)/reversões, líquidas refere-se, principalmente, aos seguintes eventos de 2021: pedido de recuperação judicial da Samarco (R\$ 159) e à expectativa de perda da totalidade do mútuo a receber concedido à Stratura em 2018 (R\$ 106).

7.1 Composição dos saldos de contas a receber - vencidos e a vencer

	Consolidado					
	2022		2021		2021	
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas
Vencidos						
Até 3 meses	329	(1)	328	130	(42)	88
De 3 a 6 meses	21	(1)	20	43	(31)	12
De 6 a 12 meses	55	(17)	38	58	(18)	40
Acima de 12 meses	2.196	(2.162)	34	2.307	(2.187)	120
Total	2.601	(2.181)	420	2.538	(2.278)	260
A vencer	7.195	(110)	7.085	6.012	(159)	5.853
Total	9.796	(2.291)	7.505	8.550	(2.437)	6.113
	Controladora					
	2022		2021		2021	
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas
Vencidos						
Até 3 meses	329	(1)	328	130	(42)	88
De 3 a 6 meses	21	(1)	20	43	(31)	12
De 6 a 12 meses	55	(17)	38	58	(18)	40
Acima de 12 meses	2.196	(2.162)	34	2.307	(2.187)	120
Total	2.601	(2.181)	420	2.538	(2.278)	260
A vencer	7.502	(110)	7.392	6.409	(159)	6.250
Total	10.103	(2.291)	7.812	8.947	(2.437)	6.510

⇒ **Política contábil**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelas vendas de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia e estão mensuradas ao custo amortizado.

As contas a receber, que não atendem ao critério de recebimento de principal e juros, são avaliadas pelo valor justo por meio do resultado.

A Companhia reconhece o ajuste a valor presente, destacando-se as vendas com prazo de recebimento de 180 a 360 dias, sendo os juros embutidos nos preços aos clientes deduzidos da receita (nota 24). Os valores antecipados dessas vendas a prazo são desreconhecidos do contas a receber da Companhia.

Perdas de crédito esperadas, quando aplicável, são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

⇒ **Estimativas e julgamentos**

As perdas de crédito esperadas se baseiam em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A Companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo das perdas de crédito esperadas.

O valor das perdas é apurado por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica e considerando os segmentos operacionais dos clientes. Na avaliação do aumento do risco de crédito, a Companhia considera as informações sobre atrasos nos pagamentos e indicadores de classificação de crédito externo (nota 31.3.1).

As contas a receber com garantias não integram a matriz de provisões para cálculo das perdas de crédito esperadas.

8 ESTOQUES

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Produtos para venda				
Derivados de petróleo				
Gasolina	691	840	643	840
Óleo diesel	2.534	1.749	2.533	1.750
Óleo combustível	366	384	366	384
Querosene de Aviação	552	328	552	328
Lubrificantes	313	234	313	234
Outros	323	159	323	159
Biocombustíveis (*)	807	1.305	807	1.305
	5.586	4.999	5.537	5.000
Importações em andamento - derivados	845	215	845	215
Outros produtos	322	460	322	460
Total	6.753	5.674	6.702	5.675

(*) Compreendem os saldos de estoques de etanol e biodiesel.

Nenhuma redução ao valor realizável dos estoques foi reconhecida em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

continua >>>



continuação >>>

Garantias

A Companhia possui estoques dados em garantia em ações judiciais no montante de R\$ 159 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 188 em 31 de dezembro de 2021.

⇒ Política estável

O custo dos estoques compreende todos os custos de aquisição e de transformação, além de outros custos necessários para colocá-los na localização e condições atuais.

Os estoques de derivados de petróleo, os biocombustíveis e as matérias-primas estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido, que é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

Os materiais e suprimentos representam insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao valor de reposição.

9 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Valor justo por meio de resultado	-	2.018	-	2.018
Total	-	2.018	-	2.018

Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$2.018 de títulos e valores mobiliários se refere às debêntures conversíveis em ações ordinárias de emissão da Comerc, que foram convertidas em 18 de março de 2022 (nota 12.4).

⇒ Política estável

Os títulos e valores mobiliários são inicialmente mensurados a valor justo e subsequentemente de acordo com as suas respectivas classificações:

- custo amortizado em função de serem mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e por seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- valor justo por meio de resultado - os demais títulos e valores mobiliários.

10 BONIFICAÇÕES ANTECIPADAS CONCEDIDAS A CLIENTES

	2020		2021		2022	
	Adições	Baixa / apropriação	Adições	Baixa / apropriação	Adições	Baixa / apropriação
Circulante	2.345	584	2.114	644	2.091	575
Não Circulante			541		575	1.516

12.1 Informações contábeis resumidas

Ativo	Controladas				Empreendimentos controlados em conjunto						Vem
	Fundo de Investimento Imobiliário FCM	Vibra Trading BV	Vibra Trading Importação e Exportação Ltda	Comerc	ECE S.A. (Evolua)	ZEG Biogás e Energia S.A.	Nordeste I (a)	Nordeste II (a)	Nordeste III (a)	Navegantes (a)	
Ativo circulante	168	1.431	-	594	4.799	42	20	38	23	5	161
Ativo Não Circulante	1.010	-	-	3.686	3	3	23	40	50	180	877
Total do Ativo	1.178	1.431	-	4.280	4.802	45	43	78	73	185	1.038
Passivo											
Passivo circulante	685	987	-	35	4.345	3	5	11	8	32	65
Passivo não circulante	412	261	-	892	4	-	20	10	16	82	189
Patrimônio Líquido	81	183	-	3.353	453	42	18	57	49	71	784
Total do Passivo	1.178	1.431	-	4.280	4.802	45	43	78	73	185	1.038
Resultados											
Receita operacional líquida	16	14.124	-	25	3.011	12	19	3	11	-	143
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	39	-	(1)	(24)	3	4	8	(5)	-	(18)	10
Participação no capital total- %	99,01%	100%	100%	48,70%	49,99%	50,00%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	50,00%
Participação no capital votante- %	99,01%	100%	100%	48,70%	49,99%	50,00%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	50,00%

(a) Posição 30.11.2022

As participações acionárias mantidas pela Companhia não possuem ações negociadas em bolsa.

12.2 Descrição das atividades das controladas

Fundo de Investimento Imobiliário - FII FCM - Tem por objetivo adquirir e/ou construir, por meio de promessas de compra e venda, imóveis representados por terminais, bases, postos de abastecimento e fábrica de lubrificantes, de propriedade da Companhia. O Fundo de Investimento Imobiliário FCM - FII é administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Os ativos em construção pelo FII referem-se ao Projeto de Expansão Lubrax.

A Companhia tem a obrigação de aportar recursos na hipótese de o FII FCM não dispor de recursos para arcar com os custos e despesas relativas a qualquer pagamento ou indenização devida nos termos dos seus instrumentos constitutivos e prospectos de emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs).

Vibra Trading Importação e Exportação Ltda. - Constituída em 25 de outubro de 2021 e com sede no Rio de Janeiro tem por objeto a importação, exportação e comercialização de petróleo e seus derivados, insumos da indústria do petróleo, de combustíveis de outras fontes e produtos químicos, bem como a prestação de serviços correlacionados, sendo 100% controlada da Companhia.

Vibra Trading BV - Constituída em 25 de novembro de 2021 e com sede em Amsterdam tem por objeto a importação, exportação e comercialização de petróleo e seus derivados, sendo 100% controlada da Companhia.

12.3 Descrição das atividades dos empreendimentos controlados em conjunto

Comerc Participações S.A. - Tem por objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de energia ou infraestrutura ou com atividades afins às desenvolvidas pela Comerc. É uma sociedade de capital aberto sem ações negociadas e com sede na cidade de São Paulo - SP.

As bonificações antecipadas concedidas a clientes estão condicionadas a prazos e desempenhos a serem cumpridos, em especial ao consumo de volumes previstos em contratos de fornecimento (nota 24). Os contratos de bonificação judicializados que possuem saldo a amortizar são provisionados em sua totalidade.

11 ATIVO MANTIDO PARA VENDA

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Imobilizado	10	11	10	11
Investimentos	398	-	398	-
Total	408	11	408	11

Em 30 de setembro de 2022 o investimento da ES GÁS foi reclassificado para o grupo de ativo mantido para venda, em função da aprovação pelo Conselho de Administração da Vibra, em reunião realizada em 04/07/2022, para a condução de processo de alienação de todas as ações de propriedade da Vibra Energia na ES GÁS. Com isso, a Vibra pretende, em conjunto com o Estado do Espírito Santo, sócio controlador da ES GÁS, colocar à venda, por meio de leilão público a totalidade das ações da companhia. O leilão está previsto para ser realizado em março/23.

O montante inicialmente classificado como mantido para venda conforme nota 12.4 foi de R\$424. Posteriormente a ES GÁS declarou juros sobre capital próprio de R\$ 26 para a Vibra Energia.

⇒ Política estável

São classificados como mantidos para venda se for altamente provável que o valor contábil desses ativos será recuperado, principalmente, por meio da venda ao invés do uso contínuo.

Para atender esta condição de classificação, a alienação deve ter sido aprovada pela Administração; o ativo deve estar disponível para venda imediata nas condições atuais; e deve se ter a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses da data de aprovação. Entretanto, acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da Companhia podem estender o período da venda para além de 12 meses. Nestes casos a classificação pode ser mantida, desde que haja evidência que a Companhia continua comprometida com a venda.

Os ativos não circulantes mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas.

12 INVESTIMENTOS

As informações representam os totais de ativos, passivos e resultados das investidas, não estando proporcionalizados de acordo com a participação da Companhia.

ECE S.A. (Evolua) - Sociedade com sede na cidade de São Paulo - SP e que tem como principais atividades a importação, exportação, comercialização e armazenagem de etanol anidro e hidratado, prestação de serviços de transporte, carga e descarga de etanol e derivados e logística.

ZEG Biogás e Energia S.A. - Tem como principais atividades a fabricação, manutenção e reparo de máquinas e equipamentos, desenvolvimento de estudo e projetos nas áreas relacionadas com biogás e energia, e comercialização de biogás, biometano e de gás natural. A sede está localizada em Belo Horizonte - MG.

Navegantes Logística Portuária S.A., Nordeste Logística I S.A., Nordeste Logística II S.A. e Nordeste Logística III S.A. - São Sociedades por ações de capital fechado, com único e exclusivo objeto social a exploração, sob regime de arrendamento, de áreas de infraestrutura públicas para a movimentação e armazenagem de grãos líquidos, especialmente combustíveis e possuem prazos de duração indeterminados. As áreas de exploração são: Navegantes - Porto Organizado de Vitória, Estado do Espírito Santo; Nordeste Logística I S.A., Nordeste Logística II S.A. e Nordeste Logística III S.A. - Porto Organizado de Cabedelo, Estado da Paraíba.

Vem Conveniência S.A. - Sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ e que tem como principais atividades a exploração de negócios relacionados a lojas de conveniência localizadas em quaisquer pontos comerciais, nas quais poderão ser comercializados ou elaborados produtos e serviço de qualquer gênero, desenvolvimento e o gerenciamento de programas de fidelização e a comercialização de resgate de prêmios dos respectivos programas.

Companhia de Gás do Espírito Santo - Sociedade de economia mista, tendo como sócios a Vibra e o Estado do Espírito Santo, com sede na cidade de Vitória, destinada à exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado, de interesse público, em todo território do Estado do Espírito Santo. Em 31 de dezembro de 2022 o valor da participação societária na ES GÁS encontra-se classificado como ativo mantido para venda (nota 11).

12.4 Mutação dos investimentos em controladas, negócios em conjunto e coligada

	Controladora										
	2021	Aquisição e aportes	Resultado de participações em investimentos	Dividendos	Amortização mais valia de ativos	Ajuste de conversão	Baixas	Reclassificação para Ativo mantido para venda	Transação de capital reflexa	2022	Participação no capital total - % (*)
Controladas											
FII	62	-	41	(12)	-	-	-	-	-	91	99,01%
Vibra Trading BV	-	175	1	-	-	7	-	-	-	183	100%
Vibra Trading Importação e Exportação Ltda	-	1	(1)	-	-	-	-	-	-	-	100%
	62	176	41	(12)	-	7	-	-	-	274	
Empreendimentos controlados em conjunto											
ES Gás	406	-	55	(37)	-	-	-	(424)	-	-	60,02%
Navegantes	23	12	(11)	-	-	-	-	-	-	24	33,33%
Nordeste I	3	1	2	-	-	-	-	-	-	6	33,33%
Nordeste II	13	8	(2)	-	-	-	-	-	-	19	33,33%
Nordeste III	7	7	-	-	-	-	-	-	-	14	33,33%
Vibra Comercializadora de Energia	157	-	(6)	-	-	-	(151)	-	-	-	70,00%
Comerc	-	3.948	(39)	-	(8)	-	-	-	2	3.903	48,70%
Vem Conveniência	-	470	5	-	-	-	(41)	-	-	434	50,00%
Evolua	-	225	2	-	-	-	-	-	-	227	49,99%
Zeg Biogás e Energia	-	359	(1)	-	(1)	-	-	-	-	357	50,00%
	609	5.030	5	(37)	(9)	-	(192)	(424)	2	4.984	
Total	671	5.206	46	(49)	(9)	7	(192)	(424)	2	5.258	

(*) As participações no capital total são as mesmas do capital votante exceto pela ES GÁS cuja participação no capital votante é 49%, sendo classificada como empreendimento em conjunto, considerando que os principais assuntos precisam ser aprovados em quórum qualificado, conforme acordo de acionista.

	Controladora							2021	Participação no capital total - % (*)
	2020	Aquisição e Aportes	Resultado de participações em investimentos	Dividendos	Amortização mais valia de ativos	Baixa por alienação	2021		
Controladas									
FII		41	-		35	(14)	-	62	99,01%
		41	-		35	(14)	-	62	
Operação em conjunto									
Brasil Carbonos (a)		76	-		(2)	-	(1)	(73)	49,00%
Empreendimentos controlados em conjunto									
Camaçari Muricy II		2	-		-	-	-	(2)	50,00%
Pecém Energia		2	-		-	-	-	(2)	45,00%
ES Gás		393	-		43	(30)	-	406	60,02%
Navegantes		21	4		(2)	-	-	23	33,33%
Nordeste I		1	-		2	-	-	3	33,33%
Nordeste II		8	6		(1)	-	-	13	33,33%
Nordeste III		10	-		(3)	-	-	7	33,33%
Vibra Comercializadora de Energia		-	73		84	-	-	157	70,00%
		437	83		123	(30)	-	609	
Coligada									
BRF Biorefinos		11	-		(11)	-	-	-	49,00%
Total		565	83		145	(44)	(1)	671	

(*) As participações no capital total são as mesmas do capital votante exceto pela ES GÁS cuja participação no capital votante é 49%, sendo classificada como empreendimento em conjunto, considerando que os principais assuntos precisam ser aprovados em quórum qualificado, conforme acordo de acionista.

(a) Na aquisição de participação na Brasil Carbonos S.A., em dezembro de 2010, foi apurada mais valia de ativos de R\$ 28, que é amortizada em função da vida útil dos ativos. No 3º trimestre de 2021, a Companhia vendeu a sua participação na Brasil Carbonos.

continua >>>



VIBRA ENERGIA S.A.

(anteriormente denominada Petrobras Distribuidora S.A.)

CNPJ 34.274.233/0001-02

continuação >>>

Aquisição de 50% da Joint Venture ZEG Biogás e Energia S.A.

Em 14 de setembro de 2022 a Companhia adquiriu 50% de participação na ZEG Biogás e Energia S.A. por meio de um aporte primário de R\$ 31, no fechamento da operação, e uma parcela secundária de R\$ 135, dando à Vibra a titularidade de 50% do capital da ZEG Biogás. A empresa possui filiais na cidade de Votorantim - SP e São Paulo - SP. A Vibra assume o compromisso de aportar até R\$ 412 no negócio ao longo dos próximos anos para execução de novos projetos de biogás/biometano, dos quais R\$ 206 seriam referentes à participação de 50% da Vibra e os outros R\$ 206 seriam aportados em nome dos demais sócios. Estes aportes serão condicionados à efetiva implantação dos projetos de expansão e observância de condições mínimas de atratividade estabelecidas em contrato para cada projeto.

A Companhia negociou ainda Opções de Compras futuras, a valor de mercado, pelas quais poderá, na primeira Opção, ser titular de 70% das ações representativas do capital social da ZEG Biogás e, na segunda, ser titular da integralidade das ações da ZEG Biogás. A eventual aquisição do controle da ZEG Biogás, em decorrência do possível exercício dessas Opções, estará sujeita às devidas aprovações necessárias, como de autoridades governamentais, nos termos da regulação vigente, inclusive aprovação em Assembleia Geral da Companhia, caso necessário.

A aquisição dos 50% totalizou R\$ 354, sendo:

Investimento primário	31
Compra de ações dos sócios (secundária)	135
<i>Earnout</i> - condicionados a realização dos projetos de expansão	188
Total preço pago para aquisição de 50%	354

Do total de R\$ 354, o valor justo líquido dos ativos identificáveis representa R\$ 89 e o valor de R\$ 265 refere-se ao ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

A seguir a alocação do valor justo dos ativos e passivos identificáveis, na proporção da aquisição de 50%:

Valor contábil dos ativos e passivos, líquidos	16
Alocação da mais valia	
Contratos com clientes	6
Tecnologia	67
Total mais valia	73
Valor justo líquido dos ativos e passivos	89
Ágio de rentabilidade futura	265
Valor de aquisição (contraprestação)	354

A participação societária na ZEG Biogás representa um empreendimento controlado em conjunto e, portanto, é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Aquisição do Controle Conjunto da Comerc Participações S.A.

Em 08 de outubro de 2021, a Companhia celebrou contratos que lhe possibilitavam adquirir até 50% do capital social da Comerc Participações S.A. por meio de (i) subscrição de debêntures conversíveis em ações ordinárias representativas de 30% do capital social da Comerc; e (ii) opção de comprar, de acionistas da Comerc, ações de emissão daquela sociedade equivalentes a 20% de seu capital social (Operação).

As condições precedentes pactuadas entre a Companhia e acionistas da Comerc para a conversão das debêntures e o exercício das opções de compra foram integralmente cumpridas dentro do prazo pré-estabelecido, incluindo a obtenção da aprovação da Operação de forma irrestrita pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em 20 de janeiro de 2022, bem como a realização, em 24 de fevereiro de 2022, de assembleia geral de acionistas da Comerc aprovando a dispensa da eventual obrigação de realização de oferta pública para aquisição de ações em razão da Operação.

Em 25 de fevereiro de 2022, a Companhia enviou notificação, à Comerc, manifestando formalmente sua intenção de converter as debêntures e exercer as opções de compra.

Em 18 de março de 2022, foi aprovada, em assembleia geral de acionistas da Comerc, a conversão da totalidade das debêntures em novas ações ordinárias da Comerc, representativas de 30% do capital social.

Na mesma assembleia geral, foi aprovada também a contribuição, ao capital social da Comerc, da totalidade das ações de emissão da Vibra Comercializadora de Energia S.A., em razão da qual a Vibra subscreveu novas ações ordinárias da Comerc, e todas as ações de emissão da Vibra Comercializadora de Energia S.A. passaram a ser integralmente detidas pela Comerc.

Em decorrência da conversão das debêntures e da contribuição das ações da Vibra Comercializadora, a Companhia passou a ser titular de uma quantidade de ações representativas de 31,73% do capital social da Comerc. Nesta mesma data, se tornaram eficazes os acordos de acionistas da Comerc celebrados pela Vibra em 25 de fevereiro de 2022.

A transação também contempla a aquisição das ações de emissão da Comerc que são objeto da opção de compra que lhe foi outorgada pelos acionistas originais da Comerc. A Companhia se torna assim titular de ações representativas de 48,7% do capital social da Comerc e, em conjunto com os sócios fundadores da Vibra Comercializadora de Energia S.A., forma um bloco de acionistas titular de 50% do capital social da Comerc.

A depender do atingimento de determinadas métricas de desempenho de longo prazo e da implantação de capacidades adicionais às previstas em seu plano de negócios, os sócios poderão fazer jus, futuramente, a uma parcela complementar a título de *earnout*.

Por meio de outorga de opções de compra e venda de ações a Companhia poderá, a partir de 2026, vir a adquirir até a totalidade das ações de emissão da Comerc.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de agosto de 2022, foi aprovada a aquisição, pela Companhia, do controle acionário da Comerc, em decorrência de um eventual exercício futuro de opção de compra de titularidade da Companhia ou de opção de venda de ações de titularidade dos atuais acionistas da Comerc, pelo preço por ação calculado nos termos do Acordo de Acionistas da Comerc, celebrado em 25 de fevereiro de 2022 e a consequente autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação da aquisição do controle acionário da Comerc, incluindo eventual celebração de contrato de compra e venda de ações com os acionistas da Comerc em razão do exercício de opção de compra ou de venda.

A autorização para aquisição de controle da Comerc está limitada ao montante máximo de R\$ 3.402, acrescido de correção, desde 25 de fevereiro de 2022, pela variação do IPCA + 8% de juros ao ano ("Preço Máximo"). Caso o Preço das Opções supere o Preço Máximo, a assembleia geral da Companhia poderá ser novamente convocada.

A Comerc é uma *holding* de empresas que atuam na comercialização, gestão de energia para consumidores livres, geradores e pequenas distribuidoras, soluções de eficiência energética, baterias e plataformas de informação e tecnologia, sendo uma das principais comercializadoras de energia do Brasil.

A associação entre a Vibra e a Comerc está alinhada ao planejamento estratégico da Companhia pois permite agregar competências complementares em uma plataforma integrada de energia.

A aquisição dos 48,7% totalizou R\$ 3.948 conforme abaixo:

Conversão das debêntures	2.066
Contribuição da participação detida na Vibra Comercializadora (*)	209
Compra de ações dos sócios (secundária)	1.194
Earnout	479
Total preço pago para aquisição de 48,7%	3.948

(*) O valor contábil da participação societária na Vibra Comercializadora de Energia S.A. antes de sua nova avaliação a valor justo era de R\$ 151. Como resultado da avaliação independente do negócio para fins de contribuição da Companhia em troca por ações que integram o capital social da Comerc a participação da Companhia na Vibra Comercializadora de Energia S.A. atingiu o montante de R\$ 209, gerando assim um ganho na contribuição do ativo de R\$ 58. Este ganho está reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais, conforme nota 25.4, linha "Resultado com alienação/baixa - participações societárias".

No 2T22 foi apurado o valor final do *earnout* da aquisição, sendo acrescido R\$ 37 em relação ao valor previamente divulgado no 1T22, bem como foram concluídos os trabalhos de avaliação do ágio. Com isso, o total do preço pago na aquisição ficou em R\$ 3.948, sendo o montante de R\$ 2.631 referente ao valor justo líquido dos ativos identificáveis e o valor de R\$ 1.317 referente ao ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

No 4T22 houve um ajuste do valor justo líquido dos ativos identificáveis, passando para R\$ 2.601 e R\$ 1.347 referente ao ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

A seguir a alocação do valor justo dos ativos identificáveis, na proporção da aquisição da Comerc (48,7%):

Valor contábil dos ativos e passivos líquidos	1.627
Alocação da mais valia	
Imobilizado	12
Investimentos	488
Direitos de autorização	396
Carteira de clientes	78
Total mais valia	974
Valor justo líquido dos ativos e passivos	2.601
Ágio de rentabilidade futura	1.347
Valor de aquisição (contraprestação)	3.948

A participação societária na Comerc representa um empreendimento controlado em conjunto e, portanto, é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Criação da Joint Venture Evolua

Em 5 de maio de 2022, após o cumprimento das condições precedentes determinadas no Acordo de Parceria e outras avenças, celebrado em 27/08/2021 com a COPERSUCAR, entre elas a aprovação sem restrições do CADE, ocorrida em 11/04/2022, a Companhia realizou o fechamento societário da operação da constituição da Joint Venture (JV) com a aquisição de 49,99% da Empresa Comercializadora de Etanol, denominada ECE S.A. (ECE), de propriedade da COPERSUCAR.

A ECE foi constituída pela COPERSUCAR com capital social de R\$ 10, dos quais a VIBRA adquiriu 49,99%, mantendo a Copersucar S.A. participação de 50,01%. Desta parceria surge a marca Evolua. Após essa etapa foi efetuado aporte de mais R\$ 440, na proporção das respectivas participações dos acionistas.

A ECE adotará o modelo "asset light", sem o aporte de ativos imobilizados de seus sócios e terá estrutura de governança própria.

A participação societária na Evolua representa um empreendimento controlado em conjunto e, portanto, é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Constituição da Vem Conveniência S.A. (Joint Venture com Americanas S.A.)

Em 1 de fevereiro de 2022 a Companhia concluiu a operação relacionada à formação de parceria com a AMERICANAS S.A. para exploração do negócio de lojas de pequeno varejo, dentro e fora de postos de combustíveis, através das redes de lojas: Local e BR Mania ("Parceria"). A efetivação da Parceria se deu após o cumprimento das condições precedentes, habituais em operações de natureza similar, incluindo a aprovação prévia pela autoridade antitruste, Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), em 30 de dezembro de 2021, sendo esta decisão considerada final.

A Parceria foi consumada através da constituição da sociedade Vem Conveniência S.A., cujo capital é detido pela Americanas e pela Vibra, ambas com participações de 50%. A Vem Conveniência terá uma estrutura de gestão e governança corporativa própria.

O negócio BR Mania aportado na Vem foi avaliado em R\$ 447, sendo reconhecido na operação de constituição da Joint Venture um ganho de R\$ 437, registrado em Outras receitas(despesas) operacionais, conforme nota 25.4, linha "Resultado com alienação/baixa - participações societárias".

Adicionalmente, em 31 de março de 2022, em virtude de metas de performance alcançadas pela Vibra Energia, foram aprovadas e emitidas ações (Bônus de Subscrição) da Vem Conveniência em favor da Companhia. Neste mesmo dia, a Companhia assinou um termo de Compra e Venda de Ações com a Americanas, que adquiriu sob condição resolutiva, 50% das ações. A alienação dessas ações acarretou uma receita para a Companhia de R\$ 51 e uma baixa de investimento no montante de R\$ 41, ambos registrados em Outras receitas(despesas) operacionais, conforme nota 25.4, linha "Resultado com alienação/baixa - participações societárias".

A Companhia analisou os impactos decorrentes dos eventos recentes (nota 34), que serviram de indicativos para testes de recuperação do investimento na Vem Conveniência, e não identificou necessidade de reconhecimento de nenhuma perda.

A participação societária na Vem representa um empreendimento controlado em conjunto e, portanto, é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

⇒ Política contábil

Base de consolidação e investimentos societários

As demonstrações contábeis consolidadas, que incluem as informações da Companhia, das controladas e de sua operação em conjunto, foram elaboradas utilizando práticas contábeis consistentes e, quando necessário, ajustes são efetuados às demonstrações dessas investidas para garantir a conformidade com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

As transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia, suas controladas e operação em conjunto são eliminados nas demonstrações consolidadas.

Controladas

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Negócios em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, já em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

A Companhia reconhece nas demonstrações consolidadas a sua participação nas receitas, despesas, ativos e passivos detidos na operação em conjunto. Nas demonstrações contábeis individuais, a operação em conjunto, constituída por meio de entidade veículo com personalidade jurídica própria, é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Coligada

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

O investimento em coligada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

⇒ Estimativas e julgamentos

Valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis das investidas

As técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo dos principais ativos adquiridos foram:

ZEG Biogás

- Contratos com clientes:** Para a avaliação dos contratos de clientes foi utilizado o método do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), a premissa subjacente a esse método é que o valor de um ativo ou negócio pode ser medido pelo valor presente do benefício econômico líquido a ser recebido ao longo de sua vida útil. As principais premissas utilizadas foram as projeções de receitas, os custos e as despesas operacionais. O fluxo de caixa após impostos foi descontado a valor presente por uma taxa equivalente ao WACC (10,1%).

- Tecnologia:** Para a avaliação da tecnologia foi utilizado o método With or Without da Abordagem da Renda, que foca na capacidade de formação de renda do ativo identificado ou negócio. Este método compara o valor dos fluxos de caixa descontado de dois cenários, um assumindo que o ativo intangível está em vigor e em outro assumindo a ausência deste ativo intangível. As principais premissas utilizadas foram as projeções de receitas, os custos e as despesas operacionais. O fluxo de caixa após impostos foi descontado a valor presente por uma taxa equivalente ao WACC (10,6%).

Comerc Participações:

- Imobilizado:** Para estimativa do valor justo do bens móveis e imóveis foi aplicado o método de Quantificação do Custo e Comparativo Direto de Dados de Mercado. O método do custo foi usado para avaliar todos os bens móveis. Usando esta metodologia se reconhece os valores associados à instalação, engenharia e custos de instalação complementares do equipamento. Aplicam-se estimativas de substituição ou custo de reprodução dos ativos usando os métodos diretos e indiretos, respectivamente. Para determinar a estimativa de valor justo dos terrenos, foi aplicado o método Comparativo Direto de Dados de Mercado. Este método consiste na análise de vendas recentes ou ofertas correntes de ativos similares ao ativo avaliado. Caso o comparativo não seja exatamente igual ao ativo em questão, o mesmo deve ser ajustado de modo a refletir as mesmas características do ativo em análise.
- Investimentos:** O valor dos investimentos foi calculado usando a Abordagem de Renda, baseando-se nos fluxos de caixa projetados preparados pela Administração em conjunto com a Comerc, para as empresas investidas da Comerc. As principais premissas utilizadas foram as projeções de receitas, os custos e as despesas operacionais. As operações das investidas foram projetadas de acordo com os fluxos de caixa para o acionista (FCFE- Free Cash Flow to Equity) ou para a firma (FCFF - Free Cash Flow to Firm) e descontados pelas respectivas taxas de desconto de acordo com cada metodologia. Os períodos de projeção foram determinados de acordo com os períodos de licença de operação de cada empresa, sendo que o último período projetivo consiste na liquidação dos ativos e passivos operacionais que compõem o capital de giro. Os fluxos de caixa foram projetados em termos nominais e a taxa de desconto foi calculada em termos nominais de acordo com a metodologia de custo do capital próprio (CAPM-Capital Asset Pricing Model). Para as empresas BBCE (Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia) foi considerada uma abordagem de acordo com o valor de mercado das empresas na última transação. Algumas empresas foram avaliadas pelo seu valor patrimonial devido a sua baixa materialidade e estágio operacional.

- Direitos de autorização:** O método de avaliação utilizado foi o MPEEM (Multi-Period Excess Earnings Method) da Abordagem da Renda. Para atuar na geração de energia é necessária a obtenção de licenças de autorização. As licenças das empresas consolidadas na Comerc foram avaliadas conforme seu potencial de fluxos de caixa durante a vigência das licenças, tendo como base o *business plan*. As principais premissas utilizadas foram as projeções de receitas de cada usina, os custos de geração de energia e as despesas operacionais. Foram aplicados encargos de ativos contributórios para contabilizar o valor contribuído por outros ativos para obter fluxo de caixa de Direito de autorização. O fluxo de caixa após impostos foi descontado a valor presente por uma taxa equivalente ao WACC (11,1%).

- Carteira de clientes:** O método de avaliação utilizado foi o MPEEM (Multi-Period Excess Earnings Method) da Abordagem da Renda. Para cálculo de valor da carteira de clientes foi utilizada como base as informações históricas da base de clientes e o *business plan*. As principais premissas utilizadas foram as projeções de receitas, os custos e as despesas operacionais. Foram aplicados encargos de ativos contributórios para contabilizar o valor contribuído por outros ativos para obter fluxo de caixa de Carteira de clientes. O fluxo de caixa após impostos foi descontado a valor presente por uma taxa equivalente ao WACC acrescida de prêmio de 100 pontos base (12,1%).

Valor justo do *earnout* (contraprestação contingente) em aquisição de investidas:

Na aquisição da ZEG Biogás e da Comerc Participações, a Companhia assumiu compromissos de pagamentos de *earnout* (contraprestação contingente), sendo:

ZEG Biogás

- Earnout condicionado a realização de projetos de expansão da ZEG Biogás.** O valor justo foi calculado com base no valor de 50% do compromisso de aportes da Companhia em novos projetos (*capex*) da ZEG. O fluxo de investimento de cada projeto foi descontado pelo WACC. O valor justo do *earnout* na data da aquisição era R\$ 188 (R\$ 180 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2022, o WACC utilizado foi de 9,7%. As estimativas usadas na mensuração do valor justo (nível 3) estão apresentadas na nota 30.

Comerc Participações

- Earnout capacidade instalada:** condicionado a geração de capacidades adicionais à capacidade instalada de potência energética prevista no acordo contratual. Conforme analisado junto a Administração e com base nas metas de capacidade atingidas até a data base, o valor justo foi calculado considerando que 100% das metas de capacidade instalada serão atingidas até o final de 2025. Foi considerada a probabilidade de atingimento no modelo baseado em cenário, de modo que o pagamento calculado para o *earnout* capacidade instalada fosse integral. A Companhia tem 30 dias a contar da data da liberação das demonstrações financeiras de 2025 da Comerc para efetuar o pagamento, assim sendo, foi estimada a data de 28 de fevereiro de 2026. Para descontar o pagamento a valor justo foi utilizada a taxa livre de risco mais um *spread*. O valor justo do *earnout* na data da aquisição era R\$ 418 (R\$ 420 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2022 a taxa livre de risco utilizada na mensuração do valor justo foi de 6,02% e um *spread* de 2,66%a.a.

- Earnout EBITDA:** condicionado ao atingimento das metas de EBITDA acordadas para os anos de 2022 a 2025. Foi utilizada a metodologia de Monte Carlo para estimar o percentual de realização do EBITDA em relação à meta. Adicionalmente, descontou-se as projeções nominais pelas taxas de IPCA projetadas a partir da curva disponibilizada pela B3 S.A.. Os EBITDAs deflacionados foram descontados pelo risco sistemático da métrica, sendo este representado pelo WACC. Dessa forma, os valores projetados foram descontados pela taxa real, calculada a partir da taxa nominal. A Companhia tem 30 dias a contar da data da liberação das demonstrações financeiras de 2025 da Comerc para efetuar o pagamento, assim sendo, foi estimada a data de 28 de fevereiro de 2026. A volatilidade do ativo foi calculada com base nas empresas comparáveis utilizadas no cálculo do WACC, considerando um período histórico igual ao *earnout* EBITDA. O resultado obtido foi desalavancado com base na estrutura de dívida/capital próprio de cada empresa. Para descontar o pagamento foi utilizada a taxa livre de risco mais um *spread*. O valor justo do *earnout* na data da aquisição era R\$ 61 (R\$ 72 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2022 a taxa livre de risco utilizada na mensuração do valor justo foi 6,02% e um *spread* de 2,66%a.a. O WACC real foi de 8,1%. Estimativas usadas na mensuração do valor justo (nível 3) estão apresentadas na nota 30.

Impairment de coligadas e empreendimento controlados em conjunto, com ágio

A Companhia avalia anualmente os investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto que tenham sido adquiridos com ágio. O teste é feito individualmente para cada participação societária, comparando o valor contábil do investimento, incluindo o ágio, com o seu valor recuperável, este proporcionalizado à participação acionária da Companhia.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) o seu valor em uso.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, baseado em premissas relacionadas ao plano estratégico das investidas, incluindo perpetuidade, descontados a taxa de desconto apropriada. Nos testes aplicados as taxas de descontos utilizadas foram 9,7% (Zeg Biogás) e 11,6% (Comerc Participações). As principais premissas utilizadas no plano estratégico envolvem projeções de receitas, custos e despesas.

Os fluxos de caixa foram ajustados a fim de atender as premissas do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ou seja, as atividades de financiamentos, resultado financeiro não relacionado à atividade normal da Companhia, aportes de capital, pagamento de dividendos e entradas/saídas relacionadas a empréstimos foram desconsiderados. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam uma taxa de desconto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC).

Nos testes efetuados não foram identificadas perdas na recuperação de ativos nas participações na Comerc Participações e Zeg Biogás.

continua >>>



VIBRA ENERGIA S.A.

(anteriormente denominada Petrobras Distribuidora S.A.)

CNPJ 34.274.233/0001-02

continuação >>>

Impairment de investimentos quando da existência de indicativos - Vem Conveniência S. A.

A Companhia avalia o valor recuperável de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, adquiridos sem ágio, apenas quando da existência de indicativos de perda.

No caso do investimento na Vem Conveniência S. A., joint venture entre a Companhia e a Americanas, a Companhia entendeu que a recuperação judicial solicitada pela Americanas configurava indicativo para a realização do teste de impairment do investimento.

Assim sendo, considerando a premissa de saída da Americanas da parceira na Vem (nota 34), a Companhia estimou o valor em uso com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros da Vem, considerando apenas o retorno dos ativos da BRMania, projetados para o período 2023 a 2031, sendo este último perpetuado considerando uma taxa de desconto nominal de 12,2%. As principais premissas utilizadas envolvem projeções de receitas, custos e despesas. Nos testes efetuados não foram identificadas perdas na recuperação do valor do investimento na Vem Conveniência.

13 IMOBILIZADO

	Consolidado					
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Direitos de uso (a)	Total
Custo do imobilizado						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	379	3.905	5.561	1.058	964	11.867
Adições	10	1	103	356	308	778
Baixas	(20)	(109)	(179)	(1)	(88)	(397)
Transferências (b)	1	79	332	(427)	-	(15)
Juros capitalizados	-	-	-	16	-	16
Baixa pela venda da Brasil Carbonos	-	(28)	(31)	-	-	(59)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	370	3.848	5.786	1.002	1.184	12.190
Adições	99	-	81	423	188	791
Baixas	(43)	(101)	(178)	(4)	(84)	(410)
Transferências (b)	17	47	174	(194)	(2)	42
Juros capitalizados	-	-	-	6	-	6
Saldo em 31 de dezembro de 2022	443	3.794	5.863	1.233	1.286	12.619
Depreciação acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(1.489)	(3.437)	-	(218)	(5.144)
Depreciação	-	(136)	(258)	-	(120)	(514)
Baixas	-	37	146	-	31	214
Transferências (b)	-	-	(2)	-	2	-
Baixa pela venda da Brasil Carbonos	-	4	12	-	-	16
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(1.584)	(3.539)	-	(305)	(5.428)
Depreciação	-	(132)	(236)	-	(136)	(504)
Baixas	-	55	158	-	43	256
Transferências (b)	-	1	-	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(1.660)	(3.617)	-	(398)	(5.675)
Saldo do imobilizado						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	370	2.264	2.247	1.002	879	6.762
Saldo em 31 de dezembro de 2022	443	2.134	2.246	1.233	888	6.944

Tempo de vida útil estimada

ilimitada 01 a 60 anos 02 a 31 anos n/a anos

(a) Ver detalhamento dos ativos de direito de uso na nota 18.

(b) Referem-se, basicamente, a transferências entre outros grupos como por exemplo, intangível, contas a receber, mantidos para venda, entre outros.

	Controladora					
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Direitos de uso (a)	Total
Custo do imobilizado						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	372	3.552	5.513	539	1.372	11.348
Adições	10	1	103	251	332	697
Baixas	(16)	(101)	(163)	(2)	(87)	(369)
Transferências (b)	1	78	332	(427)	-	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	367	3.530	5.785	361	1.617	11.660
Adições	99	-	81	363	177	720
Baixas	(43)	(101)	(177)	(3)	(85)	(409)
Transferências (b)	17	47	175	(194)	(2)	43
Saldo em 31 de dezembro de 2022	440	3.476	5.864	527	1.707	12.014
Depreciação acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(1.435)	(3.419)	-	(282)	(5.136)
Depreciação	-	(130)	(257)	-	(135)	(522)
Baixas	-	36	138	-	32	206
Transferências (b)	-	-	(2)	-	2	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(1.529)	(3.540)	-	(383)	(5.452)
Depreciação	-	(127)	(236)	-	(152)	(515)
Baixas	-	55	158	-	41	254
Transferências (b)	-	1	-	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(1.600)	(3.618)	-	(494)	(5.712)
Saldo do imobilizado						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	367	2.001	2.245	361	1.234	6.208
Saldo em 31 de dezembro de 2022	440	1.876	2.246	527	1.213	6.302

Tempo de vida útil estimada

ilimitada 01 a 60 anos 02 a 31 anos n/a anos

(a) Ver detalhamento dos ativos de direito de uso na nota 18.

(b) Referem-se, basicamente, a transferências entre outros grupos como por exemplo, intangível, contas a receber, mantidos para venda, entre outros.

Os ativos em construção apresentados no Consolidado referem-se, substancialmente, à expansão, modernização e melhorias em terminais e bases de distribuição de combustíveis, aeroportos e fábrica de lubrificantes.

Os ativos de direito de uso incluem, principalmente, terrenos utilizados como postos de combustíveis, unidades administrativas e edificações (nota 18).

Impairment

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não reconheceu perdas na recuperação dos ativos.

⇒ Política contábil

O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e de mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Os custos dos empréstimos para obras em andamento são capitalizados até que esses ativos estejam prontos para uso.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando mensurados com segurança e desde que seja provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Demais gastos com reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Ganhos ou perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais.

O imobilizado da Companhia inclui equipamentos representados, substancialmente, por tanques, bombas e unidades de abastecimento de aeronaves, além de fábrica de lubrificante e bases de distribuição de combustíveis.

A depreciação é pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens. Os terrenos não são depreciados. As instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros são depreciadas pelo prazo dos contratos celebrados com os clientes.

A Companhia reconhece o ativo de direito de uso na data de início do contrato de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento ou durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

⇒ Estimativas e julgamentos

Vida útil

A vida útil de um ativo e os métodos de depreciação são revistos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

Impairment

A Companhia avalia os ativos do imobilizado quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

14 INTANGÍVEL

	Consolidado				
	Direitos e Concessões	Créditos de Descarbonização	Softwares (a)	Goodwill (b)	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6	-	695	29	730
Adições (c)	-	240	114	-	354
Transferências	11	-	15	-	26
Aposentadoria CBIOS	-	(240)	-	-	(240)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	17	-	824	29	870
Adições (c)	-	824	123	-	947
Transferências	-	-	(4)	-	(4)
Aposentadoria CBIOS	-	(454)	-	-	(454)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	17	370	943	29	1.359
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3)	-	(369)	-	(372)
Amortização	(1)	-	(44)	-	(45)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(4)	-	(413)	-	(417)
Amortização	(2)	-	(47)	-	(49)
Transferências	-	-	1	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(6)	-	(459)	-	(465)
Saldo do intangível					
Em 31 de dezembro de 2021	13	-	411	29	453
Em 31 de dezembro de 2022	11	370	484	29	894
Tempo de vida útil estimada	10 a 13 anos	Indefinida	9 anos	Indefinida	

	Controladora				Total
	Direitos e Concessões	Créditos de Descarbonização	Softwares (a)	Goodwill (b)	
Custo do intangível					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6	-	695	29	730
Adições (c)	-	240	114	-	354
Transferências	11	-	15	-	26
Aposentadoria CBIOS	-	(240)	-	-	(240)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	17	-	824	29	870
Adições (c)	-	824	123	-	947
Transferências	-	-	(4)	-	(4)
Aposentadoria CBIOS	-	(454)	-	-	(454)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	17	370	943	29	1.359
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3)	-	(369)	-	(372)
Amortização	(1)	-	(44)	-	(45)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(4)	-	(413)	-	(417)
Amortização	(2)	-	(47)	-	(49)
Transferências	-	-	1	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(6)	-	(459)	-	(465)
Saldo do intangível					
Em 31 de dezembro de 2021	13	-	411	29	453
Em 31 de dezembro de 2022	11	370	484	29	894
Tempo de vida útil estimada	10 a 13 anos	Indefinida	9 anos	Indefinida	

(a) A Companhia apresenta saldo de R\$ 190 de software em desenvolvimento (R\$ 187 em 31 de dezembro de 2021).

(b) Goodwill de ativos de distribuição de combustíveis, originado quando da aquisição da Liquigás S.A., distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Essa investida foi transferida para a Petrobras, em 2012, entretanto a operação relacionada a este ágio permaneceu na Companhia.

(c) Do total de R\$ 123 de adições de softwares (R\$ 114 em 31 de dezembro de 2021), R\$ 66 corresponde a desenvolvimento interno (R\$ 62 em 31 de dezembro de 2021).

Os ativos intangíveis são representados pelos gastos com direitos e concessões, goodwill, softwares e créditos de descarbonização (CBIOS).

O aumento na aquisição dos créditos de descarbonização, em relação ao ano anterior, reflete o aumento das metas de aposentadoria de CBIOS estipuladas pela ANP, bem como o aumento nos preços médios.

Impairment

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não reconheceu perdas na recuperação dos ativos intangíveis.

⇒ Política contábil

Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Demais gastos são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuídos aos softwares são registrados como intangível se atendidos todos os critérios de reconhecimento, o que inclui, entre outros: gastos mensurados com confiabilidade, intenção, capacidade técnica e financeira para conclusão do ativo e geração de prováveis benefícios econômicos futuros para a Companhia.

O goodwill, resultante da aquisição de controladas da área de distribuição de combustíveis, é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Os Créditos de Descarbonização (CBIOS) adquiridos são registrados pelo custo histórico no ativo intangível e não são amortizados. Estes ativos podem ser negociados e são utilizados para a liquidação da provisão de CBIOS constituída.

⇒ Estimativas e julgamentos

Vida útil

A vida útil é revista anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

Impairment

A Companhia avalia os ativos com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

O goodwill tem a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. Neste caso, a Companhia é considerada como unidade geradora de caixa de acordo com a avaliação da Administração, com base em seu modelo de negócio.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) o seu valor em uso. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, baseado em premissas relacionadas ao plano estratégico da Companhia, projetados para os anos de 2023 a 2032, sendo este último perpetuado, considerando uma taxa de desconto real de 8,99% (5,78% em 2021). A taxa nominal de 2022 e 2021 foi de 14,57% e 10,39%, respectivamente.

As principais premissas são:

- Preço: curva de preço derivada do Business Plan da Companhia, considerando transações entre partes independentes;
- Volume: curvas de demanda de derivados do Business Plan da Companhia; e
- Custos operacionais, que podem ser determinados por taxas históricas apresentadas ou custos projetados no orçamento da Companhia.

Os fluxos de caixa foram ajustados a fim de atender as premissas do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ou seja, as atividades de financiamentos, resultado financeiro não relacionado à atividade normal da Companhia, aportes de capital, pagamento de dividendos e entradas/saídas relacionadas a empréstimos foram desconsiderados. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC).

15 FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores				
No país	4.094	1.583	4.118	1.610
No exterior	1.040	1.727	949	1.727
Total	5.134	3.310	5.067	3.337

O saldo de fornecedores no país é composto, principalmente, (i) de faturas a pagar à Petrobras pela aquisição de derivados de petróleo e (ii) contratação de serviços (inclusive fretes). O saldo de fornecedores no exterior representa, principalmente, as obrigações relacionadas à importação de óleo diesel e de gasolina.

O aumento em fornecedores no país decorre, principalmente, das maiores emissões de faturas em relação aos pagamentos realizados no período para compra de materiais, com destaque para os fornecedores Petrobras e ECC S.A., enquanto que a redução em fornecedores no exterior decorre, principalmente, das invoices de 2021 quitadas em 2022, com destaque para Tartan Oil, Shell Trading, Gunvor USA e Petroco Oil Company.

⇒ Política contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são contabilizadas, inicialmente, pelo valor justo dos produtos ou serviços adquiridos e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

16 FINANCIAMENTO DE FORNECIMENTO DE PRODUTO



VIBRA ENERGIA S.A.

(anteriormente denominada Petrobras Distribuidora S.A.)

CNPJ 34.274.233/0001-02

continuação >>>

	Moeda contratual	Indexadores e taxas de juros contratuais	Vencimento	Consolidado		Controladora	
				2022	2021	2022	2021
				Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
5ª Emissão de Debêntures (i)	R\$	CDI + 1,50% a.a.	out-29	1.540	1.593	-	-
CRA 43	R\$	IPCA + 5,3995% a.a.	set-31	868	846	814	1.303
4ª Emissão de Debêntures (v)	R\$	CDI + 1,75% a.a.	nov-31	803	808	795	854
CRI 100 (ii)	R\$	IPCA + 4,98% a.a.	fev-32	346	309	352	464
Total no país				9.755	9.925	7.251	8.129
Loan 4131 JP Morgan	US\$	0,91% a.a.	mar-22	-	-	349	349
Loan 4131 JP Morgan	US\$	0,92% a.a.	mar-23	326	324	349	348
NCE Citibank	US\$	1,22% a.a.	fev-25	1.045	995	1.117	1.101
NCE MUFG	US\$	2,18% a.a.	mar-25	252	242	377	380
Loan 4131 Scotiabank	US\$	2,19% a.a.	mar-25	1.167	1.084	1.249	1.251
BNP Paribas (h)	US\$	1,76% a.a.	jul-25	264	266	-	-
Loan 4131 Scotiabank	US\$	1,5258% a.a.	fev-26	525	464	561	544
Loan 4131 BNP	US\$	2,023% a.a.	fev-26	789	711	844	776
Loan 4131 BOFA	US\$	2,27% a.a.	mar-26	384	347	410	410
Loan 4131 BOFA (b)	US\$	2,85% a.a.	fev-27	392	355	-	-
NCE Citibank (c)	US\$	2,94% a.a.	abr-27	396	355	-	-
NCE Bank of China (f)	US\$	4,10% a.a.	abr-27	474	446	-	-
Loan 4131 Scotiabank	US\$	2,3864% a.a.	out-27	470	410	502	501
Loan 4131 Scotiabank (d)	US\$	2,65% a.a.	fev-28	318	280	-	-
Total no exterior				6.802	6.279	5.758	5.660
Total de financiamentos				16.557	16.204	13.009	13.789
Circulante				1.674	1.339	1.495	1.183
Não circulante				14.883	11.670	14.210	11.116

(i) Debêntures - Certificado de Recebíveis do Agronegócio
(ii) Certificados de Recebíveis Imobiliários
(iii) Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio
(iv) 1ª série
(v) 2ª série

Captações ocorridas no exercício

Em atendimento as aprovações do Conselho de Administração no exercício de 2022, a Companhia realizou captações destinadas ao refinanciamento das dívidas vinculadas em 2022 num total de R\$ 2.999 e realizou a 5ª emissão de Debêntures, no valor de R\$ 1.500, destinada ao reforço de capital de giro, bem como outros propósitos corporativos. Ainda no exercício de 2022 a Vibra Trading Holanda realizou uma captação de US\$ 50, conforme características descritas a seguir:

Descrição	Data	Moeda	Principal USD (MLN)	Principal BRL (MLN)	Pagamento de juros	Venc.	Custo em USD (*)	Custo em BRL / SWAP em BRL
Banco do Brasil (a)	16/3	BRL	-	R\$ 482	sem	mar/27	-	CDI + 1,65% a.a.
Bank of America (b)	21/2	USD	\$75,00	R\$ 405	trim	fev/27	2,85% a.a.	CDI + 1,64% a.a.
Citibank (c)	18/2	USD	\$75,00	R\$ 387	sem	fev/27	2,94% a.a.	CDI + 1,50% a.a.
Scotia bank (d)	15/2	USD	\$60,35	R\$ 326	sem	fev/28	2,65% a.a.	CDI + 1,65% a.a.
NCE Banco do Brasil (e)	18/4	BRL	-	R\$ 550	sem	abr/27	-	CDI + 1,65% a.a.
NCE Bank of China (f)	04/4	USD	\$90,00	R\$ 426	sem	abr/27	4,10% a.a.	CDI + 1,319% a.a.
NCE Banco do Brasil (g)	26/8	BRL	-	R\$ 423	sem	jul/28	-	117,75% do CDI
BNP Paribas (h)	05/7	USD	\$50,00	-	tri	jul/25	SOFR 3m + 1,76% a.a.	-
5ª Emissão de Debêntures (i)	11/10	BRL	-	R\$ 1.500	sem	out/29	-	CDI + 1,50%

(*) SOFR: Secured Overnight Financing Rate.

17.1 Movimentação

Descrição	Data	Moeda	Principal USD (MLN)	Principal BRL (MLN)	Pagamento de juros	Venc.	Custo em USD (*)	Custo em BRL / SWAP em BRL
No país								
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021								
Captações			2.253	2.268			4.521	4.521
Amortização de principal			(1.780)	(131)			(1.911)	(1.780)
Amortização de juros			(97)	(104)			(201)	(161)
Alterações não caixa								
Provisionamento de juros				126		115	241	241
Variações monetárias				-		172	172	61
Total no país em 31 de dezembro de 2021			2.413	4.838			7.251	6.541
Captações			1.448	1.491			2.939	2.939
Amortização de principal			(85)	(669)			(754)	(565)
Amortização de juros			(333)	(409)			(742)	(742)
Alterações não caixa								
Provisionamento de juros				446		481	927	927
Variações monetárias				-		134	134	67
Total no país em 31 de dezembro de 2022			3.889	5.866			9.755	9.167
No exterior								
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021			3.328	-			3.328	3.328
Captações			2.240	-			2.240	2.240
Amortização de principal			(125)	-			(125)	(125)
Amortização de juros			(76)	-			(76)	(76)
Alterações não caixa								
Provisionamento de juros				86		86	86	86
Varição cambial				305		305	305	305
Total no exterior em 31 de dezembro de 2021			5.758	-			5.758	5.758
Captações			1.803	-			1.803	1.544
Amortização de principal			(416)	-			(416)	(416)
Amortização de juros			(123)	-			(123)	(120)
Alterações não caixa								
Provisionamento de juros				139		139	133	133
Varição cambial				(361)		(361)	(361)	(361)
Ajuste acumulado de conversão				2		2	-	-
Total no exterior em 31 de dezembro de 2022			6.802	-			6.802	6.538
Saldo final em 31 de dezembro de 2022			10.691	5.866			16.557	15.705

17.2 Informações sumarizadas sobre os vencimentos dos financiamentos

	Consolidado							Controladora	
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total	Total
Financiamentos País:	-	793	578	580	1.092	2.417	4.295	9.755	9.167
Indexados a taxas flutuantes	-	793	578	580	1.092	2.417	4.295	9.755	9.167
Financiamentos Exterior:	-	881	517	1.681	1.687	1.721	315	6.802	6.538
Indexados a taxas flutuantes	-	3	-	261	-	-	-	264	-
Indexados a taxas fixas	-	878	517	1.420	1.687	1.721	315	6.538	6.538
Em 31 de dezembro de 2022	-	1.674	1.095	2.261	2.779	4.138	4.610	16.557	15.705
Em 31 de dezembro de 2021	1.339	1.367	1.125	2.074	2.895	1.667	2.542	13.009	12.299

Os valores justos dos financiamentos país são determinados pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spot DI x Pré interpoladas e pelo risco de crédito da Companhia (nível 2). Para os financiamentos feitos em moeda estrangeira os valores justos são determinados pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spot interpoladas Cupom Cambial Limpo e pelo risco de crédito da Companhia (nível 2).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é apresentada na nota 31.1.2.1.

17.3 Custos de transação

Os custos de transações incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do saldo do passivo correspondente e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva. O valor apropriado em 2022 e os saldos a apropriar nos próximos exercícios estão apresentados a seguir:

	Custos		2027 em diante					Total
	31.12.2021	Amortizações incorridas	2023	2024	2025	2026	2027	
Debêntures	(6)	-	1	1	1	1	-	2
CRA (*)	(31)	(8)	6	(33)	5	5	4	3
CDCA (**)	(7)	-	1	(6)	1	1	1	2
CRI (***)	(14)	-	3	(11)	2	2	1	5
NCE	-	(7)	1	(6)	1	1	1	2
	(58)	(15)	12	(61)	10	10	8	6
								27
								61

(*) Debêntures - Certificado de Recebíveis do Agronegócio

(**) Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio

(***) Certificados de Recebíveis Imobiliários

⇒ Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo desses ativos. Os custos de empréstimos são adicionados ao custo dos ativos até o momento em que esses ativos estejam prontos para o uso. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso.

Os custos de empréstimos elegíveis à capitalização representam os custos efetivamente incorridos, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos recursos captados e ainda não utilizados na aquisição ou na construção dos ativos qualificáveis.

Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

18 ARRENDAMENTOS

A Companhia é arrendatária em diversos contratos, com naturezas distintas, cujas principais operações dizem respeito a arrendamentos de terrenos para uso em postos de combustíveis, bases de distribuição de combustíveis, unidades administrativas e edificações. Parte desses arrendamentos são celebrados com a controlada FII FCM, administrado pela Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda.

A Companhia reconhece o ativo do direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente na data de início do contrato.

18.1 Ativos de direito de uso - Movimentação por tipo de ativos

	Consolidado				Controladora			
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Total	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	345	392	9	746	418	661	11	1.090
Adições	251	57	-	308	275	57	-	332
Baixas	(56)	(1)	-	(57)	(56)	-	1	(55)
Depreciação	(76)	(41)	(3)	(120)	(88)	(44)	(3)	(135)
Transferências	-	2	-	2	-	2	-	2
Saldo em 31 de dezembro de 2021	464	409	6	879	549	676	9	1.234
Adições	125	50	13	188	114	50	13	177
Baixas	(38)	1	(4)	(41)	(39)	-	(5)	(44)
Depreciação	(90)	(43)	(3)	(136)	(101)	(48)	(3)	(152)
Transferências	-	(2)	-	(2)	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	461	415	12	888	523	676	14	1.213
Prazo contratual	01 a 20 anos	01 a 24 anos	01 a 03 anos		01 a 20 anos	01 a 60 anos	01 a 20 anos	

18.2 Passivo de Arrendamento - Movimentação e conciliação com os fluxos de caixa de financiamento

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Saldo início do exercício	824	796	1.373	1.338
Pagamento de principal	(126)	(218)	(260)	(340)
Pagamento de juros	(78)	(74)	(85)	(83)
Alterações não caixa				
Aquisições de direito de uso	188	308	177	332
Provisionamento de juros	76	73	125	109
Variações monetárias	2	2	42	80
Baixas	(52)	(63)	(52)	(63)
Saldo Final	834	824	1.320	1.373

18.3 Fluxo de pagamentos

A seguir estão apresentados os fluxos de pagamentos dos arrendamentos:

	Consolidado		Controladora	
	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor presente
Compromissos estimados				
2023	188	(60)	128	268
2024	149	(65)	84	150
2025	133	(55)	78	141
2026	108	(47)	61	121
2027	107	(41)	66	214
2028 em diante	545	(128)	417	426
Em 31 de dezembro de 2022	1.230	(396)	834	1.320
Circulante			128	267
Não circulante			706	1.053
Em 31 de dezembro de 202				



continuação >>>

Estaduais

Estado	Lei Estadual / Decreto	Benefícios auferidos	2021		
			Débitos Existentes	Benefício de Redução	Valor a ser pago após benefício
RJ	Lei Complementar 189, de 29/12/2020	Redução de 90% (noventa por cento) dos valores das penalidades legais e acréscimos moratórios.	118	89	29
AM	DOE- de 21.12.2020 Lei 5.320 de 23/11/2020 e Decreto nº 43.130/2020	Redução de 95% (noventa e cinco por cento) dos juros e das multas moratórias e punitivas.	39	25	14
GO	DOE-GO 20.1.2021 da IN 1489/2021	Desconto de 90% (noventa por cento) s/ multa punitiva, moratórias e s/ juros de mora	173	107	66
PE (*)	DOE 26.06.2021 - Decreto 50901/2021 Lei Complementar 453	Desconto de 90% s/ multa punitiva, moratórias e s/ juros de mora	628	393	235
MG	Lei 23801 de 21.05.2021 DOE-MG 26.05.2021 Decreto 48262 de 23.08.2021	Redução de 90% sobre valores de penalidades e acréscimos legais	12	7	5
SC	DOE -SC 20/07/2021 Lei 18165 de 19/07/2021	Redução de 90 % de multas e juros	51	31	20
TO	Lei 11.331/2021 de 14/07/2021	Redução de 95% sobre valor total de multa e juros	5	3	2
CE	Lei 17.771 de 23/11/2021	Redução de 100% (cem por cento) da multa e dos juros, se o valor da obrigação tributária principal for pago à vista	2	1	1
Outros			2	2	-
			1.030	658	372
Municipais					
Prefeitura de Belo Horizonte	DOM - Belo Horizonte 24/09/2021	Remissão de 100% da atualização monetária, dos juros de mora incidentes sobre o valor	8	5	3
Horizonte	Lei 11311 de 23/09/2021				
Total			1.038	663	375

(*) R\$ 155 desembolso e R\$ 80 pela compensação de saldo de ressarcimento de ICMS ST.

19.3 Imposto de Renda e contribuição social diferidos

19.3.1 Movimentação

Origem do registro dos impostos diferidos	Consolidado				Controladora	
	Reconhecido no		Reconhecido no		2022	2022
	Resultado	Patrimônio Líquido	Resultado	Patrimônio Líquido		
Contas a receber	48	37	55	30	30	30
Bonificações antecipadas	927	74	1.001	(63)	938	938
Imobilizado	(104)	(25)	(129)	(27)	(156)	(156)
Arrendamentos	(61)	(32)	(93)	(6)	(99)	(99)
Processos judiciais	305	30	335	(23)	312	312
Benefício Pós Emprego	651	14	(299)	366	20	6 392
Depósitos judiciais	(147)	13	(134)	(12)	(146)	(146)
Instrumentos financeiros derivativos	6	62	68	434	502	502
Ganho na avaliação a valor justo dos ativos aportados na constituição de JV	-	-	-	(144)	(144)	(144)
Provisão para Créditos de Descobornização	80	-	-	203	203	203
Outros	-	17	97	(9)	88	88
Total	1.705	190	(299)	1.596	318	6 1.920
Imposto de renda diferido	1.253		1.174		1.412	1.412
Contribuição social diferida	452		422		508	508
	1.705		1.596		1.920	1.920
Impostos diferidos Ativos	2.167		2.134		2.642	2.642
Impostos diferidos Passivos	(462)		(538)		(722)	(722)
	1.705		1.596		1.920	1.920

19.3.2 Estimativa de realização

Período	Imposto de renda e CSLL	
	Consolidado	Controladora
2023	1.410	1.410
2024 a 2026	346	346
2027 a 2031	164	164
31 de dezembro de 2022	1.920	1.920
31 de dezembro de 2021	1.596	1.596

19.3.3 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido antes dos impostos	1.930	3.174	1.930	3.173
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(656)	(1.079)	(656)	(1.079)
Ajustes para aplicação alíquota efetiva:				
• Contribuição previdenciária	(52)	(19)	(52)	(19)
• (Adições)/exclusões permanentes, líquidas	(33)	2	(20)	14
• Juros sobre capital próprio	280	181	280	181
• Posição fiscal incerta (*)	11	162	11	162
• Tributação no Brasil de lucro de empresas no exterior	(13)	-	(13)	-
• Incentivos fiscais	15	18	15	18
• Despesas com benefício pós emprego de saúde	(1)	55	(1)	55
• Outros itens	56	3	43	(8)
Imposto de renda e contribuição social	(393)	(677)	(393)	(676)
IR e CSLL correntes	(711)	(867)	(711)	(866)
IR e CSLL diferidos	318	190	318	190
	(393)	(677)	(393)	(676)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	20,4%	21,3%	20,4%	21,3%

(*) Não incidência de IRPJ/CSLL sobre atualizações monetárias efetuadas com base na Taxa SELIC.

Programa	Data da outorga	Fim da carência	Data de expiração	Quantidades outorgadas	Quantidades canceladas	Ativos Exercidos / Resgatados	Ativos em carência em 31.12.2022	Preço de exercício na outorga	Preço de exercício atualizado	Valor justo	Valor Justo
										na outorga	atualizado
Stock Options 2020	31/07/2020	31/07/2023	31/07/2026	3.417.133	930.030	-	2.487.103	R\$ 21,81	R\$ 18,30	R\$ 7,36	-
Phantom Shares 2021	16/03/2021	16/03/2023	16/03/2023	228.311	55.670	172.641	-	-	-	R\$ 21,90	R\$ 17,35
Matching 2020	14/04/2021	14/04/2024	14/04/2024	35.769	-	-	35.769	-	-	R\$ 22,98	-
Stock Options 2021	15/04/2021	15/04/2024	15/04/2027	3.409.339	589.879	-	2.819.460	R\$ 21,73	R\$ 19,15	R\$ 6,39	-
Stock Options 2021 CA	15/04/2021	15/04/2023	15/04/2026	1.277.779	408.219	-	869.560	R\$ 21,73	R\$ 19,15	R\$ 6,48	-
Prêmio Extraordinário aos Diretores	02/01/2022	02/01/2024	01/02/2024	269.808	-	-	269.808	-	-	R\$ 21,94	R\$ 15,65
Matching 2021	28/04/2022	28/04/2025	28/04/2025	41.650	-	-	41.650	-	-	R\$ 21,27	-
Stock Options 2022	28/04/2022	28/04/2025	28/04/2028	1.568.652	611.111	-	957.541	R\$ 23,02	R\$ 22,46	R\$ 4,50	-
Stock Options 2022 CA	28/04/2022	28/04/2024	28/04/2027	588.234	-	-	588.234	R\$ 23,02	R\$ 22,46	R\$ 4,59	-
Performance Share 2022	28/04/2022	28/04/2025	-	1.036.437	257.685	-	778.752	-	-	R\$ 21,98	-
Performance Shares 2022	01/05/2022	01/05/2025	-	1.741	-	-	1.741	-	-	R\$ 21,76	-
Stock Options 2022 CA	02/05/2022	02/05/2024	02/05/2027	431.372	-	-	431.372	R\$ 23,02	R\$ 22,46	R\$ 4,59	-
Stock Options 2022 CA	03/05/2022	03/05/2024	03/05/2027	392.156	-	-	392.156	R\$ 23,02	R\$ 22,46	R\$ 4,59	-
Stock Options 2022 CA	05/05/2022	05/05/2024	05/05/2027	196.078	-	-	196.078	R\$ 23,02	R\$ 22,46	R\$ 4,59	-
Stock Options 2022 CA	09/05/2022	09/05/2024	09/05/2027	196.078	-	-	196.078	R\$ 23,02	R\$ 22,46	R\$ 4,59	-
Performance Shares 2022	18/05/2022	18/05/2025	-	9.519	-	-	9.519	-	-	R\$ 19,85	-

Stock Options 2020: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 4,25% a.a.; Dividend Yield de 1,90% (excluindo o de 2019 por estar acima da média histórica) e Volatilidade da ação de 2 anos, sendo essa de 34,03%, além dos prazos de vesting e exercício.

Stock Options 2021 / Stock Options 2021 CA: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 2% a.a.; Dividend Yield de 9,01% (excluindo o de 2019 por estar acima da média histórica) e Volatilidade (março/2019 a mar/2021), sendo essa de 48,64%, além dos prazos de vesting (2 anos para CA e 3 anos para os demais participantes) e exercício.

Matching Shares 2020 e 2021: o valor justo (fair value) das ações é equivalente à cotação de fechamento na data da outorga.

Phantom Shares 2021: O valor justo (fair value) é calculado com base na média ponderada dos últimos 30 pregões anteriores a data da outorga.

Prêmio Extraordinário aos Diretores: considera a média ponderada dos últimos 30 pregões anteriores à data da outorga.

Stock Options 2022 / Stock Options 2022 CA: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 12,86% a.a.; Dividend Yield de 11,44% e Volatilidade (março/2018 a abril/2022), sendo essa de 43,98%, além dos prazos de vesting (2 anos para CA e 3 anos para os demais participantes) e exercício.

Ações de Performance: O valor justo (fair value) é calculado com base na média ponderada dos últimos 60 pregões anteriores a data da outorga.

⇒ **Política contábil**

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios com a contrapartida registrada no patrimônio líquido. O valor justo do montante a pagar aos empregados, dos programas que são liquidados em caixa, é atualizado a cada data de reporte e reconhecido como despesa com um correspondente aumento do passivo.

⇒ **Política contábil**

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos em base líquida, quando os ativos e passivos fiscais diferidos estão relacionados às despesas com impostos de uma mesma autoridade fiscal e mesma entidade legal.

⇒ **Estimativas e julgamentos**

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros.

20 SALÁRIO, FÉRIAS, ENCARGOS, PRÊMIOS E PARTICIPAÇÕES

Os saldos relativos aos principais benefícios de curto prazo, concedidos aos empregados estão representados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Provisão de férias	68	64	68	64
Salários, encargos e outras provisões	62	71	62	71
Prêmio por desempenho/Incentivo de curto prazo (nota 20.1)	90	87	90	87
Total	220	222	220	222

20.1 Prêmios e incentivos de curto prazo

20.1.1 Pagamento de prêmios e incentivos de curto prazo a empregados

Em 31 de dezembro de 2021, foi provisionado o montante de R\$ 69 para pagamento de incentivos de curto prazo aos empregados referente ao exercício de 2021, tendo sido pagos R\$ 62 em 2022 e revertidos R\$ 7, não restando saldo a pagar.

Em 31 de dezembro de 2022, foi provisionado o montante de R\$ 85 para pagamento de incentivos de curto prazo aos empregados referente ao exercício de 2022, tendo sido pagos R\$ 5 em 2022, restando saldo de R\$ 80.

20.1.2 Pagamento de incentivos de curto prazo aos membros da Diretoria Executiva

Em 31 de dezembro de 2021, foi provisionado o montante de R\$ 18 para pagamento de incentivos de curto prazo aos membros da Diretoria Executiva referente ao exercício de 2021, tendo sido pagos R\$ 12 em 2022 e revertidos R\$ 6, não restando saldo a pagar.

Em 31 de dezembro de 2022, foi provisionado o montante de R\$ 10 para pagamento de incentivos de curto prazo aos membros da Diretoria Executiva referente ao exercício de 2022.

20.2 Planos de pagamentos baseados em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2020 foram aprovados o Plano de Incentivo de Longo Prazo em Opções de Compra de Ações e o Plano de Ações Restritas - Programa de Matching Shares, sendo este último aplicável somente aos Dirigentes Estatutários.

Esses planos têm, dentre seus objetivos: (i) alinhar interesses entre acionistas e executivos; (ii) reconhecer o sucesso na execução do Business Plan; (iii) reforçar a visão a longo prazo nas decisões da Companhia; e (iv) reter talentos e compartilhar o sucesso da organização.

No Plano de Incentivo de Longo Prazo em Opções de Compra de Ações o executivo recebe opções da Companhia que poderão ser convertidas em ações por um período de três anos (período do exercício) após um prazo determinado de três anos (vesting) a partir de sua outorga. Já no Plano de Ações Restritas (Programa de Matching Shares), o executivo recebe ações como contrapartida ao investimento feito na compra de ações de emissão da Companhia no mercado, usando parte de seu incentivo de curto prazo, também após um prazo determinado de carência de três anos a partir do seu investimento.

Adicionalmente, foi implantado no primeiro trimestre de 2021, o plano de Phantom Shares, como estratégia de atração e retenção executiva. O programa estabelece a outorga de uma quantidade específica de ações, com o respectivo recebimento, em dinheiro, após o cumprimento do prazo de vesting de 2 (dois) anos.

Em 2022, considerando o resultado da Companhia em 2021, o Conselho de Administração aprovou um prêmio extraordinário aos Diretores Executivos, adicionalmente em 28 de abril foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo prazo em ações de Performance (Performance Share), que é um Incentivo de Longo Prazo baseado em ações no qual o número de ações a serem concedidos depende do resultado de desempenho de um grupo de indicadores durante o período de 3 (três) anos

Até 31 de dezembro de 2022, foi reconhecido o montante de R\$ 46 como despesa de pessoal, incluindo encargos sociais, referentes aos programas de pagamentos baseados em ações (R\$ 25 em 31 de dezembro de 2021).

Seguem informações dos programas:

Programa	Data da outorga	Fim da carência	Data de expiração	Quantidades outorgadas	Quantidades canceladas	Ativos Exercidos / Resgatados	Ativos em carência em 31.12.2022	Preço de exercício na outorga	Preço de exercício atualizado	Valor justo	Valor Justo
										na outorga	atualizado
Stock Options 2020	31/07/2020	31/07/2023	31/07/2026	3.417.133	930.030	-	2.487.103	R\$ 21,81	R\$ 18,30	R\$ 7,36	-
Phantom Shares 2021	16/03/2021	16/03/2023	16/03/2023	228.311	55.670	172.641	-	-	-	R\$ 21,90	R\$ 17,35
Matching 2020	14/04/2021	14/04/2024	14/04/2024	35.769	-	-	35.769	-	-	R\$ 22,98	-
Stock Options 2021	15/04/2021	15/04/2024	15/04/2027	3.409.339	589.879	-	2.819.460	R\$ 21,73	R\$ 19,15	R\$ 6,39	-
Stock Options 2021 CA	15/04/2021	15/04/2023	15/04/2026	1.277.779	408.219	-	869.560				



VIBRA ENERGIA S.A.

(anteriormente denominada Petrobras Distribuidora S.A.)

CNPJ 34.274.233/0001-02

continuação >>>

Em relação as contribuições dos planos PPSP-NR, o valor acumulado até dezembro de 2022, referente às contribuições normais foi de R\$ 11 (R\$ 10 até dezembro de 2021). Em relação ao mesmo plano, o total até dezembro de 2022 referente às contribuições extraordinárias (referente ao plano de equacionamento de déficit - PED em vigor) foi de R\$ 32 (R\$ 18 até dezembro de 2021).

As contribuições esperadas (parte patronal) do PPSP-R e PPSP-NR, para 2023, somam R\$ 73 e R\$ 34, respectivamente.

A duração média do passivo atuarial dos planos (PPSP-R e PPSP-NR), 31 de dezembro de 2022, é de 9,93 anos e 8,68 anos, respectivamente (9,93 anos e 9,24 anos em 31 de dezembro de 2021).

PP-2

O Plano Petros-2 foi implementado em julho de 2007, na modalidade de contribuição variável. A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método de crédito unitário projetado. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento e renda por prazo indeterminado.

As contribuições patronais relativas ao PP2 pagas até dezembro de 2022 totalizaram R\$ 19 (R\$ 28 até dezembro de 2021).

As contribuições esperadas da patrocinadora, para 2023, são R\$ 5,9, referentes à parcela de contribuição definida. A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2022 é de 12,12 anos (12,12 anos em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, o valor justo dos ativos garantidores é superior ao valor presente das obrigações gerando um superávit irreversível de R\$ 5, assim sendo, o passivo apresenta saldo zero. Não há constituição de ativo, uma vez que o mesmo não atende aos critérios de reconhecimento, não gerando ganho econômico.

FlexPrev

O Flexprev é o novo plano de previdência da Vibra Energia, criado na modalidade Contribuição Definida puro. Este plano está disponível para novas adesões desde 07 de dezembro de 2021, e o processo de migração para o público oriundo do PPSP-R, PPSP-NR e PP-2 esteve aberto no período de 10 de maio a 08 de julho de 2022.

O público total que optou por migrar para o Flexprev, considerando toda a massa de elegíveis, foi de 31% e as obrigações financeiras (instrumento de dívida) a serem pagas à Petros resultante desta migração equivale ao total de R\$ 147, sendo R\$ 137,5 referentes ao PPSP-R, R\$ 7,5 ao PPSP-NR e R\$ 2 ao PP-2.

a) Instrumento de dívida

O instrumento de dívida foi pago em uma parcela à vista no montante de R\$ 11 em 15/11/2022 e o saldo remanescente será quitado em prestações semestrais e sucessivas, vencendo a primeira em 07/02/2023, comprometendo-se a Vibra a amortizá-la no prazo máximo de 15 (quinze) anos.

Os valores descritos serão objeto de atualização por recorrência até a data do efetivo pagamento de cada parcela, com correção pelas metas atuariais dos planos de origem (pro rata die), sendo PPSP-R (IPCA + 4,43% a.a.), PPSP-NR (IPCA + 4,37% a.a.) e PP-2 (IPCA + 4,75% a.a.).

A obrigação com a Petros, calculada com base nas normas da Previc, representa: (i) no PPSP-R e PPSP-NR: equivale às contribuições futuras normais devidas aos participantes na condição de assistidos (inatividade), bem como os valores devidos, vencidos e não pagos e os vencidos em relação ao Plano de Equacionamento de Déficit (PED) implementado e a parcela cabível à VIBRA do resultado deficitário nos PPSPs, e (ii) no PP-2: equivale a parcela de resultado deficitário de responsabilidade da VIBRA.

Revisão Intermediária dos planos - PPSP-R e PPSP-NR e PP-2

Em 01 de setembro de 2022, foi efetivada a migração dos participantes do Plano Petros do Sistema Petrobras - Repactuados (PPSP-R), Plano Petros do Sistema Petrobras - Não Repactuados (PPSP-NR) e Plano Petros 2 (PP-2) que optaram pela migração para o FlexPrev. O passivo dos planos de benefícios de pensão, foi reduzido, por este evento, em R\$ 156, com reconhecimento de:

- (i) R\$ 11 de ganho líquido no resultado, referente ao custo do serviço passado, decorrente da redução dos planos;
- (ii) R\$ 145 de ganho líquido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, referente ao aumento da taxa de desconto e atualização da base de dados, compensados parcialmente pela perda nos ativos garantidores e superávit irreversível.

O custo do serviço passado apurado é resultante da redução dos planos, devido à adesão à migração voluntária de participantes do PPSP-R, PPSP-NR e PP-2 para o FlexPrev.

As contribuições patronais relativas ao FlexPrev pagas até dezembro de 2022 totalizaram R\$ 11.

21.1 Ativos dos planos de pensão

Em relação a diretiza da Política de Investimentos (PI) tendo como função definir a condução da gestão de seus ativos para um período de cinco anos não houve mudança, seguindo um modelo de obtenção de carteiras ótimas para os planos seguem com a metodologia anterior: buscar o atingimento da meta atuarial com o menor risco de mercado (VaR) possível e para os planos de Benefício Definido a busca pelo menor descasamento de fluxo de caixa líquido e que tem como o grande mote a estratégia de imunização onde há uma busca de casar os futuros fluxos do passivo, isto é, benefícios aos participantes, com a entrada de fluxos futuros pelo lado dos investimentos. Ainda, para fins de conhecimento, vale destacar que a estratégia de imunização consiste na realização de investimentos visando construir uma carteira que tenha capacidade de pagar fluxos de benefícios futuros e mitigar os riscos de mercado e inflacionários por meio da compra de NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional série B), ou seja, títulos públicos federais indexados à inflação. Essa estratégia proporciona a redução de imprevisibilidade da carteira e tende a tornar seu retorno mais estável ao longo do tempo.

21.2 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

21.2.1 Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Consolidado									
	2022					2021				
	Planos de Pensão		Plano de saúde	Total	Planos de Pensão		Plano de saúde	Total		
	Petros Repactuados	Petros Não Repactuados			Petros 2	Petros Repactuados			Petros Não Repactuados	Petros 2
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais										
Obrigações atuariais no início do exercício	3.303	1.127	311	11	4.752	4.246	1.362	402	183	6.193
Custo dos juros	394	140	38	4	576	328	104	32	15	479
Custo do serviço corrente	3	-	2	-	5	5	2	3	3	13
Custo do serviço passado	3	(6)	(8)	-	(11)	-	-	-	(180)	(180)
Contribuições de participantes	3	-	-	-	3	5	1	-	-	6
Benefícios pagos	(278)	(106)	(25)	(141)	(550)	(259)	(95)	(23)	(111)	(488)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - experiência (b)	(571)	(31)	(7)	209	(400)	(140)	50	10	93	13
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses financeiras	(68)	(7)	(11)	(15)	(101)	(882)	(297)	(116)	8	(1.287)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses demográficas	-	-	(1)	-	(1)	-	-	3	-	3
Obrigações atuariais no fim do exercício	2.789	1.117	299	68	4.273	3.303	1.127	311	11	4.752
Movimentação do valor justo dos ativos do plano										
Ativos do plano no início do exercício	2.711	871	327	-	3.909	3.052	916	355	-	4.323
Receitas de juros	331	107	42	-	480	236	70	28	-	334
Contribuições pagas pela empresa	135	44	-	-	179	70	28	-	-	98
Contribuições de participantes	3	-	-	-	3	5	1	-	-	6
Benefícios pagos	(278)	(106)	(25)	-	(409)	(259)	(95)	(23)	-	(377)
Remensuração: Retorno sobre os ativos excedente à receita de juros	(524)	(163)	(40)	-	(727)	(393)	(49)	(33)	-	(475)
Ativos do plano no fim do exercício	2.378	753	304	-	3.435	2.711	871	327	-	3.909
Valores reconhecidos no balanço patrimonial										
Valor presente das obrigações	2.789	1.117	299	68	4.273	3.303	1.127	311	11	4.752
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.378)	(753)	(304)	-	(3.435)	(2.711)	(871)	(327)	-	(3.909)
Superávit irreversível no final do exercício	-	-	5	-	5	-	-	16	-	16
Parcelamento de dívida	138	-	-	-	138	-	-	-	-	-
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	549	364	-	68	981	592	256	-	11	859
Movimentação do passivo atuarial líquido										
Saldo no início do exercício										
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	(115)	125	6	194	210	(629)	(198)	(54)	101	(780)
(+) Custos incorridos no período	3	-	2	-	5	5	2	3	3	13
(-) Custo de serviço passado	3	(6)	(8)	-	(11)	-	-	-	(180)	(180)
(-) Pagamento de contribuições	(135)	(44)	-	(141)	(320)	(70)	(28)	-	(111)	(209)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	63	33	-	4	100	92	34	4	15	145
Saldo Passivo Atuarial no final do exercício	411	364	-	68	843	592	256	-	11	859
Parcelamento da dívida:										
Despesa líquida	139	8	2	-	149	-	-	-	-	-
Pagamento de termo financeiro	(1)	(8)	(2)	-	(11)	-	-	-	-	-
Saldo Parcelamento da Dívida no final do exercício	138	-	-	-	138	-	-	-	-	-
Saldo no fim do exercício	549	364	-	68	981	592	256	-	11	859
Circulante	73	34	-	46	153	75	30	-	3	108
Não circulante	476	330	-	22	828	517	226	-	8	751
	549	364	-	68	981	592	256	-	11	859

21.2.2 Componentes do benefício definido

	2022						Controladora
	Consolidado					Total	
	Plano de Pensão		Plano de saúde	Total	Total		
Petros - Repactuados	Petros - Não Repactuados	Petros 2				Total	Total
Custo do serviço corrente	3	-	2	-	5	5	
Custo/ (reversão) do serviço passado	3	(6)	(8)	-	(11)	(11)	
Juros líquidos sobre o passivo líquido	63	33	-	4	100	100	
Custo do exercício	69	27	(6)	4	94	94	
Relativa a empregados ativos:							
Absorvida no custo das atividades operacionais	-	-	-	-	-	-	
Diretamente no resultado	7	(3)	(1)	1	4	4	
Relativa aos inativos (*):	62	30	(5)	3	90	90	
Custo do exercício	69	27	(6)	4	94	94	
Parcelamento da Dívida:							
(+) Reconhecimento da Dívida	137	8	2	-	147	147	
(+) Custo dos Juros	2	-	-	-	2	2	
Custo do exercício	139	8	2	-	149	149	
Relativa a empregados ativos:							
Absorvida no custo	2	-	-	-	2	2	
Diretamente no resultado	22	3	-	-	25	25	
Relativa aos inativos (*):	115	5	2	-	122	122	
Custo do exercício	139	8	2	-	149	149	
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	208	35	(4)	4	243	243	

(*) Outras Receitas (Despesas), líquidas

Dado que havia um cenário de trajetória de alta da taxa Selic e uma maior oportunidade para a estratégia de imunização, houve uma redução de limite de alocação máximo para renda variável, de 40% para 30%, onde não só os ativos de risco estavam menos atrativos como não havia necessidade de continuar tomando tanto risco em ativos mais voláteis. Portanto, num cenário macroeconômico de incerteza e num ambiente de juros mais atrativos, houve reavaliação da carteira com uma menor exposição a renda variável, onde a relação de risco e retorno seria mais favorável e mais conveniente a oportunidade.

Os ativos dos planos de pensão, segregados por categoria, são os seguintes:

Categoria do Ativo	2022				2021	
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	%	Valor justo total	%
Renda fixa	1.025	1.525	2.550	74%	2.559	65%
Títulos públicos	1.009	1.094	2.103	-	1.696	-
Outros investimentos	16	431	447	-	863	-
Renda variável	397	80	477	14%	775	20%
Ações à vista	397	-	397	-	680	-
Outros investimentos	-	80	80	-	95	-
Investimentos estruturados	3	42	45	1%	64	2%
Investimentos no exterior	8	9	17	0%	19	0%
Imóveis	-	167	167	5%	193	5%
Outros ativos	-	100	100	3%	206	5%
Empréstimos a participantes	-	79	79	2%	93	2%
	1.433	1.923	3.356	98%	3.816	98%
	-	79	79	2%	93	2%
	1.433	2.002	3.435	100%	3.909	100%

Plano de saúde

A partir do 4º trimestre de 2020, a Companhia contratou o plano de saúde da Bradesco Seguros, oferecendo o benefício de saúde (médico e odontológico) aos seus colaboradores, ex-colaboradores e seus dependentes em substituição ao plano de autogestão (AMS).

De acordo com a Lei nº 9.656/98, é assegurado ao colaborador aposentado, que contribuiu com o plano de saúde em decorrência de vínculo empregatício por meio de contribuições fixas e mensais, pelo prazo mínimo de 10 anos, o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assumindo o pagamento integral.

Para os colaboradores com 10 anos ou mais de contribuição e que venham a se aposentar na empresa, a Vibra ofereceu a possibilidade da manutenção do benefício vigente à época da aposentadoria, mediante pagamento de quota parte da mensalidade estipulada pela Companhia e a respectiva coparticipação.

Aos colaboradores com tempo de contribuição entre 02 (dois) e 09 (nove) anos para o plano "AMS", a Vibra decidiu oferecer a possibilidade de continuidade do pagamento das mensalidades na condição de titular até que seja completado o período de 10 (dez) anos e desde que o colaborador se aposente na empresa, garantindo as condições de manutenção do plano, conforme regra descrita no parágrafo anterior.

Para aqueles com menos de dois anos de Companhia, o direito ao plano Bradesco foi dado pelo tempo de permanência na Companhia, respeitadas as regras da RN 488 em caso de desligamento sem justa causa para os casos em que houve contribuição mensal ao plano de saúde (RN 488: legislação que garante o direito à permanência no plano de saúde de 6 meses a 2 anos após desligamento sem justa causa a depender do tempo de contribuição ao plano).

Os aposentados com menos de dez anos de Companhia, tiveram direito à permanência no plano pelo período equivalente ao tempo de contribuição.

Para os ex-colaboradores que foram desligados nos programas de demissão (PIDV/PDO), na condição de não aposentado, e pela RN 488 foi mantido o prazo previamente determinado no momento do desligamento.

Para o grupo de aposentados e pensionistas com contribuição superior a 10 anos, o plano de saúde é vitalício (direito adquirido), contudo a partir de 2022 é observada redução gradativa do subsídio patronal ao longo de 7 anos, atingindo em 2028 o equilíbrio do custeio.

A Companhia extinguiu as contribuições fixas para os novos colaboradores e adota a partir de 2022 a redução gradativa do subsídio patronal, eliminando o fator gerador do passivo, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Em abril de 2022, a Companhia foi notificada acerca de duas liminares concedida pela Justiça do Trabalho em favor dos Sindicatos de empregados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais (ACC 100176-39.2022.5.01.0009 e ACC 0010217-76.2022.5.03.0017) determinando que a Companhia se abstenha de utilizar a variação de faixa etária para fins de estipulação de mensalidades do plano de saúde, adote o custeio 70/30 (70% pela empresa e 30% pelo usuário) relativamente aos aposentados e pensionistas; e realize o desconto do valor devido pelo usuário em folha/contracheque da PETROS, suspendendo a cobrança por meio de boleto.

Os riscos atuariais envolvidos no benefício de saúde são:

- (I) benefício saúde no pós-emprego,
- (II) sobrevivência superior que a estabelecida nas tábuas de mortalidade,
- (III) rotatividade inferior a prevista e
- (IV) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

O plano de saúde não está coberto por ativos garantidores.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2022 é de 2,25 anos (6,70 anos em 31 de dezembro de 2021).

	Consolidado						Controladora
	2021					Total	
	Planos de Pensão		Plano de saúde	Total	Total		
Petros Repactuados	Petros Não Repactuados	Petros 2				Total	Total
Custo do serviço corrente	5	2	3	3	13	13	
Custo/ (reversão) do serviço passado	-	-	-	(180)	(180)	(180)	
Juros líquidos sobre o passivo líquido	92	34	4	15	145	145	
Custo do exercício	97	36	7	(162)	(22)	(22)	
Relativa a empregados ativos:							
Absorvida no custo das atividades operacionais	2	-	-	(4)	(2)	(2)	
Diretamente no resultado	19	4	4	(50)	(23)	(23)	



continuação >>>

21.2.4 Premissas atuariais adotadas no cálculo

	2022				2021			
	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	Plano de saúde	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	Plano de saúde
Taxa de desconto nominal (Real + Inflação) (1)	12,13%	12,13%	12,14%	12,25%	13,10%	13,12%	13,03%	12,94%
Taxa de crescimento salarial Nominal (Real + Inflação)	6,68%	6,68%	6,68%	n/a	8,93%	8,93%	8,93%	n/a
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares (2)	n/a	n/a	n/a	13,44% a 3,15% a.a	n/a	n/a	n/a	11,81% a 3,00% a.a
Tábua de mortalidade geral	EX-PETROS Bidecremental 2013	EX-PETROS 2020	AT-2012 IAM Basic Feminina desagravada em 10%	EX-PETROS 2013	EX-PETROS 2013	EX-PETROS 2020	AT-2012 IAM Basic Feminina desagravada em 10%	EX-PETROS 2013
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana	Experiência Invalidez PP-2 2022	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Álvaro Vindas desagravada em 50%	Grupo Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 83 Segregada por sexo	IAPB 1957 (forte) e desagravada em 30%	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina	IAPB 1957 (forte) e desagravada em 30%	AT 49 Masculina
Idade de entrada na aposentadoria	Homens - 57 anos Mulheres - 56 anos	Homens - 59 anos Mulheres - 57 anos	1ª elegibilidade	PPSP-R - 57 anos PPSP-NR - 59 anos Petros 2 - 1ª elegibilidade PPSP-R - 56 anos PPSP-NR - 57 anos Petros 2 - 1ª elegibilidade	Homens - 57 anos Mulheres - 54 anos	Homens - 54 anos Mulheres - 61 anos	1ª elegibilidade	Homen PPSP-R - 57 anos PPSP-NR - 54 anos Petros 2 - 59 anos Mulheres PPSP-R - 54 anos PPSP-NR - 61 anos Petros 2 - 56 anos

(1) Considerando uma curva de inflação projetada com base no mercado em 5,62% para 2022.
(2) Taxa decrescente atingindo nos próximos 5 anos a expectativa de inflação projetada de longo prazo.

21.2.5 Perfil de vencimento da obrigação

	2022			
	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	Plano de saúde
31/12/2023	248	103	23	46
31/12/2024	241	100	21	33
31/12/2025	224	92	20	23
31/12/2026	208	85	18	14
31/12/2027 ou posterior	1.868	737	217	(48)
Total	2.789	1.117	299	68

⇒ **Política contábil**

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas, da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidas no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais; e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

A Companhia contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

⇒ **Estimativas e julgamentos**

A mensuração destes compromissos depende de diversas estimativas, que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários. Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais. Dentre as principais premissas utilizadas estão:

- taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e
- taxa de variação de custos médicos e hospitalares: premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares.

A Companhia estima os custos médicos futuros com base em dados históricos acerca da própria experiência da empresa, adicionado sempre que necessário por dados históricos de outras empresas, de companhias de seguros, de fornecedores de serviços médicos ou de outras fontes. As estimativas dos custos médicos futuros consideram o efeito dos avanços tecnológicos, das alterações na utilização dos cuidados de saúde ou de modelos de prestação desses cuidados, e de alterações nas condições de saúde dos participantes do plano. Esta taxa é definida para cada ano a partir da data de avaliação até o fim do período de pagamento dos benefícios.

Em 2021, no cálculo na premissa de VCMH, foi utilizado, para estabelecimento do seu ponto inicial, a média móvel dos últimos cinco anos de observação da inflação INPC Saúde.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota 21.2.3.

22 PROVISÃO PARA CRÉDITO DE DESCARBONIZAÇÃO

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Provisão para Créditos de Descarbonização	596	–	596	–
Total	596	–	596	–

A Companhia tem obrigações legais perante a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) de metas anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa, no âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio).

As metas, para fins de rateio das obrigações do ano corrente, se baseiam no volume de combustíveis fósseis comercializados pelos distribuidores de combustíveis (market-share) do ano anterior e são estabelecidas em unidades de Crédito de Descarbonização (CBIO).

Os CBIOs, que são ativos negociáveis e adquiridos no mercado, são emitidos por produtores e importadores de biocombustíveis devidamente certificados de acordo com a eficiência para a mitigação de uma quantidade específica de gases de efeito estufa em relação ao seu substituto fóssil.

A aposentadoria do CBIO é o processo para retirada definitiva de circulação do CBIO, impedindo qualquer negociação futura.

As metas estabelecidas vigoram até dezembro de cada ano e são publicadas no site da ANP. Para 2022 a Companhia possuía como meta uma redução equivalente à quantidade de 9.710.510 CBIOs (6.550.462 CBIOs em 2021).

O prazo de aposentadoria dos CBIOs de 2022 foi prorrogado para setembro de 2023.

A variação da provisão está explicada na nota 25.4.

⇒ **Política contábil**

A Companhia reconhece a provisão para crédito de descarbonização no passivo circulante e na rubrica Outras receitas (despesas), líquidas, com base nas metas estabelecidas pela ANP.

A provisão é mensurada mensalmente de forma proporcional as metas de volume estabelecidas pela ANP, que inclui, para as quantidades compradas, o custo médio de aquisição e para as quantidades a adquirir do período, o preço médio negociado na bolsa de valores (B3) no último dia útil do mês. No momento da aposentadoria, o passivo constituído é compensado com os créditos de descarbonização adquiridos e que são contabilizados no ativo intangível (nota 14).

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 7.579 (R\$ 6.353 em 31 de dezembro de 2021), está composto por 1.165.000.000 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal.

Em 28 de abril de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital social mediante a capitalização de parcela do saldo da reserva legal no montante de R\$ 1.226.

23.2 Ações em tesouraria

Em 29 de julho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão, com efeitos a partir do dia 11 de agosto de 2021, limitado ao valor total de R\$ 1,5 bilhão em um prazo de até 18 meses. A Administração da Companhia vê no programa mais uma opção oportuna de alocação de capital.

A recompra tem por objetivo a aquisição de ações ordinárias de emissão da própria Companhia para manutenção de tais ações adquiridas em tesouraria, cancelamento ou alienação. As ações recompradas e mantidas em tesouraria podem, a critério da administração, ser usadas para cumprir obrigações decorrentes de planos de ações.

Até 31 de dezembro de 2022 a Companhia recomprou um total de 50.096.500 ações e possui registrado no patrimônio líquido um montante de R\$ 1.152 de ações em tesouraria.

23.3 Reservas de lucros

23.3.1 Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

23.3.2 Reserva estatutária

Constituída com justificativa técnica e aprovação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal a respeito dos valores e da destinação, para garantir investimentos compatíveis com o desenvolvimento dos negócios da Companhia, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, após a destinação da reserva legal, da reserva para contingência, do dividendo obrigatório, da reserva de lucros a realizar e da reserva de retenção de lucros, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital, de acordo com o artigo 44 do Estatuto Social da Companhia.

23.3.3 Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital de 2023, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamentos a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está sendo prevista uma retenção de lucros de R\$ 473.

23.3.4 Reserva de incentivos fiscais

É constituída da parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de R\$ 163 de constituição refere-se ao benefício concedido pela União (Emenda Constitucional 123/22), através de repasse aos Estados, da outorga de créditos tributário de ICMS à produtores e distribuidores de etanol hidratado, associado a benefícios fiscais concedidos por Estados na forma de créditos presumidos.

23.4 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do período, de acordo com o artigo 44 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

	2022
Lucro líquido do exercício	1.537
Apropriação	
Reserva legal	(77)
Reserva de Incentivo Fiscais	(163)
Lucro básico para determinação dos dividendos / Juros sobre capital próprio	1.297
Juros sobre capital próprio / dividendos	
Equivalentes a 25% do lucro básico	324
Juros sobre capital próprio reconhecidos no passivo	824
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(65)
Total de dividendos / juros sobre capital próprio propostos	759
Dividendos / Juros sobre capital por ação	0,74

23.4.1 Movimentação de dividendos e juros sobre o capital próprio

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	132	942
Adição	824	1.972
Pagamento	(490)	(2.761)
Imposto de renda retido na fonte	(65)	(43)
Atualização	–	22
Saldo final	401	132

Em 16 de setembro de 2022, o Conselho de Administração da Vibra aprovou a distribuição de remuneração antecipada aos acionistas sob a forma de juros sobre o capital próprio referente ao exercício social de 2022, totalizando R\$ 824, com pagamentos previstos em 2 (duas) parcelas.

Em 29 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou o pagamento da primeira parcela no montante de R\$ 358, já deduzido o IRRF.

O pagamento da segunda parcela está previsto para fevereiro de 2023.

Esta antecipação deverá compor o dividendo mínimo obrigatório do exercício social 2022, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária (AGO), sem prejuízo de outras eventuais distribuições a serem definidas na AGO que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

⇒ **Política contábil**

A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, com base nos limites definidos no estatuto social da Companhia e nas leis vigentes. No caso da destinação dos dividendos exceder ao mínimo obrigatório, esse excedente permanece registrado no patrimônio líquido na conta de Dividendos Adicionais Propostos, até a aprovação na Assembleia Geral dos Acionistas ou Assembleia Geral Ordinária.

No exercício de 2021, os juros sobre o capital próprio e os dividendos foram atualizados monetariamente, a partir do encerramento do exercício social até a data da quitação, de acordo com a variação da taxa Selic.

No exercício de 2022, em decorrência de alteração estatutária, os dividendos e juros sobre capital próprio deixaram de ser atualizados monetariamente.

Os juros sobre capital próprio são imputados ao dividendo mínimo pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido como no resultado do exercício.

23.5 Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se ao reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, líquidos dos efeitos dos tributos sobre o lucro, apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social, assim como ao reconhecimento dos ajustes acumulados de conversão de participações societárias do exterior.

23.6 Resultado por ação

	Consolidado	
	2022	2021
Numerador		
Lucro líquido	1.537	2.497
Denominador		
Média ponderada das ações em poder dos acionistas	1.119.750.407	1.154.690.874
Resultado por ação básico	1,3726	2,1625
Numerador		
Lucro líquido	1.537	2.497
Denominador		
Média ponderada das ações em poder dos acionistas	1.119.750.407	1.154.690.874
Potencial incremento de ações considerando o plano de incentivo	1.123.890	744.658
Média ponderada de ações ajustadas	1.120.874.297	1.155.435.533
Resultado por ação diluído	1,3713	2,1611

No resultado diluído por ação, a quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas é ajustada para refletir a presunção da conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Assim sendo, para as opções de compra de ações do programa de incentivo de longo prazo (nota 20.2), é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo preço médio de mercado da ação da Companhia no período.

24 RECEITA DE VENDAS

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Produtos, serviços e energia				
Derivados de petróleo				
Diesel	106.990	71.336	106.453	71.336
Gasolina	57.995	51.713	57.438	51.713
Óleo combustível	7.889	11.987	7.889	11.987
Querosene de aviação	23.473	10.650	23.473	10.650
Lubrificantes	3.429	3.082	3.429	3.082
Coque	1.019	1.062	787	1.062
Outros derivados	2.545	1.786	2.489	1.786
Etanol	10.615	10.975	10.615	10.975
Gás natural	783	658	783	658
Produtos de Supply-House (a)	617	1.265	617	1.265
Serviços, energia e outros	112	58	91	52
	215.467	164.572	214.064	164.566
Juros embutidos no preço dos produtos	(477)	(193)	(477)	(193)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	(651)	(805)	(651)	(805)
Bonificação por desempenho (b)	(491)	(432)	(491)	(432)
Premios e descontos sobre vendas	(502)	(336)	(502)	(336)
Receita bruta	213.346	162.806	211.943	162.800
Encargos de vendas	(31.900)	(32.685)	(31.900)	(32.685)
Receita de vendas	181.446	130.121	180.043	130.115

(a) Trata-se da venda de serviços e produtos químicos para a área de exploração e produção, abastecendo plataformas, sondas, FPSOs e unidades terrestres com os produtos indispensáveis às operações e demais aplicações, sendo o maior cliente a Petrobras.

(b) Valores concedidos aos clientes em função do cumprimento de prazos e desempenhos acordados contratualmente.

O aumento nas receitas de R\$ 51.322 decorre, principalmente, do repasse das sucessivas altas de preços dos produtos derivados de petróleo.

continua >>>



continuação >>>

24.1 Obrigações de desempenho restantes

A Companhia possui contratos de vendas de produtos ou serviços, vigentes e assinados até 31 de dezembro de 2022, com prazos superiores a 1 ano, onde os direitos de cada parte em relação aos bens e serviços a serem transferidos encontram-se definidos, ou seja, há uma quantidade pré-estabelecida de bens ou serviços prometidos ao cliente para os próximos exercícios, com seus respectivos termos de pagamentos.

A seguir estão apresentados os valores totais de preços alocados às obrigações de desempenho que não se encontram satisfeitas em 31 de dezembro de 2022, tendo como base volumes de vendas comprometidos entre as partes, bem como preços praticados em vendas recentes, sendo esses sujeitos às variações no valor de commodities, taxa de câmbio e outros fatores de mercado.

	<u>Consolidado</u>
Total dos contratos	388.409
Diesel	204.896
Gasolina automotiva	135.746
Óleo combustível	5.680
Outros derivados de petróleo	4.582
Subtotal de derivados	350.904
Gás natural	2.398
Etanol, nitrogenados e renováveis	34.878
Serviços e outros	44
Mercado interno	388.224
Exportações	185
Mercado externo	185

A tabela anterior não inclui informações sobre contratos com clientes com duração igual ou inferior a um ano, como por exemplo, vendas no mercado spot, além de contratos que não estabeleçam volumes.

24.2 Passivos de contratos

Estão classificados no grupo de Adiantamentos de Clientes e em 31 de dezembro de 2022 perfazem o montante de R\$ 404 no Consolidado e na Controladora (em 31 de dezembro de 2021 estes saldos eram R\$ 407 no Consolidado e na Controladora).

O valor de R\$ 381 foi reconhecido como receita em 2022 e estava incluído no saldo de passivos de contrato no início do exercício (R\$ 442 em 31 de dezembro de 2021).

⇒ **Política contábil**

A Companhia identifica os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e avalia os bens ou serviços prometidos em contrato e identifica como obrigação de Performance cada promessa de transferir ao cliente:

• *bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou*

• *série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.*

A Companhia reconhece receitas quando ou à medida que seja satisfeita à obrigação de performance ao transferir o controle do bem ou do serviço prometido ao cliente. O bem ou o serviço é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtém controle do mesmo.

A receita é mensurada pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, sendo apresentada líquida dos impostos, devoluções, descontos, juros embutidos no preço dos produtos, apropriação de bonificações concedidas aos clientes e bonificações por desempenho.

As bonificações antecipadas concedidas a clientes são apropriadas no resultado como redução da receita bruta (nota 10).

A contraprestação prometida em contrato com o cliente pode incluir valores fixos, valores variáveis ou ambos.

25 CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA

25.1 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Produtos para revenda	(173.647)	(123.035)	(172.248)	(123.034)
Serviços de terceiros e alugueis	(88)	(77)	(88)	(77)
Despesas com pessoal	(39)	(34)	(39)	(32)
Depreciação e amortização	(12)	(13)	(12)	(11)
Outras	(171)	(111)	(171)	(111)
Total	(173.957)	(123.270)	(172.558)	(123.265)

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados apresentaram variação de R\$ 50.687 em função do aumento no custo médio de aquisição, decorrente do aumento nos preços.

25.2 Despesas de vendas e perdas de créditos esperadas

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços de terceiros, fretes e alugueis	(1.583)	(1.363)	(1.583)	(1.363)
Despesas com pessoal	(363)	(361)	(363)	(361)
Perdas de crédito esperadas	8	(289)	8	(289)
Perdas com títulos incobráveis	(60)	(23)	(60)	(23)
Depreciação e amortização	(463)	(476)	(474)	(486)
Outras	(177)	(151)	(177)	(151)
Total	(2.638)	(2.663)	(2.649)	(2.673)

Destaque na variação do período:

• Serviços de Terceiros, fretes e alugueis - a variação decorre, principalmente, do aumento nas despesas com fretes, em função de reajustes de preços, bem como aumento nos gastos com alugueis.

• Perdas de créditos estimadas - a variação decorre, principalmente, dos eventos ocorridos em 2021, como a recuperação judicial da Samarco e à expectativa de perda da totalidade do mútuo a receber concedido à Stratira.

25.3 Despesas gerais e administrativas

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços de terceiros e alugueis	(232)	(172)	(230)	(171)
Despesas com pessoal	(362)	(312)	(362)	(311)
Depreciação e amortização	(78)	(70)	(78)	(70)
Outras	(71)	(80)	(66)	(76)
Total	(743)	(634)	(736)	(628)

O aumento de R\$ 108 deve-se, principalmente, aos gastos com serviços contratados e as despesas com plano de pensão e saúde.

25.3.1 Outras receitas (despesas) líquidas

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Abono por repactuação salarial	-	8	-	8
Créditos de ICMS - Fim de definitividade	71	291	71	291
Crédito de PIS/COFINS	672	-	672	-
Recuperação de Créditos PIS/COFINS - Noventa	-	79	-	79
Despesas de alugueis	(56)	(43)	(56)	(43)
Desapropriação Imóvel	53	55	53	55
Operações de hedge de commodities - importações em andamento	(89)	56	(89)	56
Operações de hedge de commodities - importações encerradas	(864)	(430)	(864)	(430)
Perdas e provisões com processos judiciais (nota 28.1)	(181)	(926)	(181)	(926)
Planos de pensão e saúde - inativos (nota 21)	(212)	(3)	(212)	(3)
Provisão crédito de descarbonização	(1.050)	(240)	(1.050)	(240)
Receitas de franquia, alugueis e royalties	406	382	406	382
Receita de armazenagem conjunta	139	139	139	139
Recuperação de Créditos Tributários - PIS e COFINS	113	31	113	31
Recuperação com Crédito Fiscal Presumido - ICMS	163	13	163	13
Relações institucionais e projetos culturais	(127)	(108)	(127)	(108)
Resultado com alienação/baixas de ativos	498	102	498	102
Resultado com alienação/baixa - participações societárias	505	(8)	505	(8)
Prêmios por desempenho e outros incentivos	(82)	(80)	(82)	(80)
Outros	(2)	(33)	(3)	(36)
Total	(43)	(715)	(44)	(718)

Destacam-se as variações no período:

• Crédito de ICMS - Fim da definitividade: redução na receita de R\$ 220 em relação a 2021 em função, principalmente, dos menores ressarcimentos extemporâneos de ICMS ST referente aos créditos originados do fim da definitividade da substituição tributária, no que se refere à cobrança de complemento ou à geração de ressarcimento do ICMS nas vendas de óleo diesel e gasolina aos grandes consumidores, bem como de querosene de aviação às empresas aéreas.

• Créditos de PIS/COFINS: reconhecimento de R\$ 672 de créditos sobre despesas operacionais essenciais, discussão que, em função de novos eventos ocorridos em 2022, tem tido desfecho favorável aos contribuintes em esfera administrativa, dispensando, portanto, o ajuizamento de ações para obtenção do direito ao creditamento.

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - dezembro de 2022

	Rede de Postos		Mercado de Aviação		Total dos segmentos	Eliminação	Corporativo	Total	Desconsolidação Segmento Renováveis (**)	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis		Total Consolidado
	B2B	Lubrificantes	de Aviação	Renováveis (*)						Contábeis	Contábeis	
Receita de Vendas	105.512	52.040	2.965	21.580	3.082	185.179	(468)	-	184.711	(2.614)	(651) a)	181.446
Custo dos produtos vendidos	(101.787)	(49.344)	(2.606)	(20.206)	(2.885)	(176.828)	468	-	(176.360)	2.417	(14) b)	(173.957)
Lucro (Prejuízo) bruto	3.725	2.696	359	1.374	197	8.351	-	-	8.351	(197)	(665)	7.489
Despesas												
Vendas, gerais e administrativas	(1.148)	(929)	(124)	(448)	(111)	(2.760)	-	(180)	(2.940)	111	(552) c)	(3.381)
Tributárias	(11)	(5)	-	(2)	-	(18)	-	(33)	(51)	-	(49) d)	(100)
Outras receitas (despesas), líquidas	(620)	(723)	137	63	13	(1.130)	-	980	(150)	(13)	120 e)	(43)
Resultado de participações em investimentos	5	50	-	-	10	65	-	(12)	53	(57)	-	(4)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.031) f)	(2.031)
EBITDA Ajustado	1.951	1.089	372	987	109	4.508	-	755	5.263	(156)	-	-
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos											(3.177)	1.930

(*) Informações consolidadas do Grupo COMERC, na proporção da participação da Vibra Energia (48,7%), da Evoluta Etanol (49,99%) e da ZEG Biogás e Energia (50%), a partir das respectivas datas de aquisição, somente para apresentação dos segmentos na visão da Administração. Do total do EBITDA Ajustado do segmento "Renováveis", R\$ 113 corresponde ao Grupo COMERC, (R\$ 3) à Evoluta Etanol e (R\$ 1) à ZEG Biogás e Energia. Importante ressaltar que no EBITDA Ajustado referente ao Grupo COMERC, considera-se somente o EBITDA Ajustado das sociedades controladas pela COMERC (visão consolidada), portanto não inclui o EBITDA das participações não consolidadas.

(**) Desconsolidação do segmento renováveis e retorno da apresentação do resultado de participações em investimentos da Comerc, Evoluta e ZEG Biogás para a respectiva linha, como reconciliação da apresentação do segmento consolidado para os números divulgados nas demonstrações contábeis.

• Operações de hedge de commodities: variação negativa de R\$ 579 decorrente da perda apurada na proteção da variação no preço praticado pela Petrobras em comparação ao preço pago na importação de derivados (R\$ 524) e da perda na variação da proteção do estoque da Vibra contra a variação do preço dos produtos no mercado nacional (R\$ 55).

• Perdas e provisões com processos judiciais - variação positiva de R\$ 745 em função, principalmente, do acordo de renegociação de dívidas (ARD) celebrado em 2021 entre VIBRA, CEA e o Estado do Amapá onde a Vibra cede parte dos direitos creditórios ao Estado em montante equivalente à remissão da totalidade do crédito tributário decorrente do não recolhimento dos valores de ICMS, objeto de execução fiscal (R\$ 716 milhões). Em 2022, destacam-se os pagamentos de acordos firmados em processos cíveis movidos por Carrefour (R\$ 70) e Vale Investe (R\$ 33).

• Plano de pensão e saúde - inativos - aumento de R\$ 209 milhões decorrente, principalmente, do impacto positivo no resultado de 2021, resultante da aplicação das novas regras de coparticipação e uma nova tabela de contribuição para manutenção do equilíbrio atuarial do plano de saúde, associado ao impacto do compromisso assumido pela Vibra junto à Petros relacionado à migração dos participantes do PPSP e PP2 para o Flexprev.

• Provisão crédito de descarbonização: aumento de R\$ 810, em função da maior necessidade de aquisição de CBIOS no período, consequência das metas definidas pela ANP para a Companhia em 2022, associado ao maior valor de comercialização desses certificados no mercado.

• Recuperação com crédito fiscal presumido - ICMS: variação positiva de R\$ 150 devido, principalmente, ao benefício concedido pela União (Emenda Constitucional 123/22), através de repasse aos Estados, da outorga de créditos tributários de ICMS a produtores e distribuidores de etanol hidratado, com destaque para os benefícios recebidos dos Estados de São Paulo (R\$ 92) e Ceará (R\$ 12), associado a maiores créditos presumidos concedidos pelos Estados, através de crédito no Livro Fiscal, com destaque para os Estados do Mato Grosso do Sul (R\$ 17), Amazonas (R\$ 16) e Amapá (R\$ 9).

• Resultado com alienação/baixa de ativos: variação positiva de R\$ 396 em relação a 2021 em função, principalmente, da venda de imóveis.

• Resultado com alienação/baixa - participações societárias: variação positiva de R\$ 513 em função, principalmente, do ganho proveniente do processo de constituição da Vem Conveniência - joint venture com as Lojas Americanas (R\$ 447) e da transferência da participação na Vibra Comercializadora de Energia à Comerc Participações S.A. (R\$ 58) como pagamento parcial para aquisição de ações da Comerc, parcialmente compensado pelo resultado da alienação, em 2021, da totalidade da participação acionária nas empresas Pecém Energia e Energética Camaçari Muricy II à CH4 Energia Ltda (R\$ 46) e perda na venda da Brasil Carbonos (R\$ 55).

26 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas				
Empréstimos e financiamentos	(1.066)	(327)	(1.060)	(327)
Arrendamentos	(76)	(73)	(125)	(109)
Comissões bancárias	(12)	(16)	(12)	(16)
Impostos	(4)	(62)	(4)	(62)
Encargos em financiamentos de fornecimento de produtos	(72)	(9)	(72)	(9)
Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	(34)	-	(34)	-
Outras	(63)	(43)	(62)	(44)
	(1.327)	(530)	(1.369)	(567)
Receitas				
Juros por atraso de clientes	117	82	117	82
Financiamentos a clientes	94	70	94	70
Depósitos judiciais	55	119	55	119
Aplicações financeiras	267	98	258	94
Recuperação de créditos - valor justo	76	1.300	76	1.300
Títulos e valores mobiliários	53	18	53	18
Baixa de créditos a receber	-	(57)	-	(57)
Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	28	-	28	-
Outras	7	13	7	14
	697	1.643	688	1.640

Variações monetárias

Ativa				
Depósitos	-	(80)	-	(81)
Impostos	33	57	33	57
Outras	17	10	17	11
	50	(13)	50	(13)

Passiva				
Arrendamentos	(2)	(2)	(42)	(80)
Atualização de dividendos a pagar	-	(22)	-	(22)
Empréstimos e financiamentos	(127)	(156)	(67)	(61)
Impostos	(1)	(45)	(1)	(45)
Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	(107)	3	(107)	3
Obrigações por aquisições de participações societárias	(30)	-	(30)	-
Outras	(12)	(25)	(13)	(27)
	(279)	(247)	(260)	(232)

Variações cambiais

Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	(1.443)	101	(1.443)	101
Clientes	(6)	5	(6)	5
Fornecedores	(31)	(129)	(31)	(129)
Empréstimos e financiamentos	361	(305)	361	(305)
Aplicações financeiras	(19)	15	(19)	15
Corretoras	(40)	30	(40)	30
Outros	6	(2)	6	(2)
	(1.172)	(285)	(1.172)	(285)

Variações cambiais e monetárias, líquidas

Resultado financeiro

Os encargos dos financiamentos (juros, variação monetária e variação cambial) totalizaram R\$ 839 (nota 17.1) no período (R\$ 804 em 2021), sendo R\$ 832 (R\$ 788 em 2021) reconhecidos no resultado e R\$ 7 (R\$ 16 em 2021) como juros capitalizados.

27 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva.

Essas informações são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os itens não alocados nos segmentos ficam agrupados no Corporativo e dizem respeito, principalmente, aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o overhead relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

Considerando os novos desafios da Vibra, em um contexto constante de ampliação e revisão do seu portfólio de negócios, bem como a sinergia com a estrutura comercial atual, a Diretoria Executiva passou a acompanhar internamente os resultados de seus negócios a partir do 3º trimestre de 2022 incluindo o segmento de Lubrificantes. Com isto, e para fins de comparabilidade, fez-se necessário a segregação dessas informações por segmentos para o exercício de 2021.

Nesta modificação, a Diretoria Executiva também passará a acompanhar internamente e reportar o desempenho do segmento Renováveis, este sem informações retroativas pelo fato de os negócios nele incluídos terem sido adquiridos pela Companhia em 2022.

Rede de Postos

Comercializa combustíveis derivados de petróleo, gás natural veicular, biocombustíveis e produtos de conveniência da Companhia, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável.

B2B

Comercializa combustíveis, derivados de petróleo e presta serviços associados em todos os segmentos de atuação no mercado de grandes consumidores da Companhia.

Mercado de Aviação

Comercializa produtos e serviços de aviação nas instalações em aeroportos do país para companhias aéreas que operam o transporte para o exterior e mercado interno.

Lubrificantes

Comercializa diversos produtos do gênero para os segmentos automotivos, industriais, marítimos, ferroviários, entre outros.

Renováveis

Composto por empresas que possuem em seu portfólio, fontes de energia renováveis, tais como: energia solar, eólica, da biomassa e etanol, que provocam menos impactos negativos ao meio ambiente e que são uma alternativa ao modelo energético com uso predominante de combustíveis fósseis.

Os ativos da Companhia, notadamente as bases, terminais e outros ativos fixos, não são apresentados por segmento à Diretoria Executiva, uma vez que são utilizados, sem segmentação, por todas as unidades de negócio. Da mesma forma, os passivos não são apresentados por segmento, uma vez que são gerenciados pela tesouraria central.

continua >>>



Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - dezembro de 2021

	Rede de Postos	B2B	Lubrificantes	Mercado de Aviação	Total dos segmentos	Corporativo	Total	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis		Total Consolidado
Receita de Vendas	78.771	39.816	2.656	9.683	130.926	-	130.926	(805)	(a)	130.121
Custo dos produtos vendidos	(74.965)	(37.188)	(2.298)	(8.810)	(123.261)	-	(123.261)	(9)	(b)	(123.270)
Lucro (prejuízo) bruto	3.806	2.628	358	873	7.665	-	7.665	(814)		6.851
Despesas										
Vendas, gerais e administrativas	(1.072)	(997)	(109)	(349)	(2.527)	(281)	(2.808)	(489)	(c)	(3.297)
Tributárias	(13)	(6)	-	(2)	(21)	(1)	(22)	(323)	(d)	(345)
Outras receitas (despesas), líquidas	(238)	(223)	40	2	(419)	455	36	(751)	(e)	(715)
Resultado de participações em investimentos	-	117	-	-	117	(5)	112	-	-	112
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	-	568	(f)	568
EBITDA Ajustado	2.483	1.519	289	524	4.815	168	4.983			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos								(1.809)		3.174

Reconciliação com as demonstrações contábeis

(a) Receita de Vendas	2022	2021
<u>Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes</u>		

As receitas de vendas são ajustadas pelas bonificações antecipadas concedidas aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes. Correspondem à parcela disponibilizada, principalmente, em espécie e realizada sob condições pré-estabelecidas com tais partes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas como despesa pela Companhia. Trata-se de um regime de metas que, uma vez atingidas, isenta os clientes, revendedores dos postos de serviço, da devolução à Companhia desses valores antecipados a título de bonificação. São reconhecidas no resultado proporcionalmente aos seus prazos de vigência.

(651) (805)

(b) Custo dos produtos vendidos

Depreciação e amortização	(12)	(13)
Remensuração Atuarial/Dívida Assumida - Migração Flexprev (b)	(2)	4

(c) Vendas, gerais e administrativas

Depreciação e amortização	(541)	(546)
---------------------------	-------	-------

Perdas de crédito esperadas

Os valores ajustados referem-se às provisões relativas aos recebíveis devidos à Companhia pelas empresas térmicas do sistema isolado e interligado de energia, segmento atendido substancialmente pela Companhia.

8 -

Remensuração Atuarial/Dívida Assumida - Migração Flexprev (c)

(19) 57

(d) Tributárias

Os ajustes de impostos referem-se a anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras.

Anistias fiscais: trata-se das provisões referente a adesão aos programas de anistia instituídos por Leis Estaduais.

(13) (288)

Encargos tributários: os ajustes são referentes aos gastos com IOF, PIS e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras da Companhia e que estão classificados em despesas tributárias.

(36) (35)

(e) Outras receitas (despesas), líquidas

Perdas e provisões com processos judiciais

Os valores ajustados se referem às perdas incorridas em processos transitados em julgado, bem como as provisões efetuadas com base nos pareceres obtidos junto aos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos judiciais ou pela própria área jurídica da Companhia.

(181) (926)

Operações de hedge de commodities - importações em andamento

(89) 56

Abono por repactuação salarial - Plano de Transformação Organizacional

- 8

Resultado com alienação - Pecém e Muricy

- 46

Resultado com alienação - Brasil Carbonos

- (54)

Resultado do processo de constituição da Vem Conveniência - JV com a Lojas Americanas

447 -

Resultado do aporte da Vibra Comercializadora de Energia na Comerc Participações S.A

58 -

Remensuração Atuarial/Dívida Assumida - Migração Flexprev (e)

(115) 119

(f) Resultado Financeiro, líquido

Perdas e provisões com processos judiciais

(158) -

Segmentos Renováveis

Marcação a Mercado

94 -

Depreciação e Amortização

(46) -

Outras despesas não recorrentes

(9) -

Encargos tributários sobre receitas financeiras

(1) -

Resultado financeiro líquido

(159) -

Imposto de renda e contribuição social

(37) -

Total **(3.335)** **(1.809)**

EBITDA Ajustado

5.263

Imposto de renda e contribuição social

(393)

Lucro líquido consolidado com segmento renováveis

1.535

Atribuível aos acionistas controladores

1.537

Atribuível aos acionistas não controladores (*)

(2)

(*) Refere-se aos acionistas não controladores do consolidado do Grupo Comerc Participações.

27.1 Desagregação da Receita

Consolidado 2022								
	Rede de Postos	B2B	Lubrifi- cantes	Mercado de Aviação	Renováveis (*)	Total	Descon- solidação Segmento Renováveis	Total (**)
Produtos e serviços								
No país								
Norte	9.104	7.393	262	1.524	-	18.283	-	18.283
Nordeste	26.365	8.713	527	3.939	-	39.544	-	39.544
Centro Oeste	12.828	5.685	290	2.251	-	21.054	-	21.054
Sudeste	40.169	22.642	1.232	9.771	-	73.814	-	73.814
Sul	17.046	7.582	422	1.566	-	26.616	-	26.616
No exterior	-	25	232	2.529	-	2.786	-	2.786
Energia	-	-	-	-	3.273	3.273	(3.273)	-
Total	105.512	52.040	2.965	21.580	3.273	185.370	(3.273)	182.097

(*) Informações consolidadas do Grupo COMERC, na proporção da participação da Vibra Energia (48,7%), da Evoluta Etanol (49,99%) e da ZEG Biogás e Energia (50%), a partir das respectivas datas de aquisição, somente para apresentação dos segmentos na visão da Administração.

(**) O valor total de R\$ 182.097 refere-se ao total da receita consolidada apresentada nas demonstrações contábeis de R\$ 181.446, menos o ajuste de EBITDA de amortização de financiamentos condicionais de R\$ 651, apresentado na nota de reconciliação.

Consolidado 2021					
	Rede de Postos	B2B	Lubrificantes	Mercado de Aviação	Total
Produtos e Serviços					
No país					
Norte	6.886	4.845	240	897	12.868
Nordeste	19.771	10.448	486	1.877	32.582
Centro Oeste	8.918	3.661	281	1.027	13.887
Sudeste	30.599	16.061	1.072	4.362	52.094
Sul	12.597	4.799	390	536	18.322
No exterior	-	2	187	984	1.173
Total	78.771	39.816	2.656	9.683	130.926

28 PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

28.1 Processos judiciais e administrativos provisionados

As principais ações provisionadas se referem aos seguintes eventos:

Processos Fiscais

(i) não homologação de compensações de tributos federais (exceto IPI) (R\$ 50 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 45 em 31 de dezembro de 2021).

Processos Cíveis

(i) demanda em que a Companhia foi condenada a indenizar a autora (Valpar) pelo descumprimento de Contratos de Fornecimento, Transporte e de Mútuo, estando em fase de liquidação de sentença, após já ter havido pagamento da parte líquida da condenação (R\$ 147 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 127 em 31 de dezembro de 2021);

(ii) demanda que visa a indenização pela violação da cláusula de proporcionalidade entre os volumes de produtos adquiridos pelas autoras e o volume de cargas a serem transportados pela Ouro Verde, com a qual a Companhia firmou contratos vinculados de transporte e fornecimento de combustíveis. A Companhia foi condenada a ressarcimento de fretes e pagamento de perdas e danos às Autoras. Iniciado cumprimento de sentença, as Autoras apresentaram petição com a quantia que entende devida: R\$ 1.041 como faturamento bruto, relativos a fretes não transportados para a Companhia e R\$ 83 a título de lucros cessantes, já tendo havido laudo pericial homologado pelo juízo (R\$ 68 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 87 Em 31 de dezembro de 2021);

(iii) demanda em que se discute rescisão de contrato de prestação de serviço de operação de armazenagem de combustíveis e abastecimento de aeronaves. Ajuizada a ação pela Companhia, em reconvenção, J.L Comércio obteve condenação em que se determinou pagamento de valores a título de frete e de diferenças da taxa de tanqueio pela Companhia, nada obstante haver reconhecimento de crédito em razão do não pagamento, pela prestadora de serviços, de faturas de fornecimento de combustível (R\$ 58 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 51 em 31 de dezembro de 2021).

Processos Trabalhistas

(i) Complementação/Suplementação de aposentadoria - processos trabalhistas envolvendo a Companhia e a Petros movidos por ex-empregados pleiteando diferenças nos valores recebidos em sua complementação de aposentadoria (R\$ 60 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 60 em 31 de dezembro de 2021);

(ii) RMNR/Periculosidade - pedido de pagamento do complemento da RMNR sem dedução do adicional de periculosidade do valor da RMNR, em que há decisão condenatória transitada em julgado contra a Companhia (R\$ 51 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 54 em 31 de dezembro de 2021); e

(iii) Serviços - Ações judiciais nas quais os ex-empregados das empresas contratadas da Companhia pleiteiam a condenação subsidiária da Companhia ao pagamento de seus créditos trabalhistas (R\$ 44 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 51 em 31 de dezembro de 2021).

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado					Controladora				
	2022	2021	2022	2021	2021	2022	2021	2022	2021	
Saldo inicial	105	361	497	25	988	221	362	294	22	899
Adição, líquida de reversão	22	(13)	121	(2)	128	633	(3)	162	3	795
Utilização (*)	(7)	(32)	(211)	-	(250)	(754)	(20)	(63)	-	(837)
Atualização	7	21	24	1	53	5	22	104	-	131
Saldo final	127	337	431	24	919	105	361	497	25	988

	Consolidado					Controladora				
	2022	2021	2022	2021	2021	2022	2021	2022	2021	
Saldo inicial	105	361	497	25	988	221	362	294	22	899
Adição, líquida de reversão	22	(13)	121	(2)	128	633	(3)	162	3	795
Utilização (*)	(7)	(32)	(211)	-	(250)	(754)	(20)	(63)	-	(837)
Atualização	7	21	24	1	53	5	22	104	-	131
Saldo final	127	337	431	24	919	105	361	497	25	988

(*) O valor da baixa de depósitos judiciais é R\$ 32 em 31 de dezembro de 2022 (Consolidado e Controladora), conforme nota 28.2 (R\$ 16 em 31 de dezembro de 2021 (Consolidado e Controladora)). Em 2022, houve baixa de R\$ 139 em função dos pagamentos das condenações devido a Acordo firmado dos processos cíveis movidos por Carrefour (R\$ 70), Único Combustíveis (R\$ 36) e Vale Investe (R\$ 33). Em 2021, houve baixa de R\$ 716 em função de acordo de renegociação de dívidas celebrado entre VIBRA, CEA e o Estado do Amapá onde a Vibra cede parte dos direitos creditórios ao Estado em montante equivalente à remissão da totalidade do crédito tributário decorrente do não recolhimento dos valores de ICMS, objeto de execução fiscal.

A Companhia possui ativos dados em garantia em processos judiciais, bem como garantias bancárias e seguro garantia.

28.1.1 Processos judiciais provisionados e depósitos judiciais relacionados

	Consolidado			Controladora		
	2022	2021	2021	2022	2021	2021
Processos judiciais	337	112	225	361	125	236
Depósitos judiciais	127	59	68	105	57	48
Processos líquidos dos depósitos judiciais	431	38	393	497	63	434
Causas trabalhistas	24	2	22	25	1	24
Total	919	211	708	988	246	742

28.2 Depósitos judiciais

	Consolidado					Controladora	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	864	194	105	1	1.164	1.163	1.163
Adição, líquida de reversão	4	1	9	-	14	14	14
Utilização (a)	(11)	(4)	(1)	-	(16)	(16)	(16)
Atualização monetária / juros (b)	(48)	8	2	-	(38)	(38)	(38)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	809	199	115	1	1.124	1.123	1.123
Adição, líquida de reversão	42	4	21	1	68	68	68
Utilização (a)	(6)	(8)	(18)	-	(32)	(32)	(32)
Atualização monetária / juros (b)	27	11	(2)	-	36	36	36
Saldo em 31 de dezembro de 2022	872	206	116	2	1.196	1.195	1.195

(a) Por pagamento de processos judiciais.

(b) Inclui ajustes das estimativas de atualização e juros de depósitos levantados.

A Companhia mantém R\$ 211 (R\$ 246 em 31 de dezembro de 2021) de depósitos judiciais vinculados a processos judiciais provisionados (nota 28.1.1); R\$ 683 (R\$ 606 em 31 de dezembro de 2021) associados a contingências possíveis; R\$ 213 (R\$ 177 em 31 de dezembro de 2021) associados a contingências remotas; R\$ 68 (R\$ 75 em 31 de dezembro de 2021) referem-se a depósitos relacionados a processos nos quais a Companhia e suas investidas são autoras e R\$ 21 (R\$ 20 em 31 de dezembro de 2021) referem-se a outros.



continuação >>>

Descrição dos processos de natureza fiscal	31.12.2022	31.12.2021
Autores: Estados do AC, AM, CE, ES, GO, MA, MT, MS, PA e RJ		
14) Processos em que a Companhia é exigida por supostas omissões na prestação de informações via SCANC, as quais supostamente resultaram em ausência ou insuficiência de repasse de ICMS em favor da unidade federativa autuante. (b)	39	64
Autores: Estado do PA e União		
15) Caso em que a Companhia foi autuada em razão de recolhimento extemporâneo de tributo sem atualizar os valores na forma exigida pela Fiscalização.	82	78
Autor: União		
16) Cobranças de multas isoladas da Receita Federal em razão da não homologação de compensações tributárias efetuadas pela Companhia.	84	77
Autores: Estados do PR e SP		
17) Guerra fiscal entre Unidades da Federação relativa a benefícios fiscais de ICMS na origem e possibilidade de creditamento em operações interestaduais.	82	76
Autor: União		
18) Processos em que a Companhia é autuada quanto ao não recolhimento de contribuição previdenciária patronal sobre verbas pagas como honorários a administradores, considerando-se suposta relação empregatícia desses com a Companhia. (a)	89	69
Autor: Estados do AM, BA, CE, MS, PA, PI, RJ, RS e SP		
19) Processos em que o Fisco acusa a Companhia de ter tomado/utilizado crédito de ICMS em operações que não gerariam tal direito ao creditamento, como casos de aplicação indevida do princípio da não-cumulatividade.	30	46
Autores: União		
20) Processos em que a Companhia discute a incidência de contribuição previdenciária sobre a remuneração de autônomos que prestaram serviços de saúde a colaboradores da Companhia.	77	65
Autor: Estado do RJ		
21) Processos em que a Companhia foi autuada por utilização de NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) de produto com a qual o Estado não concorda, e cobra ICMS-ST que a Companhia entende indevido.	70	62
Autores: Estados do AC, ES, GO, MT, PA, PB, PE, PI, RJ, RO e TO		
22) Processos em que há cobrança de ICMS não categorizada nos demais perfis existentes.	113	70
Autores: Estados de MT, PE e SC		
23) Processos em que a Companhia é exigida por recolhimento de ICMS-ST em operações com coque verde de petróleo. A Cia. alega ausência de norma determinando a ST.	41	38
Autores: Estados de GO, MT e SP		
24) Processos em que o estado cobra da Companhia ICMS retido e não recolhido por alienante de etanol hidratado (usina de etanol).	42	56
Autor: União		
25) Processos em que a Cia é cobrada por dedução supostamente indevida de pagamento de juros sobre capital próprio na base de cálculo de IRPJ e CSLL.	48	-
Processos diversos de natureza fiscal (a)	287	208
Total	8.038	7.183

Ocorreram reclassificações entre os perfis, conforme segue abaixo:

- (a) reclassificação de R\$ 41 do perfil "9 - INSS - PLR/Bônus" para os perfis "18 - INSS - Pagamento AAdministradores" (R\$ 14) e "Processos diversos de natureza fiscal" (R\$ 27);
- (b) reclassificação de R\$ 19 do perfil "14 - ICMS - Omissões Scanc" para o perfil "3 - ICMS - Divergência de Estoque".

b) Processos de natureza cível

Descrição dos processos de natureza cível	31.12.2022	31.12.2021
Autor: Associação de Mantenedores Beneficiários da Petros - AMBEP		
1) Ação Civil Pública através da qual pretende que o custo de "equacionamento de déficit do Plano Petros 1", seja imputado tão somente às patrocinadoras, administradores do plano de previdência complementar, bem como a fundos de investimento, e não aos participantes do plano, uma vez que o déficit teria sido causado por má gestão. Situação atual: Apresentadas as contestações pelos réus, será iniciada a fase probatória.	1.983	1.701
Autor: WTorre Engenharia E Construção S.A.		
2) Procedimento arbitral instaurado pelas requerentes em virtude de imbróglia decorrente de suposta fraude à inexigibilidade de licitação para contratação de locação atípica (BTS) para operação do Terminal de Rondópolis. Situação atual: Decisão suspendendo a arbitragem enquanto estiver eficaz a liminar favorável à Companhia deferida na Ação Civil Pública movida em face da W. Torre.	1.430	1.294
Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica		
3) Inquérito convertido em Processo Administrativo, em decisão publicada em 02/07/2020. As infrações apuradas no referido processo, decorrentes da operação DUBAI, são: acordo de preços do etanol e divisão de clientes no Distrito Federal/DF, bem como a adoção de uma política de discriminação de adquirentes em âmbito nacional, com efeito no mercado do Distrito Federal/DF. Eventual multa é calculada com alíquotas entre 0,01% e 20%, tendo sido utilizada a alíquota máxima (20%). Para fins de base de cálculo, restringiu-se ao faturamento bruto anual (ano anterior a instauração do PA - 2019) da Companhia no mercado relevante geográfico definido pelo CADE nos autos do processo - DF. Situação atual: A SG/CADE emitiu Nota Técnica convertendo o Inquérito Administrativo em Processo Administrativo. A defesa da Companhia foi apresentada em 07/05/2021. Agendada oitiva de testemunhas e depoimentos pessoais, com cronograma iniciando em agosto de 2022.	394	355
Autor: Forte Comércio, Importação, Exportação e Administração		
4) Ação cível perante a justiça do Estado de São Paulo, com pedido de rescisão de contratos e indenização por perdas e danos, sob alegação de a Companhia ter descumprido obrigação que teria assumido para o surgimento do Grupo Forte. Situação atual: A União opôs embargos de divergência contra o acórdão que rejeitou os seus embargos de declaração (RESP nº 1.265.625). Em março de 2022, a Corte Especial do STJ deu provimento aos embargos de divergência da União para remeter o processo para novo julgamento pela Justiça Federal, o que foi objeto de embargos de declaração da Rede Forte. Em seguida, Rede Forte apresentou questão de ordem, questionando o interesse da União no processo. A questão foi afastada, tendo sido determinada a volta do processo para julgamento da Justiça Federal, o que foi objeto de recurso pela Rede Forte. O valor em discussão atualizado é R\$ 1,6 bilhão, conforme proposta de acordo apresentada pela Rede Forte em 2017. No fim de 2017, a Rede Forte enviou carta ao mercado estimando a condenação em R\$ 8 bilhões - nada obstante ter se manifestado em juízo a respeito de sua iliquidez. Em julho de 2018, enviou nova carta ao mercado estimando a condenação em R\$ 10,6 bilhões, tendo iniciado execução provisória de sentença neste montante. O pleito foi indeferido pelo juízo e a decisão mantida pelo TJSP após interposição de agravo de instrumento pela autora, dentre outros motivos, pela necessidade de novo julgamento pelo TJSP, que poderá alterar a condenação, bem como as suas premissas. Em abril de 2021, empreendeu pedidos para determinar que fossem acatados R\$ 304 milhões dos dividendos que seriam distribuídos aos acionistas e que a Companhia fosse proibida de alienar bens e direitos, de modo a garantir o pagamento de condenação estimada em valor superior a R\$ 16 bilhões. Houve desistência do pleito de acatamento de dividendos e o segundo pedido foi indeferido pelo juízo, que repisou a incerteza e iliquidez do título judicial - decisão que foi mantida pelo TJSP, em agosto de 2021, após recurso da Forte. No entendimento da Administração da Companhia alinhado aos dos advogados que patrocinam a causa, o valor da contingência está indicado neste documento. Tal diferença decorre da necessidade de se promover uma liquidação da sentença, fazendo com que o risco atual não possa ser definido com precisão.	361	325
Autor: Francisco Messias Cameli		
5) Ação cível perante a justiça do Estado do Amazonas para cobrança de aluguel, em razão de sobrestadia de embarcações na Base de Distribuição de Cruzeiro do Sul. Situação atual: Em 23/06/2020 foi publicado o acórdão do julgamento em 2ª instância negando provimento ao recurso da Companhia, por maioria de votos, vencido o Desembargador Relator que dava provimento ao apelo recursal. Em 29/06/2020 a Companhia interpôs recurso de Embargos de Declaração, que foram rejeitados. Interposto pela Companhia o Recurso Especial, este foi admitido na origem e se encontra concluso ao relator no STJ.	232	221
Autor: Dislub Distribuidora De Lubrificantes Ltda.		
6) Autor moveu ação em face da Companhia objetivando a rescisão do contrato de distribuição, o pagamento de indenização a título de perdas e danos sobre uma série de alegados prejuízos e o pagamento de multa contratual. A Companhia foi condenada a reparar apenas o dano material, na forma de lucros cessantes. Porém, o cálculo do perito foi realizado com base nas vendas mensais dos produtos pela Dislub sem a dedução dos seus custos operacionais e tributários. Tal metodologia de cálculo elevou o crédito da Dislub para cerca de R\$ 95 milhões em valores atuais. Situação atual: A Companhia foi condenada em indenizar lucros cessantes, calculados por perícia homologada pelo juízo e confirmada pelo Tribunal pelo faturamento bruto, sem desconto dos custos operacionais. Em razão disso, a Companhia recorreu ao STJ e anulou o acórdão para determinar que Tribunal se manifestasse sobre a necessidade de desconto dos lucros cessantes - em linha com a jurisprudência da corte. Por essa razão, mantivemos o valor do risco financeiro, contudo, imputamos como provável o risco jurídico de pagar o valor encontrado pelo assistente técnico da Companhia aplicando as premissas da decisão e jurisprudência do STJ, reclassificando como possível a diferença entre o valor atualizado pleiteado por DISLUB e o valor provisionado. No retorno do processo ao TJ, foram acolhidos os Embargos de Declaração para reconhecer as omissões apontadas pela Companhia, contudo, sem efeitos modificativos, mantendo, assim, a condenação. A Companhia interpôs novo Recurso Especial, inadmitido pelo TJPR em 01.06.2021 - decisão em face da qual a Companhia interpôs agravo, distribuído, no STJ, para a relatoria do Ministro Sérgio Kukina, que a remeteu, por fins de competência para distribuição pelas turmas de direito privado, se encontrando ainda pendente de julgamento sob a relatoria da Min. Nancy Andrighy.	140	121

Descrição dos processos de natureza cível	31.12.2022	31.12.2021
Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica		
7) Trata-se de investigação administrativa de suposta prática anticoncorrencial de abuso de posição dominante, com pedido de adoção de medida preventiva, deflagrada por GRAN PETRO contra as empresas que compõem o pool de aviação no aeroporto de Guarulhos-SP. Situação atual: O julgamento foi iniciado em 23/03/2022, tendo o relator Luiz Augusto Hoffmann votado favoravelmente à tese das empresas do pool, determinando o arquivamento do caso. Após o voto do relator, o Conselheiro Luis Braidó pediu vista dos autos. O Conselheiro Braidó trouxe o processo para julgamento no dia 05/10/2022, apresentando voto pela condenação das empresas e impondo à Vibra o pagamento de multa no valor de R\$ 62 milhões. Em 09/11/2022 foi retomado o julgamento e, após a prolação dos votos pelos demais conselheiros, por 4 votos a 2 as empresas do pool foram condenadas, prevalecendo o decidido pelo Conselheiro Braidó. Publicado o acórdão e certificado o trânsito em julgado em janeiro de 2023."	62	87
Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica		
8) Cuida-se de ação anulatória buscando ver desconstituída decisão administrativa do CADE oriunda de procedimento de investigação a respeito de supostos cartéis na revenda e distribuição de combustíveis em Belo Horizonte e adjacências. Situação atual: O Juízo da 4ª VF, para o qual a nossa anulatória foi remetida, suscitou conflito de competência perante o Eg. TRF-1 por não reconhecer a prevenção alegada pelo CADE e acolhia pela 20ª VF. O conflito de competência foi autuado sob o nº 1038926-33.2021.4.01.0000. A ação anulatória foi suspensa em razão do conflito.	82	77
Autor: Carrefour Comércio E Indústria Ltda		
9) Ação monitoria objetivando a cobrança de valores que foram glosados pela Companhia. Situação atual: As partes transacionaram e pactuaram acordo, já homologado e cumprido.	-	79
Autor: Auto Viação Ouro Verde Ltda		
10) Demanda que visa a indenização pela violação da cláusula de proporcionalidade entre os volumes de produtos adquiridos pelas autoras e o volume de cargas a serem transportados pela Ouro Verde, com a qual a Companhia firmou contratos vinculados de transporte e fornecimento de combustíveis. Situação atual: A Companhia foi condenada a ressarcimento de fretes e pagamento de perdas e danos às Autoras. Iniciado cumprimento de sentença, as Autoras apresentaram petição com a quantia que entendem devida: R\$ 1.041 como faturamento bruto, relativos a fretes não transportados para a Companhia e R\$ 83 a título de lucros cessantes, já tendo havido laudo pericial homologado pelo juízo. O valor em contingência aqui indicado representa a diferença entre o valor provisionado pela companhia e o total atualizado buscado pela parte autora em sua petição de cumprimento de sentença.	84	-
Autor: DISCOM Distribuidora de Combustíveis e Comércio Ltda		
11) A DISCOM alega que a Companhia, desde outubro de 1997, firmou um contrato de promessa de compra e venda mercantil, consoante no mesmo a obrigação da Companhia em fornecer produtos. Alega que a Companhia teria deixado de cumprir o contrato imotivadamente, suspendendo a entrega de produtos a partir de 25 de maio de 2000, tendo assim violado o contrato firmado gerando prejuízos para a DISCOM. Requer indenização por perdas e danos. Situação atual: Em julgamento ocorrido em 19 de maio de 2021, o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco manteve a sentença, exceto para estabelecer a SELIC como critério de atualização da condenação. Após os embargos de declaração da Companhia terem sido negados pelo TJPE, a Companhia interpôs Recurso Especial.	69	62
Autor: Posto Pau de Vela Bahia Ltda		
12) Autor pede o pagamento de indenização por danos causados ao posto em função de práticas (preços e prazos) que inviabilizariam a obtenção de lucro pelo autor além, dos gastos em investimentos e danos morais. Pautada na tese da responsabilidade objetiva, busca ter por ressarcidos os prejuízos ocasionados pelo descumprimento dos contratos firmados com a Companhia, especialmente no que tange aos lucros, de forma a remunerar seus custos operacionais proporcionando, assim a rentabilidade pactuada. Situação atual: Foi juntado laudo pericial nos autos indicando que algumas condições comerciais impostas pela Companhia teriam sido um dos fatores que colaboraram para os prejuízos sofridos pela parte autora. Entretanto, não foi feita liquidação, de modo que não se pode afirmar ainda a exata extensão desses alegados danos. O laudo elaborado por assistente técnico da Companhia rebate as conclusões do perito nomeado pelo juízo. O processo se encontra pendente de julgamento.	68	61
Autor: Compasa - Companhia De Petróleo Y Asfalto Sociedad Anónima		
13) Trata-se de demanda indenizatória ajuizada pela COMPASA em face da Petrobras e Vibra, fundamentada em quebra de contrato de distribuição de produtos asfálticos firmado com a Vibra com cláusula de exclusividade. Na argumentação da autora, Petrobras e Vibra formariam o mesmo grupo econômico, sendo, portanto, solidárias no dever de exclusividade. Assim, tendo em vista que Petrobras vendeu asfaltos no Paraguai sem respeitar a exclusividade, tendo mantido as vendas mesmo depois de condenação por fundamento análogo em 2015, lhe seria devida indenização relativa ao prazo posterior a esta condenação. Situação atual: O processo se encontra em fase de produção de provas, tendo sido produzido laudo pericial, impugnado pelas rés. A contingência indicada diz respeito à metade do valor estimado para eventual condenação, nada obstante caber discussão a respeito da divisão de responsabilidade, na hipótese de eventual condenação.	137	28
Processos diversos de natureza cível	559	517
Total	5.601	4.928
c) Processos de natureza trabalhista		
Descrição dos processos de natureza trabalhistas	31.12.2022	31.12.2021
Autores: Diversos		
1) Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da Companhia pleiteiam o pagamento do Complemento da RMNR sem a dedução do adicional de periculosidade.	276	316
Autores: Diversos		
2) Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da Companhia pleiteiam o pagamento do adicional de periculosidade sob o fundamento de que executam seu trabalho em condições de periculosidade, estando expostos a condições perigosas, na forma prevista na Norma Regulamentadora nº 16 do Ministério do Trabalho e Previdência.	63	73
Autores: Diversos		
3) Processos trabalhistas movidos por ex-empregados/empregados de empresas transportadoras de produtos contratadas pela Companhia.	62	64
Autores: Diversos		
4) Ações judiciais nas quais os ex-empregados de empresas contratadas da Companhia pleiteiam a condenação subsidiária da Companhia ao pagamento de obrigações trabalhistas supostamente não adimplidas.	71	56
Processos diversos de natureza trabalhista	168	153
Total	640	662
d) Processos de natureza ambiental		
Descrição dos processos de natureza ambiental	31.12.2022	31.12.2021
Autor: Ministério Público do Estado de Goiás		
1) Ação Civil Pública por meio da qual o MP-GO pede a condenação da Companhia, da Transportadora ITA e do Município de Goiânia em danos ambientais decorrentes de derramamento de 12.000 litros de produto asfáltico em rios do Estado de Goiás, em razão de acidente ocorrido no momento da descarga do caminhão-tanque na Secretaria de Obras de Goiânia, cliente da Companhia. Situação atual: Processo em fase de produção de provas.	127	119
Processos diversos de natureza ambiental	52	34
Total	179	153

⇒ **Política contábil**

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando:

- (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de eventos já ocorridos;
(ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
(iii) o valor puder ser estimado com razoável segurança.

Os passivos contingentes (perdas não prováveis) não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível.

⇒ **Estimativas e julgamentos**

As estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base na avaliação de seu corpo técnico e escritórios contratados.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

29 COMPROMISSOS CONTRATUAIS

a) Contratos "take or pay" de compras

A Companhia possui compromissos de compras de óleo de xisto, para o período de dois anos, que correspondem a um valor total de R\$ 347 com a Paraná Xisto.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui compromissos de compras de derivados de petróleo, para o período de um ano, que correspondem a um valor total estimado de R\$ 186 com a Petrobras (R\$ 101 em 31 de dezembro de 2021) e R\$ 44 com a Refinaria de Petróleo Riograndense (R\$ 48 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia possui compromissos de compras de gás natural veicular para o período de quatro anos, com a Sergipe Gás S/A (SERGAS), ao valor estimado de R\$ 50 (R\$ 19 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia possui compromissos de compras de gás natural veicular para o período de dois anos, com a Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGAS), ao valor estimado de R\$ 43 (R\$ 37 em 31 de dezembro de 2021) e com a Companhia Potiguar de Gás (POTIGAS), ao valor estimado de R\$ 40 (R\$ 22 em 31 de dezembro de 2021).

continua >>>



continuação >>>

b) Contratos "take or pay" de serviços

A Companhia possui compromissos com a Logum Logística S.A. referente a transporte dutoviário de etanol, num valor total restante estimado de R\$ 1.033 (R\$ 900 em 31 de dezembro de 2021), até março de 2029. O contrato envolve o suprimento das bases de São Paulo e Rio de Janeiro e prevê um volume mínimo a ser movimentado (take or pay) por cada trecho.

A Companhia possui compromissos referentes a serviço de armazenagem para o período de quinze anos, com SPE, ao valor estimado de R\$ 194 (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia possui compromissos referentes a serviço de armazenagem para o período de quatro anos, com a Ultracargo (ex Terminal Químico de Aratu), ao valor estimado de R\$ 133 (R\$ 136 em 31 de dezembro de 2021) e para o período de três anos, com Ageo Terminais, ao valor estimado de R\$ 149 (R\$ 188 em 31 de dezembro de 2021) e com CBL Terminais, ao valor estimado de R\$ 104 (R\$ 15 em 31 de dezembro de 2021).

30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Apresentamos os principais instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial:

	Notas	Nível Hierarquia Valor Justo	Consolidado		Controladora	
			31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Custo amortizado						
Caixa e bancos	6		1.072	41	689	41
Aplicações financeiras	6		3.073	3.584	3.071	3.512
Contas a receber	7		7.470	6.056	7.777	6.453
Total ativos ao custo amortizado			11.615	9.681	11.537	10.006
Fornecedores	15		5.134	3.310	5.067	3.337
Financiamento de fornecimento de produtos	16		-	529	-	529
Empréstimos e financiamentos	17		16.557	13.009	15.705	12.299
Total passivos ao custo amortizado			21.691	16.848	20.772	16.165
Valor justo por meio do resultado						
Contas a receber	7	2	35	57	35	57
Títulos e valores mobiliários	9	2	-	2.018	-	2.018
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de commodities		2	-	1	-	1
Instrumentos financeiros derivativos - swaps e NDFs		2	209	675	209	675
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de opções		3	28	-	28	-
Total ativos ao valor justo por meio de resultado			272	2.751	272	2.751
Cretores por aquisição de participações (Earmout Integração)		3	14	-	14	-
Cretores por aquisição de participações (Earmout EBITDA)		3	72	-	72	-
Cretores por aquisição de participações (Earmout capacidade instalada)		2	420	-	420	-
Cretores por aquisição de participações (Earmout projeto em expansão)		3	180	-	180	-
Cretores por aquisição de participações (Earmout)		3	-	21	-	21
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de commodities		2	99	11	99	11
Instrumentos financeiros derivativos - swaps e NDFs		2	697	61	697	61
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de opções		3	31	-	31	-
Total passivos ao valor justo por meio de resultado			1.513	93	1.513	93

O valor justo dos empréstimos e financiamentos está apresentado na nota 17. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Valor Justo Hierarquia Nível 3

Alguns instrumentos financeiros foram avaliados pela Companhia como nível 3 visto que envolvem na sua mensuração inputs considerados significativos e não observáveis.

Opções de compra e venda

No processo de aquisição da Comerc foram outorgadas, entre a Vibra e os acionistas fundadores da Vibra Comercializadora de Energia, opções de compra e venda da participação de 1,44% da Vibra Comercializadora na Comerc, sendo:

Descrição Instrumentos Nível 3	Valor Justo	Avaliação	Inputs não observáveis
Opção de compra dos acionistas fundadores da Vibra Comercializadora de Energia de 0,14% da Comerc	(12)	Valor justo mensurado pelo valuation da Comerc na data-base da operação, vezes a participação adquirida de 0,14%, com probabilidade de 100% de exercício, dado que o preço de exercício contratual é R\$ 1.	Fluxos de caixa descontados de ativos utilizados no valuation da Comerc descontados pela taxa de desconto baseada na metodologia do WACC. A taxa de desconto ficou em 11,6%.
Opção de venda dos acionistas fundadores da Vibra Comercializadora de Energia de 1,44% da Comerc	(19)	Valor justo da opção de venda de 1,44% da Comerc, calculada pela fórmula de Black & Scholes, considerando o exercício ao final da janela de exercício (60 dias após 3 anos da Data de Fechamento)	a) Fluxos de caixa projetados dos ativos utilizados no valuation da Comerc descontados pela taxa de desconto baseada na metodologia do WACC. A taxa ficou em 11,6%. b) preço de exercício das opções estabelecido no contrato de outorga de R\$ 99,8 milhões atualizado por CDI + 2% entre a data de outorga e o exercício. c) volatilidade histórica de ações de empresas do setor, usando o período estimado de exercício de 3 anos que resultou em uma volatilidade média de 31,7%.
Opção de compra da Companhia de adquirir a participação dos acionistas fundadores de 1,44% da Comerc	28	Valor justo da opção de compra calculado pela fórmula de Black & Scholes, considerando o exercício no início da janela de exercício (61º dia após 3 anos da Data de Fechamento)	a) Fluxos de caixa projetados dos ativos utilizados no valuation da Comerc descontados pela taxa de desconto baseada na metodologia do WACC. A taxa ficou em 11,6%. b) preço de exercício das opções estabelecido no contrato de outorga de R\$ 99,8 milhões atualizado por CDI + 2% entre a data de outorga e o exercício. c) volatilidade histórica de ações de empresas do setor, usando o período estimado de exercício de 3 anos que resultou em uma volatilidade média de 31,7%.

Pagamentos Contingentes - Earmout

Adicionalmente, na aquisição da Comerc e da ZEG Biogás e Energia alguns pagamentos contingentes foram reconhecidos e considerados nível 3.

Descrição Instrumentos Nível 3	Valor Justo	Avaliação	Inputs não observáveis
Earmout EBITDA (*)	(72)	Calculado pela metodologia de Monte Carlo para estimar o percentual de EBITDA realizado com relação à meta estabelecida em contrato para os anos de 2022 a 2025 e o pagamento devido, observado o valor máximo determinado.	a) EBITDA projetados descontados pelo WACC real (****) de 8,1%, b) volatilidade de ativos considerando um período histórico igual ao tempo de verificação do Earn-Out EBITDA (23,2%).
Earmout Integração (**)	(14)	Calculado pela metodologia de Monte Carlo para estimar o percentual de EBITDA realizado com relação à meta estabelecida em contrato para os anos de 2022 a 2025 e o pagamento devido, observado o valor máximo determinado.	a) EBITDA projetados descontados pelo WACC real de 8,1%, b) volatilidade de ativos 18,8%
Earmout Realização de Projetos Futuros (***)	(180)	Calculado com base no valor de 50% do compromisso de aportes da Vibra em novos projetos (Capex) da Zeg de R\$ 412,0 milhões.	a) Fluxos de Investimentos de cada projeto descontados pelo WACC de 9,7%.

(*) Aquisição da Comerc Participações.

(**) Valor a ser pago aos acionistas fundadores da Vibra Comercializadora de Energia (ex Targus).

(***) Na aquisição da ZEG Biogás a Vibra assumiu compromissos de futuros aportes condicionados à efetiva implantação dos projetos de expansão.

(****) WACC (Weighted Average Capital Cost), corresponde ao custo médio ponderado de capital.

Conciliação dos valores justos de nível 3

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial de ativos a valor justo	-	-
Aquisição da participação societária	40	-
Varição do valor justo (resultado financeiro)	(12)	-
Saldo final de ativos a valor justo nível 3	28	-
Saldo inicial de passivos a valor justo	21	-
Aquisição da participação societária	297	21
Varição do valor justo (resultado financeiro)	9	-
Pagamentos	(30)	-
Saldo final de passivos a valor justo nível 3	297	21

⇒ Política contábil

No reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais instrumentos.

Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

Os ativos financeiros estão sujeitos ao teste de impairment.

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge de moeda e de commodity, opções de compra e venda e pagamentos contingentes (earnout) os quais são mensurados ao valor justo por meio de resultado.

31 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas comerciais para as quais as operações são efetuadas.

A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, sendo o objetivo final a preservação das margens obtidas com a política de hedge definida em conjunto com as áreas comerciais. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado. A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos apenas com o objetivo de mitigar riscos relacionados à variação cambial e a variação do preço dos produtos vendidos.

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia tem como principal fórum de discussão o Comitê de Crédito, que define os principais parâmetros e diretrizes para a política de concessão de crédito. As análises de solicitações de crédito, de acordo com os patamares de valores, possuem trâmites específicos e exigências crescentes conforme o nível de exposição, sendo que alguns casos alçam à decisão de Diretoria Executiva.

A gestão de riscos da Companhia considera o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros perante a Companhia (risco de crédito), bem como o risco gerado pelas variáveis negociadas no mercado financeiro (risco de mercado), entre outros.

Quanto à exposição ao câmbio, a política de gestão desse tipo de risco é definida pela Diretoria Executiva, com gerenciamento conjunto das áreas financeira e comercial, responsáveis pelo faturamento internacional.

31.1 Riscos de mercado

31.1.1 Risco cambial

Em função das vendas a clientes estrangeiros, da importação de produtos e de captações de empréstimos em moeda estrangeira, o risco cambial é um dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

31.1.1.1 Gerenciamento de risco cambial

Contratos de SWAP

Entre janeiro e dezembro deste ano, a Companhia contratou 4 operações de swap em virtude de captações de recursos realizadas através de Loan 4131 e Nota de Crédito à Exportação para proteção contra a variação cambial da dívida contratada em moeda estrangeira, essas operações possuem um nocional total de USD 300,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

Contratos de derivativo - Swap - US\$ x CDI

A Companhia possui doze contratos desta modalidade, cujo valor nocional agregado é de US\$ 1.246 milhões com diversos vencimentos até 15/02/2028, com uma posição ativa (comprada) em dólares indexados à taxa pré-fixada, e posição passiva (vendida) em reais indexados ao CDI + spread, totalizando um nocional de R\$ 6.140.

Contratos de Swap	Moeda	Valor de Referência (Nocional) (Milhões)	Valor Justo (R\$ Milhões)	
			31.12.2022	31.12.2021
Ponta ativa	USD	\$ 1.246	\$ 1.027	R\$ 6.135
Ponta passiva	CDI	R\$ 6.140	R\$ 4.973	R\$ 6.564
				Resultado do Swap
				Resultado do Swap
				(Pós desconto de Risco de Crédito)
				-R\$ 429,00

Em 31 de dezembro de 2022 o resultado dos SWAP das 12 operações foi precificado em uma perda de R\$ 424.

O valor justo do swap é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de swap cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados usando uma curva de rendimento construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante usada pelos participantes do mercado para essa finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo do resultado do SWAP está sujeita a um ajuste do risco de crédito que reflete o risco de crédito da contraparte, isso é calculado com base no CDS (Credit Default Swap) tendo como fonte a Bloomberg.

As operações de Swap contratadas e vigentes em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas a seguir:

Moeda	Tipo de SWAP	Divida	SWAP	Vencimento	Total da Divida		% Cobertura	Taxas Médias Swap	
					Divida	Ativa		Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	Pré x DI	4131 JP	JP Morgan	mar-23	326	327	100%	1,08235% a.a.	CDI + 0,64% a.a.
USD	Pré x DI	NCE Citi	Citi Bank	fev-25	1.045	1.048	100%	1,216% a.a.	CDI + 0,79% a.a.
USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	mar-25	1.167	1.168	100%	2,5725% a.a.	CDI + 0,78% a.a.
USD	Pré x DI	NCE MUFJ	MUFJ Bank	fev-26	252	252	100%	2,18% a.a.	CDI + 0,694% a.a.
USD	Pré x DI	4131 BNP	BNP	fev-26	789	790	100%	2,38% a.a.	CDI + 1,69% a.a.
USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	mar-26	525	525	100%	1,795% a.a.	CDI + 1,55% a.a.
USD	Pré x DI	4131 BofA	BofA	mar-26	384	384	100%	2,6706% a.a.	CDI + 1,67% a.a.
USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	out-27	470	470	100%	2,8075% a.a.	CDI + 1,52% a.a.
USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	fev-28	318	319	100%	3,12% a.a.	CDI + 1,65% a.a.
USD	Pré x DI	4131 BofA	BofA	fev-27	393	393	100%	3,3529% a.a.	CDI + 1,64% a.a.
USD	Pré x DI	NCE Citi	Citi Bank	fev-27	396	396	100%	2,944% a.a.	CDI + 1,50% a.a.
USD	Pré x DI	NCE BoC	JP Morgan	abr-27	474	474	100%	4,10% a.a.	CDI + 1,3158% a.a.

No exercício de 2022 foram efetuados pagamentos de ajustes de swap no montante de R\$ 524 e recebimentos no montante de R\$ 30.

Análise de sensibilidade - efeito na variação do valor justo dos swaps

A Companhia tem passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2022 e com o objetivo de identificar possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada. Foi estimado o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos variando o fator de risco que impacta cada uma das posições, a análise de sensibilidade apresentada considera mudança com relação a variável de riscos assumida, mantendo constantes as demais.

- Provável: Valor justo dos derivativos em 31 dezembro de 2022, calculado com base na PTAX de venda do último dia útil.

- Cenário 1: Estimativa do valor justo considerando uma desvalorização do real frente ao dólar de 25%.

- Cenário 2: Estimativa do valor justo considerando uma valorização do real frente ao dólar de 25%.

Análise de Sensibilidade ao USD

Operação	Cenário Provável Valor Justo em 31/12/2022		
	Cenário 1	Cenário 2	
Derivativo SWAP	6.135	7.669	4.602
Dólar x DI	6.564	6.564	6.564
	(428)	1.106	(1.962)
Resultado do Swap (pós desconto de Risco de Crédito)	(424)	1.100	(1.948)
Δ Resultado SWAP pós desconto de Risco de Crédito	1.524	(1.524)	

	31/12/2022	+25%	+50%
USDBRL	R\$ 5,2177	R\$ 6,5221	R\$ 3,9132

Non Deliverable Forward - NDF

A Companhia contrata operações de hedge cambial para: (i) cobertura das margens comerciais inerentes às vendas de combustíveis de aviação para clientes estrangeiros, (ii) para proteção contra a variação cambial nas operações de importação de combustíveis, (iii) para hedge de estoques, (iv) para garantia de preço do Cartão Caminhoneiro. No primeiro caso, o objetivo da operação é garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. No segundo caso, o objetivo é proteger o custo do produto importado. No terceiro caso, o objetivo é alinhar o custo do estoque ao nível de mercado. No quarto caso é a garantia de preço do Cartão do Caminhoneiro.

Em relação ao faturamento de exportação em dólar do segmento de aviação ocorrido entre janeiro e dezembro de 2022, o percentual de hedge contratado representou aproximadamente 75% no tocante ao montante importado, a Companhia contratou hedge cambial, entre janeiro e dezembro de 2022, para aproximadamente 72% das cargas onde há exposição cambial.

A política de gestão de risco financeiro da Companhia prevê a contratação de operações de hedge cambial para cobertura de, aproximadamente, 100% tanto do montante das exportações quanto das importações.

As liquidações de todas as operações de hedge cambial com NDF entre janeiro a dezembro de 2022 geraram um fluxo positivo para a Companhia de R\$ 91.

Cabe destacar que a Companhia não utilizou nenhum outro instrumento derivativo nas operações de hedge cambial além do NDF e Swap.

Nenhuma das operações em questão exigiu o depósito de margens de garantia.

Contratos a termo de dólar (NDF)	Valor de referência (nocional)		Valor justo		Vencimento
	USD (Milhões)		R\$ (Milhões)		
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	
Posição Comprada	-	191	(19)	-	1T22
Posição Comprada	87	-	(5)	-	1T23
Posição Vendida	-	54	8	-	1T22
Posição Vendida	1	-	-	-	1T23

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 30 de dezembro de 2022, onde é calculado com base na PTAX de venda do último dia útil atualizada pelo cupom limpo, obtido no site da B3, que ajusta o valor de acordo com o vencimento de cada contrato. Datas intermediárias são interpoladas.

continua >>>

Derivativos de Moeda Estrangeira	Desvalorização do real frente ao Dólar (+25%)	Desvalorização do real frente ao Dólar (-25%)
Contratos a termo de dólar (NDF) (*)	112	(112)

(*) A Companhia tem mais posição comprada do que vendida em USD.

A seguir a análise de sensibilidade dos demais instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial:

	Consolidado			
	Exposição em 31/12/2022	Risco	Cenário I	Cenário II
Ativos				
Disponibilidades	150	Dólar / Real	38	(38)
Contas a receber	215	Dólar / Real	54	(54)
Passivos				
Fornecedores	(104)	Dólar / Real	(26)	26
Financiamentos	(6.802)	Dólar / Real	(1.701)	1.701
Impacto no resultado				
Ganho/(perda)			(1.635)	1.635

Critérios

Cenário provável 1 - Desvalorização de 25% do real frente ao dólar. Cenário 2 - Valorização de 25% do real frente ao dólar.

31.1.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia está associado, principalmente, ao CDI e ao IPCA, que são os indicadores dos principais financiamentos (Debêntures, Certificados de Recebíveis Imobiliários-CRI, Nota de Crédito de Exportação-NCE, Loan 4131 e Debêntures dos Certificados de Recebíveis de Agronegócios-CRA).

31.1.2.1 Gerenciamento de risco de taxa de juros

Contratos de derivativo - Swap IPCA x CDI

A Companhia possui cinco contratos desta modalidade, sendo um contrato firmado em outubro de 2021 em conjunto com a 3ª Emissão de Debêntures no valor de R\$ 800 e os outros 4 contratos firmados em fevereiro de 2022 cujo valor nominal foi de R\$ 885, totalizando R\$ 1.685 de operações dessa natureza com vencimentos até 16 de fevereiro de 2032.

Contratos de Swap		Valor de Referência (Nominal) (Milhões)		Valor Justo (R\$ Milhões)	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ponta ativa	IPCA	R\$ 1.685	R\$ 800	R\$ 1.804	R\$ 873
Ponta passiva	CDI	R\$ 1.685	R\$ 800	R\$ 1.864	R\$ 870
		Resultado do Swap		-R\$ 60	
		Resultado do Swap		-R\$ 59	
		(Pós desconto de Risco de Crédito)			

O valor justo do swap é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de swap cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados usando uma curva de rendimento construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante usada pelos participantes do mercado para essa finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo do resultado do SWAP está sujeita a um ajuste do risco de crédito que reflete o risco de crédito da contraparte, isso é calculado com base no CDS (Credit Default Swap) tendo como fonte a Bloomberg.

Moeda	Tipo de SWAP	Contraparte		Venci-mento	Total da Ponta		% Cober-tura	Taxas Médias Swap	
		Divida	SWAP		Divida	Ativa		Ponta Ativa	Ponta Passiva
BRL	IPCA x CDI	CRA 43	JP Morgan	set-31	892	892	100%	IPCA + 5,3995%	111,10% do CDI
BRL	IPCA x CDI	CRA 11	BofA	jul-25	355	355	100%	IPCA + 5,5914%	113,55% do CDI
BRL	IPCA x CDI	CRI 73	Citi Bank	fev-23	105	105	100%	IPCA + 6,84%	101,89% do CDI
BRL	IPCA x CDI	CRI 99	Citi Bank	fev-25	138	138	100%	IPCA + 4,093%	85,46% do CDI
BRL	IPCA x CDI	CRI 100	BofA	fev-32	355	355	100%	IPCA + 4,9781%	98,28% do CDI

No exercício de 2022 foram efetuados pagamentos de ajustes de swap no montante de R\$ 46 e recebimentos no montante de R\$ 1.

Análise de sensibilidade - feito na variação do valor justo dos swaps

A Companhia tem passivos em moeda nacional indexados ao IPCA no balanço de 31 de dezembro de 2022 e com o objetivo de identificar possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada. Foi estimado o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos variando o fator de risco que impacta cada uma das posições, a análise de sensibilidade apresentada considera mudança com relação a variável de riscos assumida, mantendo constantes as demais.

- Provável: Valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2022.
 - Cenário 1: Estimativa do valor justo considerando um choque de + 25% na curva projetada de inflação implícita.
 - Cenário 2: Estimativa do valor justo considerando um choque de - 25% na curva projetada de inflação implícita.
- Segue a análise de sensibilidade desse instrumento.

Operação	Cenário Provável			
	Valor Justo em 31/12/2022	Cenário 1	Cenário 2	
Derivativo SWAP	Ponta Ativa SWAP (+)	1.804	1.925	1.694
IPCA x DI	Ponta Passiva SWAP (-)	1.864	1.864	1.864
	Resultado do Swap	(60)	61	(170)
	Resultado do Swap (pós desconto de Risco de Crédito)	(59)	60	(169)
	Δ Resultado SWAP pós desconto de Risco de Crédito		119	(110)

Segue a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros, atrelados a taxas de juros pós-fixadas, em 31 de dezembro de 2022.

Exposição em 31 de dezembro de 2022	Risco	Cenário			
		Provável	+25%	-25%	
CDI	13,65%	17,53%	9,90%		
IPCA	5,79%	7,32%	4,28%		
SELIC	13,75%	17,66%	9,97%		
IGPM	5,45%	6,89%	4,03%		
INPC	5,93%	7,50%	4,38%		

Instrumentos financeiros ativos

Aplicações financeiras - CDI - 100%	2.927	CDI	400	513	290
Financiamentos a receber - CDI - 100%	608	CDI	83	107	60
Financiamentos a receber - IPCA - 100%	59	IPCA	3	4	3
Financiamentos a receber - IGPM - 100%	97	IGPM	5	7	4
Financiamentos a receber - INPC - 100%	40	INPC	2	3	2
Financiamentos a receber - SELIC - 100%	43	SELIC	6	8	4

Instrumentos financeiros passivos

Debêntures - CDI - 100%	(3.835)	CDI	(523)	(672)	(380)
Debêntures - CRA 10ª série - CDI - 100%	(215)	CDI	(29)	(38)	(21)
Debêntures - CRA 11ª série - IPCA - 100%	(362)	IPCA	(21)	(27)	(15)
CRA 43 - IPCA - 100%	(868)	IPCA	(119)	(153)	(87)
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI) - IPCA - 100%	(588)	IPCA	(34)	(43)	(25)
Empréstimos bancários - CDI - 100%	(2.186)	CDI	(298)	(383)	(216)
Empréstimos bancários - CDI - 117,75%	(443)	CDI	(71)	(91)	(52)
Certificados de direitos creditórios do agronegócio (CDCA) - CDI - 100%	(1.258)	CDI	(172)	(221)	(125)

Resultado financeiro líquido, conforme estimativas

Ganho/Perda		(768)	(986)	(558)
Variação do ganho/(perda)			(218)	428

Critérios

Cenário provável - considera as taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022, foram utilizados como fontes: Banco Central do Brasil e IBGE.

A análise de sensibilidade levou em consideração apenas a variação da taxa de juros em relação ao saldo devedor em 31 de dezembro de 2022, não assumindo outras variações.

A tabela demonstra a receita (despesa) financeira líquida de um ano considerando os critérios mencionados acima

31.1.3 Gerenciamento de risco de preços

Atualmente a política de preços da Petrobras para diesel e gasolina, além de levar em consideração fatores como sua capacidade produtiva de refino, tem como objetivo alinhar os preços de derivados de petróleo com o mercado internacional. Com isso, o preço do combustível no mercado interno tem sofrido alterações para acompanhar esse movimento.

No mercado internacional, os preços praticados para venda do petróleo e seus derivados são influenciados por diversos fatores de caráter macroeconômico, geopolítico, capacidade de produção por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), impactos no meio ambiente e desenvolvimento de novas tecnologias e fontes alternativas de energia, dentre outros.

Cabe mencionar que em 2022, fatores geopolíticos, como a Guerra entre Rússia e Ucrânia, tiveram um grande impacto no preço do petróleo e consequentemente no preço da Gasolina e Diesel.

Tendo em vista esses fatores diversos, alheios ao controle da Companhia, de forma a mitigar o risco de commodity e favorecer o alinhamento entre o fluxo de receita e despesa, a Companhia passou a realizar operação de hedge para as cargas compradas no mercado internacional. Desta forma, acredita-se que os custos e receitas da Companhia estejam mais aderentes ao planejado, fazendo com que o fluxo de caixa seja preservado, assim como a rentabilidade dos negócios.

Conforme política de gestão de risco, todas as operações com derivativos de commodity possuem lastro em atividades comerciais e de suprimento.

A análise de sensibilidade está apresentada a seguir:

Tipo	Quantidade	Contratos (em centavos por galão)		(em milhões de reais)	
		Preço Médio de venda	Fechamento em 31.12.2022	MTM (Valor do Contrato) (*)	Cenário Possível (Δ de 25%)
RBOB (Gasolina)	330	1.142	1.293	(21)	(66)
HO (Diesel)	1.161	1.600	1.719	(58)	(268)

(*) Apenas operações de importações.

31.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia está associado a dificuldades para liquidação de seus passivos financeiros nos devidos vencimentos, em virtude de possíveis insuficiências de caixa ou de ativos financeiros. Para monitoramento desse risco, a Companhia centraliza a gestão do caixa na área financeira, trabalhando com previsões de fluxos de caixa que são revistas mensalmente e discutidas em fóruns e comitês executivos representativos.

As principais fontes de liquidez da Companhia derivam (a) do fluxo de caixa gerado por suas operações, (b) do saldo de caixa e aplicações financeiras e (c) de eventuais empréstimos e financiamentos. A Companhia acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus usos de fontes atuais, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

O fluxo não descontado a valor presente do principal e juros dos empréstimos e financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Período	Consolidado						2029 em diante	Total
	2023	2024	2025	2026	2027	2028		
Principal	1.321	1.096	2.320	2.781	3.355	1.521	4.492	16.886
Juros	1.270	1.152	1.040	962	797	689	763	6.673
Total	2.591	2.248	3.360	3.743	4.152	2.210	5.255	23.559

O restante dos passivos financeiros possui expectativa de realização de curto prazo, e estão consequentemente classificados no passivo circulante, com exceção dos derivativos que possuem prazos diversos conforme divulgado nas notas acima.

31.3 Risco de crédito

A exposição ao risco de crédito na Companhia surge a partir do fornecimento de produtos a prazo, decorrente de suas operações comerciais usuais, das aplicações financeiras e instrumentos de proteção e instrumentos financeiros destinados à proteção (hedge).

31.3.1 Gerenciamento de risco de crédito

Risco de Crédito de Contrapartes Comerciais

A Política de Crédito e Cobrança da Companhia define esferas de aprovação para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limites, de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco que este possa representar.

Na análise são avaliados os comportamentos de pagamento do cliente e de seu grupo econômico, as restrições de mercado, as garantias reais (hipotecas), as garantias pessoais (fianças) e realizadas análises de balanço. A Companhia utiliza-se de tabela de limite de competência aprovada pela Administração para concessão de crédito.

Risco de crédito carteira comercial

A carteira de crédito comercial da Companhia é bastante diversificada, atendendo clientes da rede automotiva e grandes consumidores, representados, principalmente, por indústrias, transportadoras, clientes governo e setor aéreo. A exposição ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo de contas a receber. A expectativa de liquidação desses recebíveis está detalhada na nota 7.

A carteira da Companhia somava R\$ 17.031 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 15.675 em 31 de dezembro de 2021).

As perdas de crédito esperadas se baseiam em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras.

Para os clientes da Rede de Postos, B2B e lubrificantes, a Companhia avalia a estimativa de perdas dos créditos com base nos segmentos e histórico de pagamentos dos clientes. As taxas são calculadas considerando o comportamento dos últimos 3 anos, sendo reavaliadas trimestralmente.

Para as térmicas do sistema Eletrobras, a Companhia possui uma matriz separada, dado o histórico e especificidade deste segmento.

No segmento de aviação, a Companhia incorporou a probabilidade de default para o cálculo das perdas de crédito esperadas, utilizando-se dos ratings divulgados pelas agências classificadoras de risco para as empresas aéreas mais representativas do contas a receber, extrapolando este impacto para toda a carteira de recebíveis da aviação.

A seguir a matriz atualmente vigente:

Clientes	Mais de					
	A Vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 365 dias	365 dias
Rede de Postos	0,37%	85,51%	88,72%	90,64%	92,23%	100,00%
Aviação	4,71%	80,37%	80,37%	80,37%	80,37%	100,00%
B2B	0,05%	17,20%	30,92%	49,21%	60,42%	100,00%
Lubrificantes	0,02%	16,60%	21,78%	21,97%	22,12%	100,00%
Térmicas do sistema isolado						
Sistema Eletrobras	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

Risco de Crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Aplicação Financeira e Limites de Crédito de Contrapartes Financeiras que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating através de limites de: (i) Rating Mínimo em escala Local; (ii) PL Mínimo da Instituição Financeira; (iii) % de exposição ao PL da Instituição financeira e (iv) % de exposição máxima da Companhia a uma instituição financeira.

O crédito concedido a instituições financeiras, nas operações derivativos, está distribuído entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros, segue rating abaixo:

Nome	País da agência bancária	Rating Escala Nacional	Agência de Risco	Rating Escala Global	Agência de Risco
Citigroup	Américas	-	-	BBB+	S&P
Banco Bradesco	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Banco do Brasil	Brasil	AA	Fitch	BB-	S&P
Banco Itaú Unibanco	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Banco Safra	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Banco Santander S.A. - Brasil	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Caixa Econômica Federal	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Citibank	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Banrisul	Brasil	AA+	S&P	BB-	S&P
JP Morgan	Brasil	AAA	S&P	-	-
JP Morgan	Estados Unidos	-	-	A-	S&P
Scotia bank	Canadá	-	S&P	A+	S&P
MUFG	Estados Unidos	-	S&P	A-	S&P
MUFG	Brasil	AAA	S&P	-	-
BTG Pactual	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
BNP	França	-	-	A+	S&P
BofA	Estados Unidos	-	-	A-	S&P
BRASIL (País)		AAA	S&P	BB-	S&P
Vibra Energia S.A.	Brasil	AAA	Moody's	-	-

Garantias concedidas a clientes

A Companhia possui operações de financiamento de revendedores na venda de imóveis próprios, caracterizadas como "operações de vender", nas quais a Vibra emite garantias ao Santander, preservando a alienação fiduciária do bem até a quitação integral das obrigações pelos clientes. Nessas operações, o montante máximo de exposição, em 31.12.2022, é de R\$ 55, sendo o último vencimento em janeiro/28.

31.4 Gestão de capital

A gestão do capital consiste no conjunto de processos que visam assegurar que a Companhia mantenha adequada base de capital para o desenvolvimento de suas atividades, fazendo face aos seus compromissos financeiros e riscos, almejando manter um perfil adequado de endividamento e garantindo retorno aos seus acionistas. A Companhia poderá alterar a sua estrutura de capital conforme as condições macroeconômicas, bem como em virtude do processo de desenvolvimento de projetos orgânicos e inorgânicos do portfólio.

	Consolidado	
	2022	2021
Financiamentos (nota 17)	16.557	13.009
Arrendamentos (nota 18)	834	824
Financiamento de fornecimento de produtos (16)	-	529
Dívida bruta de financiamentos e arrendamentos	17.391	14.362
Instrumento Financeiro Derivativo (swap)	483	(626)
Dívida bruta após instrumento derivativo	17.874	13.736
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(4.145)	(3.625)
Endividamento líquido	13.729	10.111

31.5 Mensuração ao valor justo

As mensurações do valor justo são classificadas em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme descrito a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A Companhia classifica um instrumento financeiro mensurado a valor justo como nível 3, quando um ou mais dos dados significativos não forem observáveis.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor justo estimado para os financiamentos da Companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 17.2.

32 PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração



continuação >>>

32.1 Transações comerciais e outras operações

32.1.1 Por empresa

	Resultado		Ativo		Consolidado Passivo	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Empreendimentos controlados em conjunto da Companhia						
ES GAS	6	15	29	44	-	-
Evolua	-	-	-	-	401	-
Comerc	2	-	-	-	-	-
Vem Conveniência	31	-	186	-	244	-
Nordeste III	-	16	-	-	-	-
Total	39	31	215	44	645	-
Empresas do setor elétrico - Sistema isolado (Sistema Eletrobras) (*)						
		1				
Petrobras e Controladas do Sistema Petrobras (*)						
Petrobras		925				
Transpetro		16				
Outras		50				
Total	39	1.392	215	44	645	-
(*) No resultado acumulado até 31.12.2021 (R\$ 1.392), estão inseridos os valores acumulados com a Petrobras, Empresas do Sistema Petrobras, Governo Federal e Sistema Eletrobras.						
Empreendimentos controlados em conjunto do Sistema Petrobras (*)						
Termocabo		37				
Petrocoque		15				
Cia. Energética Manauara		21				
Brentech Energia		19				
Outras		2				
Total	39	1.392	215	44	645	-
Entidades governamentais (*)						
Bancos Controlados pela União		(20)				
Cientes - Governo Federal		295				
Total	39	1.392	215	44	645	-
Controladas da Companhia						
Fundo Invest. Imobiliário FCM	(89)	(116)	464	404	509	576
Vibra Trading B.V.	11	2	47	-	846	155
Total	(78)	(114)	511	404	1.355	731
Empreendimentos controlados em conjunto da Companhia						
ES GAS	6	15	29	44	-	-
Evolua	-	-	-	-	401	-
Comerc	2	-	-	-	-	-
Vem Conveniência	31	-	186	-	244	-
Nordeste III	-	16	-	-	-	-
Total	39	31	215	44	645	-
Empresas do setor elétrico - Sistema isolado (Sistema Eletrobras) (*)						
		1				
Petrobras e Controladas do Sistema Petrobras (*)						
Petrobras		925				
Transpetro		16				
Outras		50				
Total	39	1.392	215	44	645	-

	Resultado		Ativo		Controladora Passivo	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Empreendimentos controlados em conjunto do Sistema Petrobras (*)						
Termocabo					37	
Petrocoque					15	
Cia. Energética Manauara					21	
Brentech Energia					19	
Outras					2	
Total	(39)	1.278	726	448	2.000	731
Entidades governamentais (*)						
Bancos Controlados pela União		(20)				
Cientes - Governo Federal		295				
Total	(39)	1.278	726	448	2.000	731

(*) No resultado acumulado com partes relacionadas até 31.12.2021 (R\$ 1.278) estão inseridos os valores acumulados com a Petrobras, Empresas do Sistema Petrobras, Governo Federal e Sistema Eletrobras.

32.1.2 Por operação

	Consolidado			Controladora		
	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo
Resultado						
Receitas	2				2	
Variáveis monetárias e cambiais líquidas	-				(29)	
Receitas (despesas) financeiras líquidas	23				(26)	
Outras receitas e despesas	14				14	
Total	39	215	645	(39)	726	2.000
Ativo						
Contas a receber (nota 7)		192				652
Adiantamento a fornecedores		-				47
Dividendos / Juros sobre capital próprio		23				27
Total	39	215	645	(39)	726	2.000
Passivo						
Fornecedores					401	1.270
Outras contas e despesas a pagar					244	244
Arrendamentos					-	486
Total	39	215	645	(39)	726	2.000
Janeiro a dezembro/2021 (*)						
Total	1.392			1.278		
Em 31.12.2021						
Total		44	-		448	731

(*) No resultado acumulado até 31.12.2021, estão inseridos os valores acumulados com a Petrobras, Empresas do Sistema Petrobras, Governo Federal e Sistema Eletrobras.

Em 30 de junho de 2021, momento no qual a Petrobras era considerada Parte Relacionada, as compras efetuadas com a Petrobras totalizavam R\$ 38.653, com a Refinaria de Petróleo Riograndense R\$ 221 e com as Distribuidoras de Gás R\$ 120, período no qual estas empresas eram partes relacionadas da Companhia.

Em 30 de junho de 2021, momento no qual a Petrobras era considerada Parte Relacionada, a Companhia possuía contratos de take or pay de compras de derivados de petróleo, para o período de 1 ano, que correspondiam a um valor total estimado de R\$ 100 com a Petrobras e R\$ 58 com a Refinaria de Petróleo Riograndense. Adicionalmente, nesta mesma data, a Companhia possuía contratos com a Petrobras, para o período de 3 anos referentes a compra de derivados de petróleo, que correspondiam a um valor total estimado de R\$ 19.529.

Em 31 de dezembro de 2022, as compras de derivados de petróleo realizadas com a controlada Trading BV totalizam USD 2 bilhões e as compras de álcool anidro e hidratado com a ECE (Evolua Etanol) totalizam R\$ 946.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui garantias prestadas a favor da Trading BV para as operações de compras realizadas por esta controlada até o montante de USD 1 bilhão. Adicionalmente, a Companhia possui garantias corporativas prestadas em favor da Comerc Participações no montante de R\$ 328.

32.2 Remuneração da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Companhia são apresentadas a seguir:

	2022				Controladora 2021			
	Diretoria Executiva (Estatutários)	Conselho de Administração	Demais membros de comitês estatutários	Total	Diretoria Executiva (Estatutários)	Conselho de Administração	Demais membros de comitês estatutários	Total
Benefícios								
Curto prazo		22,0	12,1	0,7	34,8	22,1	12,8	1,0
Pós-emprego		0,8	-	-	0,8	0,5	-	-
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho		3,2	-	-	3,2	2,8	-	-
Remuneração baseada em ações		3,6	5,5	-	9,1	5,2	-	9,5
Total		29,6	17,6	0,7	47,9	30,6	17,1	1,0

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha quatro membros na Diretoria Executiva e nove membros no Conselho de Administração.

No Consolidado a despesa com os honorários de diretores e conselheiros totalizou R\$ 48 (R\$ 50 em 31 de dezembro de 2021).

33 INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Aquisição de participação societária	686	31	686	31
Arrendamentos	188	308	177	332
Conversão de debêntures em participação societária	2.066	-	2.066	-
Recuperação de ações (não liquidadas)	-	2	-	2
Contribuição de ativos em participações societárias	161	-	161	-
Outras transações				
Utilização de depósito judicial para pagamento de contingência	32	16	32	16

A Companhia adota a prática de apresentar os juros pagos como atividade de financiamento e os dividendos recebidos como atividade de investimento na demonstração dos fluxos de caixa.

34 EVENTOS SUBSEQUENTES

Joint Venture com Americanas S.A.

Em 2022, conforme nota explicativa 12, a Companhia e a Americanas efetivaram, por meio da constituição da Vem Conveniência, parceria destinada à exploração do negócio de lojas de pequeno varejo, dentro e fora de postos de combustíveis, através de lojas Local e BR Mania ("Parceria"). Atualmente, nos termos dos documentos da Parceria, a Companhia detém 50% do capital social da Vem Conveniência, sendo os outros 50% detidos por Americanas.

Nesse cenário, à luz dos recentes acontecimentos envolvendo a Americanas, que podem constituir alterações em premissas basilares que conduziram à celebração da Parceria, com potenciais impactos à Vem Conveniência, a Companhia informa que, em 23 de janeiro de 2023, por determinação do seu Conselho de Administração, notificou a Americanas para imediato encerramento da Parceria, tendo iniciado os trâmites e procedimentos necessários para seu desfazimento. O procedimento de desfazimento já estava estabelecido nos instrumentos da Parceria, e busca, em resumo, o retorno dos negócios (Local e BR Mania) para os respectivos sócios originais, com a previsão de que a empresa Vem Conveniência seguirá com a Companhia.

Na elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2022, a Companhia analisou os impactos decorrentes dos eventos recentes, que serviram de indicativos para testes de recuperação do investimento na Vem Conveniência, e não identificou necessidade de reconhecimento de nenhuma perda, conforme descrito na nota 12.

Decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária

Ao finalizar o julgamento dos Temas de Repercussão Geral nº 881 e 885, o STF entendeu que a coisa julgada (eficácia de uma decisão judicial definitiva) em processos tributários de terceiros, quando trata de relações continuativas (decisões com efeitos passados e futuros), tem sua eficácia automaticamente interrompida (sem a necessidade de ajuizamento de ação rescisória nem revisional) a partir do momento em que o STF julga, com eficácia vinculante, uma causa em sentido contrário àquele atestado na referida coisa julgada.

Após devida pesquisa não verificamos situação relevante de a Companhia ter em seu favor coisa julgada de trato continuativo em sentido contrário a posterior decisão do STF.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SÉRGIO AGAPITO LIRES RIAL
Presidente

CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI
Conselheiro

CLARISSA DE ARAÚJO LINS
Conselheira

DAVID ZYLBERSZTAJN
Conselheiro

FABIO SCHVARTSMAN
Conselheiro

MATEUS AFFONSO BANDEIRA
Conselheiro

NILDEMAR SECCHES
Conselheiro

PEDRO SANTOS RIPPER
Conselheiro

WALTER SCHALKA
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

ERNESTO POUSADA
Presidente

ANDRÉ CORRÊA NATAL
Diretor Vice-presidente Executivo de Finanças, Compras e RI

BERNARDO KOS WINIK
Diretor Vice-presidente Executivo de Comercial B2B

FLAVIO COELHO DANTAS
Diretor Vice-presidente Executivo de Comercial, Varejo e Inteligência de Mercado

MARCELO FERNANDES BRAGAÇA
Diretor Vice-presidente Executivo de Operações, Logística e Sourcing

CONTADOR

LUÍS CLÁUDIO SACRAMENTO BISPO
Contador - CRC - RJ - 077.292/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Vibra Energia S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Vibra Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vibra Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

continua >>>



continuação >>>

1 - Mensuração dos valores justos líquidos dos ativos e passivos identificáveis na aquisição de certas participações em empreendimentos controlados em conjunto

Conforme Nota Explicativa nº 12.4 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
--------------------------------	---

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Vibra Energia S.A. fez certas aquisições de empreendimentos controlados em conjunto, sobretudo, no segmento de energias renováveis.

Estes empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) são contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) / IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, que requer entre outros procedimentos, que na data do investimento a Companhia determine o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida e apure, caso aplicável, o ágio fundamentado em rentabilidade futura de tal coligada, ou o ganho por compra vantajosa. A identificação e mensuração da estimativa de valor justo envolve julgamentos e definições de premissas com alto grau de incerteza, especialmente as relacionadas a projeção de fluxo de caixa futuros, como por exemplo premissas de receita, custos, despesas e taxa de desconto.

Devido ao alto grau de julgamento relacionado ao impacto que determinadas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

(a) Avaliação dos contratos e atas relacionados com as aquisições de certos empreendimentos controlados em conjunto;

(b) Testes de desenho e implementação de certos controles internos associados ao processo de revisão e aprovação do valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis das investidas;

(c) Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, comparação das principais premissas e projeções utilizadas por especialista externo contratado pela Companhia para determinação dos valores justos líquidos dos ativos e passivos identificáveis, com dados projetados e históricos, incluindo o crescimento econômico projetado do mercado além de premissas macroeconômicas e;

(d) Avaliação do escopo, competência e objetividade do especialista externo contratado pela Companhia para auxiliar na mensuração dos valores justos líquidos dos ativos e passivos identificáveis na aquisição de certas participações em empreendimentos controlados em conjunto.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação dos valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em certas aquisições de empreendimentos controlados em conjunto, os quais foram registrados pela administração da Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos valores justos líquidos dos ativos e passivos identificáveis na aquisição de certas participações em empreendimentos controlados em conjunto, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório

financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bruno Bressan Marcondes
Contador CRC RJ- 112835/O-7

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Aos Conselheiros de Administração da **Vibra Energia S.A.**

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria da Vibra Energia S.A. ("VIBRA") passou à condição de Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), em 31 de agosto de 2017. A partir de 25 de julho de 2019, com a nova condição societária da VIBRA, o Comitê de Auditoria Estatutário manteve sua condição de órgão de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração. Em conformidade com o Estatuto Social e com os normativos aplicáveis, em especial, a Resolução CVM 23/2021 e pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), o CAE tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, atuando principalmente sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações contábeis; (ii) a efetividade dos processos de controles internos e de gestão de riscos; (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos; e (iv) as transações com partes relacionadas.

2. COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Atualmente, o Comitê da Companhia é composto de 4 (quatro) membros, sendo: (i) 2 (dois) membros conselheiros de administração designados na reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de maio de 2022, dentre os quais, um exerce a função de Coordenador; (ii) 2 (dois) membros externos especialistas em contabilidade e finanças, não exercendo outra função na Companhia, em consonância ao exigido no artigo 22, inciso V do Regulamento do Novo Mercado.

São membros do Comitê: Conselheiro Mateus Affonso Bandeira (Coordenador), Conselheira Clarissa de Araújo Lins e Membros Externos Jerônimo Antunes e Luiz Carlos Nannini (especialistas em contabilidade e finanças).

Destaca-se que todos os atuais membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 31-C §2º da Resolução CVM 23/2021, bem como aos critérios de independência estabelecidos pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

3. RESPONSABILIDADES

A Administração da VIBRA é responsável por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando de forma ampla e com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, contemplando as áreas e atividades mais sensíveis às operações e à estratégia da VIBRA.

Desde abril de 2017, a KPMG Auditores Independentes ("KPMG") é a responsável pela auditoria externa e independente das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e deve confirmar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VIBRA ENERGIA S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

No cumprimento de suas atribuições descritas no Regimento Interno, as análises e avaliações procedidas pelo CAE fundamentam-se em informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, dos auditores externos e dos executivos responsáveis pela gestão de riscos e controles internos da Companhia.

4. RESUMO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

No exercício de 2022, abrangido pelo presente relatório, o Comitê realizou 8 reuniões ordinárias, reunindo-se com as áreas de controles internos, riscos, auditoria interna, auditores independentes, além dos vice-presidentes e diretores. O CAE também realizou reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal, para análise e aprovação das demonstrações contábeis trimestrais e anuais da empresa.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício social de 2022, cabe destacar a abordagem dos seguintes temas:

- recomendação acerca das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas anuais, acompanhadas dos Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração;
- acompanhamento do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia;
- acompanhamento das movimentações das contingências e provisões judiciais;
- supervisão das atividades da auditoria independente a fim de avaliar a independência e qualidade.
- recomendação para aprovação do plano de trabalho da Auditoria Interna e aprovação do relatório anual de auditoria interna;
- recomendação do orçamento deste Comitê;
- acompanhamento dos resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, bem como o sistemático acompanhamento do status dos planos de ações;
- acompanhamento do reporte das denúncias recebidas por meio do Canal de Ética;
- acompanhamento periódico das ações relacionadas à gestão integrada de riscos e do monitoramento de fraudes;
- avaliação e recomendação para aprovação da proposta de revisão Política de Gestão de Riscos Corporativos;
- análise da proposta de apetite ao risco e a recomendação para aprovação em conjunto com a revisão da matriz de riscos;
- monitoramento da qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos;

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da VIBRA, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam à análise das Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração.

Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão, o Comitê de Auditoria Estatutário entende que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e, portanto, recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2023.

MATEUS AFFONSO BANDEIRA
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

CLARISSA DE ARAÚJO LINS
Conselheira

JERÔNIMO ANTUNES
Membro Externo

LUIZ CARLOS NANNINI
Membro Externo

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da VIBRA ENERGIA S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Contábeis do exercício de 2022 e suas respectivas notas explicativas, o Relatório Anual da Administração, a destinação do resultado do Exercício 2022 com proposta de distribuição de dividendos, proposta de orçamento de capital para 2023, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido nesta data, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2023.

ANA PAULA TEIXEIRA DE SOUSA
Presidente

RINALDO PECCHIO JUNIOR
Conselheiro

PAULO EUCLIDES BONZANINI
Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Vibra Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob nº 34.274.233/0001-02, declaram que:

- reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2022;
- reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2023.

ERNESTO POUSADA
Presidente

BERNARDO KOS WINK
Diretor Vice-presidente Executivo de Comercial B2B

ANDRÉ CORRÊA NATAL
Diretor Vice-presidente Executivo de Finanças, Compras e RI

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA

Diretor Vice-presidente Executivo de Comercial, Varejo e Inteligência de Mercado

Diretor Vice-presidente Executivo de Operações, Logística e Sourcing